

Em seu sentido geral, a lógica é, como adverte o filósofo francês, "a ciência que tem por objeto a essência das coisas, a sua natureza e as relações que se estabelecem entre elas".
Publicação das Faculdades Integradas Hélio Alonso

COMUM

Com o século XIX, a ciência passa a ser considerada uma atividade humana em um nível tal que, de agora em diante, não se pode mais aplicar a todas as obras de arte e modificar de maneira muito profunda sua natureza.

Jan. / Jun. de 2008
v. 13 - n.º 30
ISSN 0 101-305X

Mas como? Se, ao nomear um ser qualquer, por exemplo, ao que nós hoje chamamos de homem, eu lhe dou o nome de cavalo e ao que hoje chamamos de cavalo lhe dou o nome de homem, terá esse ser o nome de homem por sempre?

A revolução social do século XIX não pode ser a sua poesia do passado, e sim do futuro. Não pode realizar sua tarefa enquanto não se despojar de toda a herança supersticiosa do passado. As revoluções são sempre

A etnografia, ciência em que o relato honesto de todos os dados é talvez ainda mais necessário que em outras ciências, infelizmente nem sempre contou no passado com um grau suficiente desse tipo de generosidade. Muitos dos seus autores não utilizam

Deste logos sendo sempre o mesmo, tornam descompassados quando ouvem que logo tenham mudado, tornando-se todas (as coisas)

À primeira vista, a forma específica do capitalismo ocidental tem sido influenciada pelo desenvolvimento das possibilidades técnicas. Sua racionalidade é baseada

30

Sabemos que um dos critérios de noticiabilidade é a passagem de datas redondas ou quando alcançamos marcas que possam ser designadas por dezenas, centenas ou milhares de vezes (10 anos disso, 200 números daquilo, 1 milhão de produtos vendidos, etc.). Se, de um lado, o tempo se transforma em notícia, de outro o sistema decimal também se converte em critério para que se destaque uma determinada trajetória. No mundo da mídia, nesses momentos, é de praxe sublinhar/comemorar a data ou a marca alcançada e oferecer um brinde ao interlocutor. Assim é que estamos publicando o número 30 da revista **Comum** e, em respeito à tradição, oferecemos ao nosso leitor uma edição com artigos muito especiais.

Abrimos a revista com a tradução de um texto inédito em língua portuguesa no Brasil de Luigi Pirandello. Trata-se de *A Patente*, deliciosa comédia em um ato de um dos maiores escritores italianos e que foi traduzida especialmente para esse número da nossa revista pelo professor e dramaturgo Pedro Murad.

Em seguida, publicamos três trabalhos que se complementam. Oswaldo Munteal, Thais Soares Kronenberg, Patrícia Nóbrega e Mariela Barreira assinam artigo sobre as reformas de base propostas por João Goulart, no Brasil, e por Salvador Allende, no Chile. O texto abre com uma carta inédita, escrita por Salvador Allende a João Goulart em agosto de 1965, onde o futuro presidente chileno presta sua solidariedade ao presidente brasileiro deposto pelos militares e manifesta suas preocupações com os destinos da América Latina. O segundo texto deste bloco, assinado por Carlos Eduardo Martins, complementa a leitura do artigo anterior, na medida em que faz uma reflexão sobre a história das dívidas na América Latina, profundamente articuladas à evolução da dívida externa dos países e que acabaram por se tornar uma das expressões mais características do processo de dependência na região. O terceiro é assinado por Pery Cotta, que nos dá uma verdadeira aula de bom jornalismo ao apresentar sua visão sobre o movimento estudantil nos anos 1960 e, ao mesmo tempo, da posição democrática do jornal *Correio da Manhã* durante o período da ditadura militar, particularmente da edição que cobriu a Passeata dos 100 Mil.

Os três artigos seguintes tratam de imagem, drogas e da verdade no jornalismo. O primeiro, que tem como autora Rogéria Moreira de Ipanema, reflete sobre a imagem impressa, sua compreensão, desenvolvimento e progresso das suas formas técnicas. O seguinte, assinado pela antropóloga Kátia Sento Sé Mello, descreve e analisa as práticas de redução de risco de uso de drogas adotadas pelos membros da *Association Espoir de la Goutte D'Or*, instituição localizada no norte de Paris. Completamos este número 30 com um artigo do jovem jornalista Paulo Henrique Andrade, que se propõe a analisar a questão da verdade no jornalismo, particularmente nas notícias produzidas pela mídia de massa.

Pedro Murad

Professor e dramaturgo. Graduado em filosofia pelo IFCS-UFRJ, mestre pela ECO-UFRJ e doutorando pela Faculdade de Letras da UFRJ. Professor assistente da FACHA.

Oswaldo Munteal

Doutor em História Social pela UFRJ, professor adjunto da UERJ, FACHA e PUC-Rio; diretor de pesquisa e acervo do Instituto Presidente João Goulart/DF; pós-doutorando em Administração Pública EBAPE/FGV; pesquisador da EBAPE/FGV;

Thais Kronemberger

Mestranda em Ciência Política UFF, assistente de pesquisa da EBAPE/FGV;

Patrícia Nóbrega

Pesquisadora do Instituto Presidente João Goulart/DF, graduanda em Radialismo na FACHA;

Mariela Diosa - Graduanda em Publicidade na FACHA.

Carlos Eduardo Martins

Doutor em Ciência Política pela USP, professor do PPGEST/ Ciência Política da UFF e pesquisador da REGGEN.

Pery Cotta

Jornalista. Doutor em Comunicação e Cultura pela ECO-UFRJ. Professor adjunto da FACHA. E-mail: perycotta@hotmail.com

Rogéria Moreira de Ipanema

Doutora em História pelo ICSF-UFF e mestre em História e Crítica da Arte pela EBA-UFRJ. Professora Adjunta da FACHA. Artista plástica. Membro da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro – IHGRJ.

Kátia Sento Sé Mello

Doutora em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia do ICHF da UFF, professora da FACHA.

Paulo Henrique Andrade

Jornalista.

- 05 *A Patente*
Luigi Pirandello
- 24 *João Goulart e Salvador Allende:
a luta contra a dependência na América Latina*
Oswaldo Munteal, Thais Kronemberger,
Patrícia Nóbrega e Mariela Diosa
- 59 *Apontamentos sobre a dívida externa na América Latina*
Carlos Eduardo Martins
- 66 *Quarenta anos da Passeata dos Cem Mil e
da edição histórica do Correio da Manhã*
Pery Cotta
- 105 *Da imagem impressa: a gravura e a dispersão das formas técnicas*
Rogéria Moreira de Ipanema
- 117 *“O último elo da corrente”: uma experiência de redução
de risco na Association Espoir de la Goutte D’Or*
Kátia Sento Sé Mello
- 141 *A questão da verdade e sua aplicação no jornalismo*
Paulo Henrique Andrade

Conselho Editorial:

Carlos Deane, Drauzio Gonzaga, Fernando Sá, Nilton de Agostinho Maia, Nelson Levy, Noéli Correia de Melo Sobrinho, Rosângela de A. Aimbinder.

Coordenação Editorial: Fernando Sá

Secretário Executivo: Gilvan Nascimento

Projeto Gráfico: Amaury Fernandes

Editoração Eletrônica: André Luiz Cunha

Impressão: Corbã Editora Artes Gráficas Ltda.

Organização Hélio Alonso de Educação e Cultura

Instituição de caráter educativo criada em 08.08.69, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito da Educação nos níveis do 1º e 2º Graus e Superior, com cursos na área de Comunicação Social, Turismo, Direito e Processamento de Dados, bem como contribuir através de projetos de desenvolvimento comunitário para o bem estar social.

Sede: Rua das Palmeiras, 60 – Rio de Janeiro – Botafogo – RJ.

FACHA

Rua Muniz Barreto, 51 – Botafogo – RJ – Tel./FAX: (021) 2102-3100

E-mail: facha@helioalonso.com.br

Diretor Geral: Hélio Alonso

COMUM – v.13 – n° 30 – (janeiro/junho 2008) ISSN 0101-305X

Rio de Janeiro: Faculdades Integradas Hélio Alonso

2008

Semestral

172 Páginas

I. Comunicação – Periódicos.II. Educação

CDD 001.501

A Patente

Luigi Pirandello

Tradução: Pedro Murad

Pirandello, um dos maiores escritores italianos, nasceu em Agrigento, na Sicília. Escreveu romances, novelas, poemas, contos, dramas, ensaios, um roteiro para cinema e um libreto de ópera, onde se destacam: *O falecido Mattia Pascal*, *Um, nenhum e cem mil*, *Seis personagens a procura de um autor*, *Assim é (se lhes parece)*, *Os gigantes da montanha*, *Esta noite se improvisa*, *O humorismo*, entre outros. Prêmio Nobel de Literatura em 1934, faleceu dois anos depois, em Roma.

A comédia *A Patente (La Patente)* surge em meio ao distanciamento do autor com o verismo, o realismo que caracteriza a literatura italiana na passagem do século XIX para o século XX, pela maturação do relativismo, do instável, da impossibilidade de sentido, incomunicabilidade, características essenciais na escrita pirandelliana.

A Patente é uma adaptação e do conto homônimo escrito anteriormente por Pirandello, reunido e publicado com outros contos do autor em *Novelle per un anno*. Em 1954, foi levada para o cinema pelo comediante italiano Totò, no filme *Questa é la vita*.

A comédia gira em torno de dois personagens: *il giudice* D'Andrea e Rosario Chiàrchiaro, um *jettatore*, figura conhecida na cultura popular italiana, termo sem tradução precisa para o português, como que caipora, péfrio, azarento, alguém que lança um mau-olhado, uma maldição.

Desviando-se da comediografia tradicional, Pirandello opera uma ruptura, onde a personagem cômica — neste caso, o *jettatore* Chiàrchiaro — incorpora deliberadamente a própria destruição, toma para si a máscara cômica, num processo de inversão, onde a comicidade ganha um sentido inteiramente novo, impensável na comédia tradicional, onde o riso revela-se lenitivo. O riso pirandelliano, ao contrário, saúda a própria morte, pela dissolução implacável do indivíduo, de qualquer sentido. Um modo de engendramento do cômico, que no contemporâneo, está por toda parte.

A presente tradução se fez a partir do texto contido no vol. 7 de *Maschere nude*, editado pela Arnoldo Mondadori, em 1954 e inédita em língua portuguesa no Brasil.

A PATENTE

Comédia em um ato de Luigi Pirandello

Personagens:

O juiz D'ANDREA

MARRANCA, oficial de justiça

Três outros Juízes

ROSARIO CHIÀRCHIARO

ROSINELLA, sua filha

Gabinete do Juiz D'Andrea. Estante grande ocupa quase toda a parede ao fundo, cheia de caixas com arquivos, abarrotados de documentos. Escrivanhinha sobrecarregada de papéis, à direita, ao fundo. Ao lado, à parede da direita, uma outra prateleira.

A cadeira de braços de couro do juiz, junto à escrivanhinha. Outra cadeira antiga. O ambiente é antiquado. Na parede direita, a porta.

À esquerda, uma janela ampla, alta, com vitral antigo. Perto da janela, uma coluna sobre a qual vê-se uma grande gaiola. Num canto, uma portinhola oculta.

D'Andrea entra pela porta com chapéu à cabeça e sobretudo. Carrega na mão uma gaiolinha um pouco maior que um palmo. Vai até a gaiola maior, abre a portinhola, depois a portinhola da gaiolinha donde retira um pintassilgo, transferindo-o para a gaiola maior.

D'ANDREA:

Aí, dentro! Entre, seu preguiçoso! Oh, pronto... Quietinho agora e basta. Me deixe conduzir a Justiça entre essa raivosa e mesquinha humanidade!

Retira o sobretudo e o chapéu e colocando-os no cabide. Senta-se à escrivaninha; pega os autos do processo que deve instruir, os sacode ao ar impaciente, e resmunga:

D'ANDREA:

Ah, meu caro...

Fica absorto, pensando, após um tempo toca a campainha. Entra o oficial de justiça Marranca.

MARRANCA:

Às ordens, senhor juiz!

D'ANDREA:

Tome, Marranca: vá ao Beco do Forno, aqui perto, à casa do Chiàrchiaro.

MARRANCA: *(num salto para trás, fazendo um sinal de esconjuro com as mãos)*
Pelo amor de Deus! Não diga este nome, senhor juiz!

D'ANDREA: *(irritadíssimo, batendo na escrivaninha com o punho)*

Basta, por Deus! Proíbo-lhe de proferir assim, na minha frente, tanta asneira, prejudicando um pobre homem. E que fique bem claro!

MARRANCA:

Desculpe, senhor juiz! Mas eu disse também pelo seu bem...

D'ANDREA:

Ah, e ainda insiste?

MARRANCA:

Não falo mais! Não falo mais! O que deseja que eu vá fazer na casa deste... deste... cavalheiro?

D'ANDREA:

Diga que preciso falar-lhe, e que se apresente imediatamente.

MARRANCA:

Imediatamente, senhor Juiz. Como deseja. Mais alguma ordem?

D'ANDREA:
Nenhuma. Vá!

Marranca sai, segurando a porta para dar passagem a outros três juizes, que entram vestindo toga e touca. Trocam saudações com D'Andrea, e vão os três olhar o pintassilgo na gaiola.

PRIMEIRO JUIZ:
O que disse, hein, este senhor pintassilgo?

SEGUNDO JUIZ:
Sabe que é realmente curioso com este passarinho?

TERCEIRO JUIZ:
Toda a cidade chama: o "Juiz Pintassilgo"!

PRIMEIRO JUIZ:
Cadê, cadê a gaiolinha?

SEGUNDO JUIZ: *(pegando a gaiolinha da escrivaninha onde estava guardada)*
Aqui está ela! Meus senhores, olhem: coisa de menino! Logo um homem tão sério...

D'ANDREA:
Ah, eu? Coisa de menino? Por conta desta gaiola? E vocês, então, se comportando assim?!

TERCEIRO JUIZ:
Ei, ei, nós honramos a toga!

D'ANDREA:
Mas chega, não brinquemos mais! Onde estamos?! Quando garoto, brincava com os meus amigos "No Tribunal". Um era o réu, outro, presidente do júri; e também, juizes, advogados... Brincavam também os senhores e lhes asseguro que, naquele tempo, éramos todos bem mais sérios!

PRIMEIRO JUIZ:

Ei, nada disso!

SEGUNDO JUIZ:

Tudo sempre acabava em pancadaria!

TERCEIRO JUIZ: *(mostrando uma velha cicatriz na testa)*

Olhem cá: uma cicatriz de uma pedrada que levei de um advogado de defesa, enquanto fugia do promotor!

D'ANDREA:

Tudo que havia de belo na toga era a grandeza, e dentro dela nós éramos meninos. Agora é o oposto: nós, grandes, e a toga — o mesmo jogo de quando éramos meninos. É preciso coragem para usá-la a sério.

Pega os autos do processo Chiàrchiaro.

D'ANDREA:

Aqui está, meus senhores. Eu devo instruir este processo. Nada de mais iníquo que este processo. Iníquo, porque contém a mais desumana injustiça contra a qual um pobre diabo tenta rebelar-se, sem nenhuma probabilidade de salvar-se. Há uma vítima aqui, que mal pode pegar-se com um. Quis, logo neste processo, pegar-se com dois. Com os dois primeiros que lhe apareceram, e — sim, senhores — a justiça deve lhe ser implacável, implacável, sem volta, ratificando assim, ferozmente, a iniquidade de que este pobre homem é vítima.

PRIMEIRO JUIZ:

Mas que processo é esse?

D'ANDREA:

Aquele aberto por Rosario Chiàrchiaro.

Num segundo, ao ouvir o nome, os três juízes, como Marranca, dão um salto para trás, fazendo um gesto de esconjuro, assustados, gritando:

JUIZES:

Pela Madona Santíssima! Isola! Quer ficar quieto!

D'ANDREA:

Pronto, viram? E deveriam justamente os senhores fazer justiça a este pobre homem!

PRIMEIRO JUIZ:

Mas que justiça?! Trata-se de um louco!

D'ANDREA:

Um desgraçado!

SEGUNDO JUIZ:

Pode ser até um desgraçado... Mas, desculpe, é definitivamente um louco! Move uma ação por difamação contra o filho do prefeito, nada menos, e ainda...

D'ANDREA:

... contra o assessor Fazio!

TERCEIRO JUIZ:

Por difamação?

PRIMEIRO JUIZ:

É isso mesmo, compreende? Porque, segundo relata, surpreendeu os dois fazendo um gesto de esconjuro, quando passava por eles.

SEGUNDO JUIZ:

Mas como difamação se em toda cidade, há pelo menos dois anos, está difundidíssima sua imensa fama de pé-frio?

D'ANDREA:

E muitas testemunhas podem vir ao tribunal e jurar que em tantas e tantas ocasiões ele deu sinais de conhecer bem esta sua fama maldita, reagindo com protestos furiosos!

PRIMEIRO JUIZ:

Ah, veja? E você mesmo o diz!

SEGUNDO JUIZ:

Ora, como condenar, em sã consciência, o filho do prefeito e o assessor Fazio por difamação por terem feito algo que há tempos costumam fazer todos, abertamente?

D'ANDREA:

Inclusive os senhores...

JUÍZES:

Claro! É terrível, sabia? Deus nos livre e guarde!

D'ANDREA:

E depois ficam espantados, meus amigos, que eu traga comigo um pintassilgo? Mesmo assim, o trago — os senhores sabem — porquê estou sozinho há um ano. Era de minha mãe esse passarinho. Para mim é a lembrança viva dela: não poderia me separar. Falo com ele, imitando, assim, seu trinado, o seu canto — e ele me responde. Eu não sei o que lhe digo; mas ele, se me responde, é sinal que capta qualquer sentido nos sons que lhe faço. Tal como nós, meus amigos, quando acreditamos que a natureza nos fala com a poesia de suas flores, ou com as estrelas do céu, enquanto a natureza talvez nem perceba nossa existência!

PRIMEIRO JUIZ:

Siga, siga, meu caro, com esta filosofia, e verá como acabará bem!

Ouvem-se batidas na porta, vê-se a cabeça de Marranca, sinalizando querer entrar.

MARRANCA:

Posso entrar?

D'ANDREA:

Entre, Marranca!

MARRANCA:

Em casa, ele não estava, senhor juiz. Ordenei a uma de suas filhas que, ao chegar, o mandem pra cá. Mas, veio comigo a menorzinha delas: Rosinella. Se vossa senhoria quiser recebê-la...

D'ANDREA:

Mas não: eu quero falar com ele!

MARRANCA:

Disse que deseja lhe fazer não sei que pedido, senhor juiz. Está toda apavorada.

PRIMEIRO JUIZ:

E nós nos vamos indo. Até mais ver, D'Andrea!

Trocam felicitações. Os três juízes saem.

D'ANDREA:

Então, faça-a entrar!

MARRANCA:

Imediatamente, senhor juiz.

Sai Marranca. Rosinella, dezesseis anos, pobremente vestida, mas com certa decência. Vê-se seu rosto cruzando a soleira da porta. Usa um xale negro de lã.

ROSINELLA:

Com licença?

D'ANDREA:

Entre, entre!

ROSINELLA:

Serva de vossa senhoria. Ah, Jesus meu, senhor Juiz, vossa senhoria mandou chamar meu pai? Por quê? Este susto nos tirou todo o sangue das veias!

D'ANDREA:

Se acalme! De que te assustas!

ROSINELLA:

É que nós, excelência, nunca tivemos nada a tratar com a Justiça!

D'ANDREA:

A Justiça os apavora tanto assim?

ROSINELLA:

Sim, senhor. E lhe digo: não temos mais sangue nas veias! A gente má, excelência, tem assuntos a tratar com a Justiça. Nós somos quatro pobres desgraçados. Se até a Justiça agora se volta contra nós...

D'ANDREA:

Mas não. Quem lhe disse uma coisa dessas? Fique tranqüila. A justiça não está contra vocês.

ROSINELLA:

E por que então vossa senhoria mandou chamar meu pai?

D'ANDREA:

Seu pai é que quer ficar contra a Justiça.

ROSINELLA:

Meu pai? Que diz?!

D'ANDREA:

Não se assuste. Veja que eu mesmo rio... Mas como? Não sabe que seu pai se meteu numa querela com o filho do prefeito e do assessor Fazio?

ROSINELLA:

Meu pai? Não, senhor! Não sabemos de nada. Meu pai está numa querela?

D'ANDREA:

Aqui estão os autos!

ROSINELLA:

Meu Deus! Meu Deus! Não lhe dê atenção, senhor Juiz! Há mais de um mês, está como louco, meu pai! Não trabalha há mais de um ano, entende? Porquê o expulsaram, o jogaram no meio da rua; fustigado por todos, fugindo de todos como um pestilento! Ah, ele quer brigar? Com o filho do prefeito? Está louco, está louco! É esta guerra infame que todos

Ihe fazem, com esta fama que lhe deram, que lhe tolheu o cérebro! Por favor, senhor juiz: faça ele retirar esta queixa! Faça-o parar!

D'ANDREA:

Mas sim, minha cara! Quero exatamente isso. E lhe fiz chamarem por isso! Espero que consiga. Mas você sabe: é muito mais fácil fazer o mal que o bem.

ROSINELLA:

Como, excelência?! Mesmo para vossa senhoria?

D'ANDREA:

Mesmo para mim. Porque o mal, minha cara, se pode fazer a todos e por todos. Mas o bem, só àqueles que precisam.

ROSINELLA:

E o senhor não acredita que meu pai precise?

D'ANDREA:

Acredito, acredito. Mas é que fazer o bem, minha filha, deixa sempre ressentidos aqueles que queremos beneficiar, e o benefício torna-se difícilimo. Entende?

ROSINELLA:

Não, senhor, não entendo. Mas faça de tudo, vossa senhoria! Para nós não existe mais o bem nesta cidade, não temos sossego.

D'ANDREA:

Mas vocês não poderiam ir embora desta cidade?

ROSINELLA:

E ir pra onde? Ah, vossa senhoria não sabe como é! A carregamos conosco, esta fama, onde quer que vamos. Não se arranca nem com uma faca. Ah, se visse o meu pai, como mudou. Deixou crescer a barba — um barbarrão que parece uma coruja... Costurou para si um traje, excelência, que quando vestir, assustará a gente, fazendo fugir até os cães!

D'ANDREA:

Mas por quê?

ROSINELLA:

Só ele sabe porquê! Mas lhe aviso: está enlouquecido! Faça ele retirar a queixa, pelo amor de Deus!

Ouve-se baterem na porta.

D'ANDREA:

Quem é? Entre!

MARRANCA: *(tremendo, entrando no gabinete)*

Ei-lo, senhor Juiz! O que... o que devo fazer?

ROSINELLA:

Meu pai?

Rosinella fica de pé, assustada.

ROSINELLA:

Meu Deus! Não deixe ele me ver aqui, excelência, por favor!

D'ANDREA:

Por que? O que é? Ele te come viva, se te vê aqui?

ROSINELLA:

Não, senhor. Mas não quer que saiamos de casa. Onde me escondo?

D'ANDREA:

Aqui. Não tenha medo.

D'Andrea abre a saída oculta na parede esquerda.

D'ANDREA:

Saia por aqui! Siga pelo corredor adiante e encontrará a saída.

ROSINELLA:

Sim, senhor. Obrigada. Meus cumprimentos a vossa senhoria. Sou sua serva.

Sai pela portinhola. D'Andrea fecha a portinhola.

D'ANDREA: *(para Marranca)*

Faça-o entrar!

MARRANCA: *(abrindo ao máximo a porta, mantendo-se afastado, com medo)*

Em frente, em frente... pode entrar...

Entra Rosario Chiàrchiaro. Tem uma cara de maldito que é um espanto aos olhos. Deixou crescer sobre as bochechas amareladas uma barba encrespada e cheia. Sobre o nariz um óculos com armação feita de osso que lhe assemelha a uma coruja. Veste um traje lustrado, cor de rato, que lhe aperta por todos os lados, e uma bengala com alça de chifre na mão. Entra em passos de marcha-fúnebre, golpeando o chão com a bengala a cada passo, e pára defronte o juiz.

D'ANDREA: *(com uma explosão violenta de irritação)*

Ah, faça-me o favor! Que história é essa? Se envergonhe, homem!

CHIÀRCHIARO: *(sem intimidar-se minimamente à explosão do juiz, arreganha os dentes amarelados e diz baixo)*

O senhor, então, não acredita?

D'ANDREA:

Lhe pedi que me fizesse o favor. Não façamos mais brincadeiras, caro Chiàrchiaro! Sente-se, sente-se aqui!

D'Andrea se aproxima, fazendo um movimento de colocar a mão no ombro de Chiàrchiaro, para induzi-lo a sentar-se.

CHIÀRCHIARO: *(num segundo, esquivando-se, num frêmito)*

Não se aproxime! Olhe lá! Quer perder a vista dos olhos?

D'ANDREA: *(olhando-o friamente)*

Enfim... Como lhe for mais cômodo... Mandei chamá-lo pelo seu bem. Ali tem uma cadeira: sente-se!

Chiàrchiaro pega a cadeira, senta-se, olha o juiz. Com as mãos, roda a bengala sobre as pernas, como um rolo de macarrão, balançando a cabeça por um tempo. Ao final, resmunga:

CHIÀRCHIARO:

Pelo meu bem? Pelo meu bem, o senhor disse? Tem coragem de dizer “pelo seu bem”! E o senhor se imagina fazendo o meu bem, senhor juiz, dizendo que não crê na maldição?

D’ANDREA: *(sentando-se)*

Quer que eu lhe diga que creio? Lhe direi que creio! Está bem?

CHIÀRCHIARO: *(sério, com tom de quem não está para brincadeiras)*

Não, senhor! O senhor tem motivos para acreditar de verdade. De ver-da-de! Não só, mas deve demonstrá-lo, instruindo o processo!

D’ANDREA:

Ah, olhe: isto será um pouco difícil!

CHIÀRCHIARO: *(levanta-se, intentando sair)*

Então me vou!

D’ANDREA:

Ei, basta! Sente-se! Mandei parar com esta história!

CHIÀRCHIARO:

Eu, com história? Não me provoque; ou terá uma experiência pavorosa... Veja lá! Veja lá!

D’ANDREA:

Ora, pois eu não vejo nada!

CHIÀRCHIARO:

Veja bem, que estou lhe avisando! Sou terrível, sabia?

D'ANDREA: (*severo*)

Basta, Chiàrchiaro! Não me esgote. Sente-se e tratemos de nos entender. O chamei para mostrar que o caminho que você tomou não é propriamente aquele que vai conduzi-lo a bom porto.

CHIÀRCHIARO:

Senhor Juiz, eu estou contra a parede, num beco sem saída. Mas de que porto, de que caminho está falando?

D'ANDREA:

Deste pelo qual lhe vejo trilhando e daquele lá, da ação que está movendo. Já um e outro, me desculpe, são entre eles assim...

D'Andrea opõe os dois dedos indicadores, para mostrar que os dois caminhos são incompatíveis.

CHIÀRCHIARO:

Não, senhor. São apenas para o senhor, juiz!

D'ANDREA:

Como não? Aqui no processo, acusa dois homens de difamação porque crêem-no pé-frio, mas quer que eu — justo eu — acredite na sua maldição ou coisa parecida!

CHIÀRCHIARO:

Sim, senhor. Perfeitamente.

D'ANDREA:

E não parece também ao senhor que temos aí uma contradição?

CHIÀRCHIARO:

Me parece, senhor juiz, uma outra coisa. Que o senhor não entende nada!

D'ANDREA:

Diga, diga, caro Chiàrchiaro! Talvez seja uma verdade sacrossanta, o que tem a dizer. Mas tenha a bondade de explicar-me, porquê não entendo nada mesmo.

CHIÀRCHIARO:

Lhe explico num segundo. Não só o farei ver que o senhor não entende nada, mas ainda ver pra crer que o senhor é meu inimigo.

D'ANDREA:

Eu?

CHIÀRCHIARO:

O senhor, o senhor mesmo. Me diga uma coisa: sabe ou não sabe que o filho do prefeito contratou para defendê-lo o advogado Lorecchio?

D'ANDREA:

Sei.

CHIÀRCHIARO:

E sabe que eu — eu, Rosario Chiàrchiaro — eu mesmo, em pessoa, fui ao advogado Lorecchio dar-lhe todas as provas do fato: isto é, que eu não só estava ciente há mais de um ano, que todos, vendo-me passar, faziam o benz'a deus e outros esconjuros mais ou menos discretos. Mas também as provas, senhor Juiz, provas documentais, testemunhos irrefutáveis, entende? Irrefutáveis por causa dos fatos assustadores, sobre os quais se edificou inabalável — inabalável — a minha fama de pé-frio?

D'ANDREA:

Você? Como? Você forneceu as provas ao advogado do adversário?

CHIÀRCHIARO:

A Lorecchio. Sim, senhor.

D'ANDREA:

Bem... Confesso que entendo ainda menos.

CHIÀRCHIARO:

Menos? Ora, o senhor não entende absolutamente nada!

D'ANDREA:

Desculpe... Foi levar estas provas que lhe comprometem ao advogado adversário. Por quê? Para tornar ainda mais certa a absolvição daqueles dois? Mas então por que move o processo contra ambos?

CHIÀRCHIARO:

Mas esta pergunta é a prova, senhor juiz, de que o senhor não entende mesmo nada! Eu entrei com este processo porque quero o reconhecimento oficial do meu poder. Ainda não entende? Quero que seja oficialmente reconhecido este meu poder terrível, que é agora meu único patrimônio, senhor juiz!

D'ANDREA: *(comovido)*

Ah, pobre Chiàrchiaro, meu pobre Chiàrchiaro, agora entendo! Belo patrimônio, pobre Chiàrchiaro! E o que fazer com ele?

CHIÀRCHIARO:

O que fazer? Como “o que fazer”? O senhor, caro juiz, para exercer esta profissão de juiz — ainda que tão mal, a exerça — não teve que ser diplomado?

D'ANDREA:

Bem, sim, diplomado...

CHIÀRCHIARO:

Então! Quero também um diploma, um atestado: a patente de azarento e pé-frio. Com selo e carimbo. Chancela legal. Pé-frio notoriamente reconhecido em régio tribunal!

D'ANDREA:

E depois? O que fará?

CHIÀRCHIARO:

Que farei? Mas o senhor é mesmo lento, hein? Colocarei no meu cartão de visitas! Ah, e lhe parece pouco? A minha patente! A minha patente! Será doravante a minha profissão! Eu fui arruinado, senhor juiz! Sou um pobre pai de família. Trabalhava honestamente. Me botaram

pra fora e me jogaram no meio da rua, por causa desta fama de pé-frio! Na rua da amargura, com uma esposa parálitica, há três anos entredada no leito! E com duas moças, que se o senhor as visse, senhor juiz, lhe arrancaria o coração a pena que dão. Bonitinhas as duas — mas ninguém vai querer desposá-las, porque são minhas filhas, entende? Sabe de que vivemos agora os quatro? Do pão que deveria encher a barriga do meu outro filho, que tem a sua própria família, três meninos! E lhe parece que meu pobre filho agüentará por quanto tempo este sacrifício por mim? Senhor juiz, não me resta outra alternativa que exercer a profissão de pé-frio.

D'ANDREA:

Mas o que ganhará com isso?

CHIÀRCHIARO:

O que ganharei? Ora, lhe explico. Mas, repare: me cai bem este traje. Faço tremer! Esta barba... este óculos... É só o senhor me fazer a graça de bater o martelo, que entro em campo! O senhor pergunta como? Se ainda me pergunta — repito — é porque é meu inimigo declarado!

D'ANDREA:

Eu? Mas pareço seu inimigo?

CHIÀRCHIARO:

Sim senhor, o senhor! Porque teima em não acreditar em meus poderes! Mas por sorte acreditam os outros, sabe? Todos acreditam. Esta é a minha fortuna! Existem tantas casas de jogo nesta cidade! Bastará que eu me apresente. Não será preciso dizer nada. O gerente da casa, os jogadores, me pagarão para não ter-me por perto, e fazendo-me ir embora! Vou zumbir como uma mosca ao redor de cada fábrica; vou me fixar ora frente uma loja, ora frente outra. Ali tem uma joalheria? Em frente à vitrine daquela joalheria fico plantado. (*representando*) Me ponho a encarar a gente assim. (*representando*) E quem acha que entraria na loja para comprar uma jóia, ou mesmo olhar a vitrine? Virá fora o patrão e me colocará nas mãos três, cinco liras para que eu me coloque de sentinela defronte à loja de seu rival. Entende? Será uma espécie de taxa que eu passarei a cobrar.

D'ANDREA:
A Taxa da Ignorância!

CHIÀRCHIARO:
Da ignorância? Mas não, meu caro! A Taxa da Saúde! Porque acumulei tanta bile e tanto ódio, eu, contra toda esta asquerosa humanidade, que creio realmente, senhor juiz, ter comigo o poder de fazer ruir uma cidade inteira! — Percebe! Percebe por Deus! Não vê? O senhor parece uma estátua de sal!

D'Andrea é tomado de uma profunda piedade, atônito, a mirá-lo.

CHIÀRCHIARO:
Mexa-se! E se ponha a instruir este processo que fará história, de modo que os dois acusados estarão livres pela inexistência de delito. Isto significará para mim o reconhecimento oficial de minha profissão de pé-frio!

D'ANDREA: *(levantando-se)*
A sua patente?

CHIÀRCHIARO: *(em pose grotesca, batendo a bengala)*
A minha patente, sim, senhor!

Mal termina de falar, a janela se abre com o vento, fazendo tombar a coluna, derrubando a gaiola com o pintassilgo.

D'ANDREA: *(gritando, acorrendo)*
Ah, meu Deus! O pintassilgo! O pintassilgo! Ah, meu Deus! Está morto... morto... A única lembrança de minha mãezinha... morto... morto...

Com os gritos, entram apressados os três juízes e Marranca, que ficam pálidos ao verem Chiàrchiaro.

TODOS:
Mas o que houve?

D'ANDREA:
O vento... a janela... o passarinho...

CHIÀRCHIARO: *(com um grito de triunfo)*
Mas que vento?! Que janela?! Fui eu! Não queria acreditar e lhe dei a prova! Eu! Eu! E como morreu o passarinho...

Subitamente, aos temores dos presentes, que tentam se afastar:

CHIÀRCHIARO:
... Assim, um a um, morrerão todos vocês!

TODOS: *(protestando, suplicando, rogando em coro)*
Pela sua alma! Sigure a língua! Deus, nos ajude! Sou um pai de família!

CHIÀRCHIARO: *(alto, estendendo a mão)*
E então aqui, depressa — paguem a taxa! — Todos!

OS TRÊS JUÍZES: *(tirando dinheiro do bolso)*
Sim, depressa! Aqui está! Mas vá! Pela graça de Deus!

Exultante, para o juiz D'Andrea, com a mão estendida.

CHIÀRCHIARO:
Viu? E ainda não tenho a minha patente! Instrua o processo! Estou rico! Rico!

FIM

João Goulart e Salvador Allende: a luta contra a dependência na América Latina

Oswaldo Munteal
Thais Kronemberger
Patrícia Nóbrega
Mariela Diosa

Santiago, agosto 25 de 1965

SENHOR
JOÃO GOULART
MONTEVIDEO

Meu distinto presidente e companheiro:

Aproveito o cordial intermediário Tiago de Melo para transmitir-lhe mais uma vez, os sentimentos da minha mais absoluta solidariedade com a causa da libertação do povo brasileiro que Vs. encara nesta hora tão dura para a imensa maioria dos seus conterrâneos. Gostaria de encontrar algumas expressões capazes de contribuir para que a sua tarefa pessoal receba novos estímulos e seja assim enriquecida. Porém, limitar-me-ei a afirmar que aqui no Chile acompanhamos com agonia e sensibilidade as alternativas que se passam na sua terra.

Não tem cabimento que comece eu uma análise dos fatos. Basta contemplar as coisas com um olhar claro e sem preconceitos nem ceticismo. Cada dia que passa adquire uma maior consistência nos nossos espíritos o convencimento de que os fatos acontecidos no Brasil permitiram colocar em evidência muito precisa quais são os fatores que frustram o desenvolvimento latino-americano. Por isso mesmo, a temida experiência de Vs. evitará nos demais países, fracassos e tam-

bém evitará, em última instância, a escassa dor do nosso povo. Esta noção do próprio sacrifício pelo bem e pela homenagem dos outros constitui para os espíritos mais fortes e para as almas generosas, fato reconfortante.

Acrescento querido companheiro, a certeza de que cada chileno – cada filho do nosso povo não cego pela ignorância e a miséria e não confuso pela mistificação e a mentira publicitária massiva – sabe que no Brasil cumpre-se um processo que faz parte do próprio processo e da sua própria carne.

Tiago de Melo está, certamente, em condições de dar a Vs., uma visão correta e verdadeira sobre o Chile e seu novo regime e que a minha pessoa não será alentadora.

As contradições, a meu ver, deixaram-se sentir mais rápido do que o esperado, mesmo pelos espíritos mais pessimistas e em nome da revolução, a liberdade caminha para uma etapa de conseqüências imprevisíveis, e nas quais até hoje, o único item destacável e provável é a acentuação imperialista pelos convênios do cobre, cuja aprovação legislativa nos esforçamos para impedir, dentro das características do sistema, que até hoje, impõe seu signo na vida civil e nacional. Pode-se dizer, por desgraça ou por fortuna, que existe um momento em que a voracidade publicitária e as revoluções têm que encarar os fatos. E assim, surge nítida a verdade, certificando-se que as coisas são como são e não como a mentira quer que sejam.

A partida de Tiago de Melo é, para seus amigos, uma perda que imaginamos somente transitória. Mas, em todo caso, o povo brasileiro teve no Chile alguém que mostrou de forma muito positiva todas as suas características intelectuais e artísticas e, além do mais, um incansável difusor da realidade da sua luta atual. Espero que este afastamento seja compensado pelos frutos das tarefas que agora Tiago encarará para benefício da sua pátria e do processo popular da América Latina.

Repito, pois, os sentimentos do meu afeto e o vivo desejo que alentamos por ser úteis à causa da sua pátria.

Receba um fraternal abraço do seu amigo companheiro

Salvador de Allende G.

Introdução

*Jornalismo é dar nome aos culpados
e agüentar as conseqüências.*

Robert Fisk¹

Nos 100 anos de nascimento de Salvador Allende, este artigo pretende oferecer em primeiro lugar o acesso a uma correspondência inédita entre o presidente Allende e o presidente João Goulart num período importante da história recente da América Latina. Hoje, assistimos a uma retomada do projeto nacional para o continente com a ascensão de Lula, Morales, Chavez, Correa, Kirchner, Vasquez, Bachelet e Lugo. A intensidade das reformas não é a mesma de um país para o outro, porém o fluxo de mudanças faz com que este passado recente, em torno das raízes do espaço autóctone seja analisado. A origem andina, a maioria negra e os bolsões de miseráveis espalhados pela região assumiram outro contorno nesta última década relativamente ao olhar estatal, através de programas crescentes de reparação e inclusão sociais.

Em segundo lugar, mas não numa escala inferior, convidar o leitor a uma reflexão acerca dos caminhos que estavam sendo trilhados na região nos anos 1960. Certamente, os historiadores, os cientistas sociais e os jornalistas têm um encontro marcado com esta década. Podemos acrescentar que a experiência política vivida durante as ditaduras no Cone-Sul enfraqueceu a nossa crítica e reduziu a nossa combatividade face às operações de extermínio de lideranças, além do silêncio imposto a uma geração que crescia numa época de profunda transformação da consciência social. A derrubada do governo chileno, o assassinato do presidente e a instalação da ditadura fascista surgiram como o resultado de uma grande conspiração, numa articulação dos EUA, de diversas corporações multinacionais, instituições financeiras internacionais e regionais, setores da grande burguesia dos países latino-americanos e integrantes da burguesia e setores importantes das forças armadas chilenas. A derrubada de Allende em 11 de setembro de 1973 comprometeu toda a região e mergulhou o continente num vácuo de democracia.

O governo João Goulart (1961-1964) e o golpe civil-militar de 1964

Em setembro de 1961, João Goulart assumiu a presidência da República no Brasil apoiado por diversos setores sociais da população, como estudantes, intelectuais e sindicatos de trabalhadores, sob um cenário de grave crise militar e descontrole das contas públicas. O sistema parlamentarista, aprovado rapidamente para viabilizar sua posse e com a finalidade de impedir o exercício pleno dos poderes do presidente da República, não permitiu que Jango implementasse os projetos reformistas do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). João Goulart procurou desarmar seus opositores através de uma política de conciliação, marcada pelo diálogo com diversos partidos representados no Congresso Nacional.

Problemas de difícil solução foram herdados por Jango. Havia uma forte crise econômico-financeira, com crescente aumento da inflação, além de exigências do governo norte-americano de pagamento de indenizações às empresas de energia e de comunicação devido à nacionalização.

Nas primeiras semanas, o governo dedicou-se à formulação de seu programa, tendo como pontos centrais: a defesa de reajustes salariais compatíveis com os índices de inflação; a autonomia da política externa; a nacionalização de algumas subsidiárias estrangeiras e as reformas de base (agrária, urbana, administrativa, universitária, tributária, fiscal e bancária). Com relação à reforma política, reivindicava-se a extensão do voto aos analfabetos e aos oficiais não-graduados das Forças Armadas, além da legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

As pressões pelas Reformas eram muitas, mas o governo enfrentava problemas no Congresso Nacional como, por exemplo, as divergências que haviam entre o Partido Social Democrático (PSD) e o PTB, com destaque para o tema da reforma agrária. O debate voltava-se para o art. 141 da Constituição que afirmava que as desapropriações de terras para a reforma agrária deveriam ser realizadas com indenizações prévias e em dinheiro. Nestas circunstâncias, divergia-se em como definir que tipo de reforma agrária deveria ser implementado, ou seja, a quem beneficiaria, em detrimento de quais forças sociais e políticas e quais os instrumentos legais para executá-la através de alianças que tornassem seus custos sociais politicamente viáveis. O PSD concordava com as indenizações, na condição de títulos de dívida pública, e permitia que as desapropriações atingissem apenas o latifúndio improdutivo. As esquerdas defendiam o programa reformista afastando-se da luta parlamentar, adotando a ação direta e

movilizando os trabalhadores para exigir medidas mais imediatas, ainda que em embate com o poder Legislativo (Gomes e Ferreira, 2007).

Atendendo aos apelos dos setores nacionalistas e de esquerda, Jango afirmava o caráter inadiável das reformas de base, insistindo, desta forma, na implementação da reforma agrária, pois era um aspecto fundamental à melhoria do poder aquisitivo da população e do desenvolvimento do país.

Uma questão importante deste período foi o avanço da proposta nacionalista de Goulart com a implantação da Eletrobrás e a assinatura da Lei de Remessa de Lucros para o Exterior. Esta significava o rompimento com o passado colonial, ou pelo menos mais uma conquista da soberania nacional. Também merece destaque a política externa independente que incluía o restabelecimento das relações com os países socialistas. Em novembro de 1961, o Brasil restabeleceu relações diplomáticas com a União Soviética com a justificativa de amplas possibilidades apresentadas pelo mercado soviético para as exportações brasileiras. O governo Goulart também rechaçou as sanções contra Cuba, proposta pelos Estados Unidos, como também os preparativos para a intervenção armada em território cubano.

Acrescenta-se a este contexto o agravamento da crise econômico-financeira permeada por confrontos político-ideológicos. O governo norte-americano e o FMI (Fundo Monetário Internacional) bloqueavam todos os créditos para o Brasil, exigindo um plano de estabilização da moeda e o pagamento de indenizações às empresas estrangeiras expropriadas.

É importante destacar que em janeiro de 1963 inaugurou-se uma nova fase no cenário político brasileiro. Os brasileiros aptos a votar compareceram às urnas e decidiram pela adoção do regime presidencialista, abrindo uma nova fase da gestão de Goulart com fortes expectativas para a implementação de um programa de reformas em torno do exercício pleno do poder presidencial.

Responsável pela definição de uma nova estratégia nacional voltada para a modernização e para o desenvolvimento foi divulgado, em dezembro de 1962, o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, elaborado por Celso Furtado, ministro do Planejamento. O Plano Trienal tinha como metas principais combater a inflação e, em seguida, implementar as reformas de base, em especial a reforma agrária. Porém, o alcance de tais reformas dependia de uma ação conjunta dos poderes da República, num período de dificuldades nas relações entre os poderes Legislativo e Executivo.

Como apontado por Abreu (2001), o êxito do programa apresentava

dois requisitos: a pressão inflacionária deveria ser reduzida por meio do financiamento contínuo do investimento público em alto nível, considerado essencial para o crescimento e a capacidade para importar seria mantida por um refinanciamento da dívida externa do país, concentrado em obrigações de pagamento a médio e a curto prazos. Com tantas críticas, Jango após três meses abandonou o Plano Trienal e voltou-se para a aprovação da reforma agrária, mas o conflito entre PSD e PTB impedia qualquer negociação no Congresso.

Como analisado por Munteal, Ventapane e Freixo (2006) é importante destacar que segundo depoimentos de Celso Furtado, o Plano Trienal sofreu uma ambivalência grave. Deve-se considerar os limites e as contradições de uma política econômica cepalina diante das desigualdades regionais e da dívida social do Brasil. Além disso, a idéia de uma economia planificada espantou as elites e acelerou a capacidade de liderança do presidente. Desta forma, o Plano Trienal representava um movimento de idéias que vinha se formando sobre o Brasil e as suas demandas, marcado pelo longo prazo e por instrumentos de mensuração social sensíveis às regiões mais debilitadas social e economicamente pela ampla história de dependência econômica.

A partir de 1963, a crescente radicalização política começou a desestabilizar o governo Goulart. Como descrito por Gomes e Ferreira (2007), um episódio envolvendo um grupo de sargentos insatisfeitos com a decisão judicial de que não poderiam ser eleitos ocupou Brasília pelas armas. Os ministros militares sentindo-se atingidos reagiram propondo a decretação do estado de sítio, o que foi aceito por Jango. Apesar de o pedido ter sido enviado ao Congresso Nacional, não havia bases políticas para a sua sustentação. Neste momento as forças contrárias ao governo Goulart uniram-se, pois viram no pedido de estado de sítio um fortalecimento inaceitável do presidente com os grupos de esquerda. Com isso, grupos políticos amplos e diferenciados entre si rejeitaram o pedido de estado de sítio e a posição assumida por Jango.

No final de 1963, estava claro que tanto as forças de direita quanto as de esquerda partiriam para um confronto. Quaisquer acordos e compromissos tornavam-se inviáveis. Jango começou a abandonar as suas tentativas de negociação e empenhou-se na aproximação dos setores de esquerda, persistindo na implementação de um projeto nacional reformista.

Como destacado por Abreu (2001) Jango concretizou diversas medidas que beneficiavam os trabalhadores, como a extensão dos benefícios da

Previdência Social aos trabalhadores rurais, a obrigatoriedade do empresariado em proporcionar ensino elementar gratuito aos funcionários, caso as empresas possuam mais de 100 empregados, e também o envio ao Congresso Nacional de mensagem que concedia ao funcionalismo público o 13º salário. Dentre estas medidas é importante destacar o Decreto Supra, como ficou conhecido o pedido ao presidente da Superintendência da Política Agrária, um decreto que permitisse a desapropriação de 20 km nas margens das rodovias e ferrovias federais. Este veio a se tornar o grande marco do seu governo.

A conspiração contra o golpe se expandia e Goulart possuía consciência disso. Em início do ano de 1964, as negociações com o FMI haviam sido restabelecidas e havia perspectivas de novos investimentos estrangeiros, porém eram acordos isolados e o governo norte-americano não possuía a menor intenção de auxiliar o governo Goulart. Junto a isto, o processo de radicalização política assumiu proporções preocupantes para a estabilidade democrática, em especial com o anúncio da realização do comício no dia 13 de março de 1964, na Central do Brasil, no Rio de Janeiro. O comício das reformas, como ficou conhecido, contou em peso com a presença das principais lideranças políticas de esquerda. Jango proclamou a necessidade de modificar a Constituição e anunciou a adoção de importantes medidas, como a encampação de refinarias de petróleo particulares e o da Supra e o envio ao Congresso da mensagem presidencial pedindo a emenda do artigo da Constituição que previa a indenização prévia e em dinheiro para as desapropriações de terra.

Um episódio importante deste período conhecido como a Revolta dos Marinheiros marcou o já conturbado cenário político brasileiro. Um grupo de marinheiros contrariando a proibição do Ministério da Marinha compareceu a uma reunião no sindicato dos metalúrgicos, no Rio de Janeiro, comemorativa da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais. Este ato foi considerado uma subversão da hierarquia militar e o ministro da Marinha, Silvio Mota, enviou uma tropa de fuzileiros navais para invadir o prédio do sindicato e retirar os marinheiros do local. Contudo, a tropa negou-se a atacar e aderiu à revolta. A posição do comandante, Cândido Aragão, aliada à ordem emitida em seguida por Goulart, proibindo as tropas de invadir o local da reunião, provocou a renúncia do ministro da Marinha, Silvio Mota, pois sentiu-se desprestigiado. No dia seguinte, em 26 de março de 1964, o ministro do Trabalho, representan-

do o presidente da República, realizou um acordo com os responsáveis pelo motim, que foram presos e posteriormente libertados, sendo logo depois anistiados por Goulart.

A crise militar se agravou ainda mais quando Jango compareceu à solenidade de posse da nova diretoria da Associação dos Sargentos no Automóvel Clube, no dia 30 de março de 1964. Acompanhado por vários ministros, Jango prestigiou o evento onde estavam presentes igualmente diversos fuzileiros navais e marinheiros, que dias antes tinham participado do motim. Após este acontecimento Goulart, o CGT e as forças de esquerda perceberam a gravidade da crise política e militar que o país vivenciava.

Para Toledo (2004) dois gestos de Goulart foram decisivos para o desencadeamento do golpe: a benevolência em relação à insubordinação de cabos e marinheiros no Rio de Janeiro e a posterior anistia dos revoltosos provocando a indignação da maioria da corporação militar; e o discurso na assembléia de marinheiros, no Automóvel Clube do Brasil, na noite do dia 30 de março.

Assim, na manhã do dia 01 de abril de 1964, o governo João Goulart estava condenado. O presidente começou a perceber que não tinha condições de segurança no Rio de Janeiro e viajou para Brasília, o que deixou a Guanabara sem resistências e permitiu o triunfo dos militares. Muitos estudantes que tentaram se manifestar a favor de Jango foram espancados e presos, o prédio da União Nacional dos Estudantes (UNE) foi incendiado.

Em Brasília, Jango lançou um manifesto à nação denunciando as forças reacionárias que desencadearam “mais uma vez um golpe contra as instituições democráticas”. A vertente econômica adotada pelo governo – dotada de viés social e preocupada com o desenvolvimento do país – acabou por angariar muitos adversários, que se posicionaram contrariamente aos esforços postos em prática. João Goulart destaca a luta intransigente na defesa do povo e contra os desmandos do poder econômico.

O manifesto resgata o princípio das prerrogativas do presidente e dos poderes que lhe competem, visto ser um representante da vontade soberana do povo. Ressaltamos que o documento manifesta uma perspectiva de que o povo não possuía a consciência da importância das reformas em curso e do posicionamento manifesto do governo em defender os interesses da nação. Tal concepção expressa o reconhecimento de que João Goulart, embora disponibilizasse de setores organizados da classe trabalhadora, como as lideranças sindicais, não contava com o amplo apoio das camadas mais populares.

Mais um ponto do manifesto a ser destacado foi o comprometimento com a reorientação das relações internacionais, que se caracterizou pela “política externa independente”. Jango destaca o fato de ter contrariado setores internacionais, com a regulamentação da Lei de Remessa de Lucros.

Dentre as reformas em curso que foram abortadas pelo golpe estava a reforma agrária. Jango relembra que teve de fazer uso das atribuições constitucionais, tamanhos foram os adversários da prática da distribuição de terras àqueles que dela necessitavam.

Diante da velocidade dos acontecimentos – posto que relembramos que o manifesto é datado de apenas um dia após o golpe – o presidente ainda mantinha a crença de que poderia reverter a situação, fazendo assim um chamado à lealdade, bravura e a honra das forças militares e reivindicar o apoio das forças populares em sua defesa. A história nos mostraria que os episódios e os rumos das instituições do nosso país já estavam marcados, fazendo com que o presidente João Goulart – ainda na noite do dia 1º de abril, em que havia viajado para o estado do Rio Grande do Sul para iniciar a resistência e defender o poder legal – optasse por não resistir ao golpe, deixando o país rumo ao exílio no Uruguai para evitar o derramamento de sangue e o desencadeamento de uma guerra civil.

Para Toledo (2004) mais adequado seria não afirmar que 1964 representou um golpe contra a nascente democracia política brasileira; um movimento contra as reformas sociais e econômicas; uma ação repressiva contra a politização das organizações dos trabalhadores rurais e urbanos; um golpe contra o amplo debate teórico-ideológico que estava em curso no Brasil.

Com relação ao contexto internacional, este período é marcado pelos conflitos decorrentes da guerra fria, e em especial na América Latina, pelos impactos da revolução cubana sobre o continente e sobre a política norte-americana para a região. Como ressaltam Munteal, Ventapane e Freixo (2006) a burguesia e o próprio aparelho estatal dos EUA financiariam candidatos, organizações partidárias e demais entidades favoráveis aos interesses norte-americanos nos países latino-americanos. Assim, se a situação interna destes Estados se encontrasse sob um risco de uma “vitória comunista”, o aparato estatal norte-americano incentivaria a eclosão de golpes militares, e a conseqüente eliminação das lideranças esquerdistas.

É neste contexto que deve ser entendido o golpe de Estado pelas Forças Armadas, após obter o apoio tanto das elites brasileiras como do governo norte-americano, que destituiu João Goulart da presidência da República e ocasionou o colapso da democracia no Brasil.

Após um ano do golpe, estava claro que o regime militar tinha se estabelecido solidamente no poder. O aprofundamento do autoritarismo do regime, principalmente depois do Ato Institucional nº 2, que teve como principais medidas a dissolução dos partidos políticos e o estabelecimento de eleições indiretas para presidente da República, aumentou o afastamento de políticos civis.

Em 1966, em um contexto de crise e de divisão no Exército, a Frente Ampla de oposição ao regime militar começou a se articular. A Frente Ampla foi um movimento significativo que reuniu políticos com posições ideológicas diferentes em torno de um projeto comum de redemocratização do país por meio de ações políticas legais. O principal objetivo desta Frente era lutar pela pacificação política do Brasil através da plena restauração do regime democrático.

Este período é marcado por um clima político tenso, devido à crise entre Executivo e Legislativo, provocada pela cassação de deputados da oposição. O processo de cassação de direitos políticos, assim como a edição do Ato Institucional nº 3 que dentre outras medidas determinava a nomeação dos prefeitos das capitais pelos governadores, assim como eleições indiretas para estes últimos, justificam a constituição de uma ação oposicionista no Congresso Nacional.

Com a adesão de Goulart, a Frente Ampla conseguiu promover dois grandes comícios populares. Em abril de 1968, o regime militar através da portaria nº 177 proibiu todas as atividades da Frente e ordenou à polícia que detivesse aqueles que violassem a lei. Alguns meses depois, em 13 de dezembro, com o AI-5, não houve dúvidas com relação à repressão do regime a toda forma de oposição.

Neste contexto histórico durante as décadas de 1960 e 1970 de formação e instauração de ditaduras militares nos países latino-americanos – Uruguai, Paraguai, Argentina, Chile, Brasil – era cada vez maior o fechamento das vias políticas institucionais. Com isso, era contínuo o processo de cassação de mandatos e direitos políticos, sobretudo de parlamentares que foram exilados politicamente.

O cenário político chileno até 1973 contrastava com os outros países da América do Sul devido à inexistência de um regime ditatorial. Isto favorecia a permanência em território chileno de personalidades brasileiras para o desenvolvimento da atividade intelectual. A construção do marco teórico da Teoria da Dependência, desenvolvida principalmente por Theotonio dos Santos e Ruy Mauro Marini, é um exemplo importante de produtividade intelectual da época durante o período de exílio político.

Um marco importante no cenário político do Chile foi a conquista do poder por Salvador Allende em 1970, como candidato da Unidade Popular (UP) que tinha propostas de reforma agrária e de estatização de empresas estrangeiras para o seu país. É relevante destacar que, após o golpe militar no Brasil em 1964 e o exílio de João Goulart, Salvador Allende mostrou-se solidário com o interrompido governo constitucional do ex-presidente brasileiro e com o fim do projeto desenvolvimentista no Brasil, que buscava incorporar os setores populares dentro de uma perspectiva reformista e nacionalista.

Vicário (1979) ao analisar as ditaduras militares na América Latina, resalta que os casos de ditadura do Brasil e do Chile são caracterizados por não serem constituídos com base numa concepção previamente elaborada e com regulamentações definidas, que antes foram resultado de movimentos pragmáticos que atuavam em função do estabelecimento de um controle militar do tipo corporativo sobre o aparelho de Estado. Este controle estendia-se a vários aspectos da sociedade civil de forma desordenada. Eram regimes organizados sob a forma da burocracia militar utilizando a hierarquia para a resolução de problemas.

Allende e a agenda das reformas

O cenário político chileno, até 1973, contrastava com outros países da América do Sul. O Chile sempre foi partidário europeu, desconhecia a existência de partidos populistas e de ditaduras. Eduardo Frei Montaña, presidente que precedeu Salvador Allende, era um político conservador do Partido Democrático Cristão, partido esse denominado antes de Falange Nacional, criado em 1938.

Nascido em Santiago em 1911, Frei ingressou no curso de direito da Universidade Católica do Chile em 1929 e disputou com Salvador Allende, líder da Frente de Acción Popular (FRAP), a candidatura à presidência em 1964, usando o slogan “Revolución en Libertad”, ganhando com 56% dos votos. Quarenta anos depois os documentos desclassificados da CIA e da casa Branca demonstram como o governo americano apoiou a campanha de Frei para frear o avanço do comunismo no Chile. A FRAP, criada em 1956, era a coalizão de partidos de esquerda, primeiro entre o Partido Socialista (PS) e o Partido Comunista (PCC). Era um conjunto de forças que defendia um programa anti-imperialista e anti-oligárquico. Ao longo

dos anos a FRAP agregou outros partidos de esquerda como o Partido Democrático del Pueblo e a Vanguardia Nacional del Pueblo. Salvador Allende concorreu pela FRAP em 1958 e 1964. No ano de 1969, as forças de esquerda e centro-esquerda se unem para formar a Unidad Popular, coalizão que concorreu à eleição para a presidência da República em 1969, sendo Salvador Allende o seu líder.

No início da década de 1960, o surgimento de idéias de reformas e revolução trouxe mudanças nas propostas políticas dos governos. Embora o partido de Frei fosse conservador, o Programa de “Cómo Avanza La Revolución en Libertad” do Partido Democrático Cristiano, “Um Programa que se cumpre e não se discute”, implantado no governo Frei, obedecia a uma linha social-democrata-cristã. A proposta consistia, entre outras coisas, numa reforma estrutural da economia, destacando uma nova política conhecida com a chilenização do cobre, a principal fonte de riquezas do Chile, criando a Codelco, a Corporação do Cobre. Como cita o documento do Programa: por uma educação para todas as crianças chilenas, pela organização da comunidade (Promoción Popular), pela criação de novas fontes de trabalho, pela reforma agrária, pelo Plano de Viviendas, pela reforma do sistema de propriedade, pela modernização da legislação do trabalho e a ampliação das bases sindicais, pela extensão e melhoramento dos programas de saúde, pela reforma e ampliação do sistema de segurança social, para alcançar essas metas, disse o presidente Frei que não transigirá, que não mudará nenhuma das propostas nem por um milhão de votos (...). Figuram também outros pontos de grande importância como a aceleração do crescimento econômico, o controle paulatino da inflação, a redistribuição de salários, o melhoramento da balança comercial, a reforma constitucional, a racionalização da administração pública e toda uma nova linha de ação nas Relações Internacionais.

A plataforma de reformas estruturais que o governo de Salvador Allende herdou não se distanciava dos objetivos e metas da Unidad Popular. Ao fim do governo Frei, o caminho para a nacionalização integral do cobre estava aberto. O Congresso Nacional aprovou em 1971 com poucas modificações e por unanimidade a emenda constitucional que possibilitou a nacionalização total do cobre, postulada como Lei n° 17.450.

O presidente Salvador Allende se dirigiu ao país assinalando que: “O Chile vai nacionalizar o cobre em virtude de um ato soberano. Ato sobe-

rano que inclusive está consagrado nas resoluções das Nações Unidas, que estabelecem que os países têm direito a nacionalizar suas riquezas básicas”. Ao agregar um discurso socialista à retórica democrata-cristã, Allende conquista o poder como candidato da Unidade Popular (UP) em 1970. Processos como reforma agrária e estatização de empresas fizeram parte da sua proposta para o país. A primeira grande estatização foi referente ao cobre. A partir do dia 15 de julho de 1973, o Estado se tornaria o proprietário de todas as empresas extratoras de cobre. Certamente esta decisão retirava do mercado as maiores empresas mineiras. Como vingança, deu-se início a um boicote ao governo, impossibilitando empréstimos internacionais. Porém, isso não pareceu prejudicar a nova ordem chilena.

A condução da economia chilena foi fundamental para a mudança de agenda. No lugar da racionalização liberal, chegou-se ao caminho de um perfil distributivo através da intervenção direta do Estado na economia. O caráter do poder público mudou com um esforço considerável de organização e capacitação dos quadros técnicos e da burocracia, além de um esforço de preparação dos trabalhadores e dos sindicatos para as tarefas de uma gestão compartilhada entre o Estado e a sociedade civil. O economista Pedro Vuscovic, colaborador fundamental da UP, chamou a atenção constantemente para o fato de que a propaganda da grande imprensa burguesa projetou a imagem de que os administradores do governo popular de Allende eram piores que os gestores anteriores ligados à grande burguesia financeira. E que esta teria sido a razão imediata dos problemas chilenos, ou seja, uma crise de gestão pública.

No decênio dos anos 1960 o ritmo de expansão da economia latino-americana superou apenas ligeiramente o decênio anterior, sendo semelhante ao da economia mundial e inferior ao dos países e regiões mais dinâmicas, o que significa que, no seu conjunto, a posição relativa da América Latina piorou. As mesmas informações, sobretudo da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), assinalam que no mesmo período os índices correspondentes ao Chile foram todos inferiores à média latino-americana, quer se trate do produto global, quer do rendimento por habitante, do ritmo de expansão industrial, dos serviços básicos ou da produção agropecuária. Além disso, o Chile foi um dos países que registraram as mais altas taxas de inflação durante a década, que atingiu a média anual de 26%.

No Chile contrasta até com mais nitidez o aumento moderado da participação do setor industrial e de serviços básicos na criação do pro-

duto, com a diminuição do emprego nesses setores e na agricultura, ampliando-se assim a incongruência entre as estruturas produtivas e as do emprego. As possibilidades de corrigir esta incongruência foram mais reduzidas no Chile na medida em que o seu coeficiente de investimentos durante a década foi inferior à média latino-americana e manteve-se constante entre 1955 e 1969.

Como na quase generalidade dos países da região, chegou-se no Chile ao fim dos anos 1960 com uma extrema desigualdade na distribuição social dos frutos do desenvolvimento, tanto entre os setores urbanos e rurais como entre as diferentes regiões e segundo o nível de rendimentos dos seus habitantes. Este quadro tendia a agravar-se em consequência de processos muito agudos de concentração crescente da propriedade dos meios de produção e da internacionalização progressiva da economia, principalmente dos seus setores mais dinâmicos.

Pelo mesmo motivo, não poderiam surpreender os resultados desalentadores para o Chile que revelam as informações da CEPAL correspondentes a 1970: um aumento do produto interno bruto de 2,5%, o mais baixo da América Latina, apenas superior ao crescimento da população; um aumento do rendimento real de apenas 14%, ou seja, uma diminuição do rendimento per capita, em consequência da ação adversa da relação de preços de troca, provocada pela baixa do cobre no mercado internacional; enfraquecimento do trabalho nas minas, motivado pela diminuição importante na produção do carvão e salitre, e em menor medida também na do petróleo e do minério de ferro; crescimento exíguo da indústria manufatureira e nova aceleração do ritmo de aumento dos preços internos, com a taxa de inflação mais alta da América Latina.

Desse modo, os aspectos negativos do subdesenvolvimento do país resumem-se no baixíssimo ritmo de crescimento do produto *per capita* e sua prática estagnação desde 1967; na persistência de uma inflação aguda; na deformação da estrutura produtiva orientada para satisfazer os padrões de consumo dos grupos de altos rendimentos; na acentuação de uma distribuição do rendimento nacional extremamente injusta; numa acumulação crescente de emprego e subemprego; na ampliação dos setores da população marginais, alheios ao esforço produtivo e à distribuição dos seus resultados; na subutilização crescente da capacidade produtiva instalada.

Não é demais lembrar que o Chile dispunha de uma dotação privilegiada de recursos naturais, tanto pela sua extensão como pela sua variedade,

e de uma população homogênea de considerável desenvolvimento cultural. Estabeleceu-se desde muito cedo uma sólida organização institucional e manteve um alto grau de estabilidade política. Resolveu favoravelmente as superadas confrontações do século XIX e alcançou sem conflitos de importância a sua integração e sentido como nação. O desenvolvimento primário exportador da sua economia permitiu-lhe no passado uma presença significativa no comércio e no transporte internacional. Iniciou precocemente um incipiente processo de industrialização, enfrentou decididamente o período de substituição de importações e deu impulso ao desenvolvimento de setores industriais básicos e de infra-estrutura. E, o que talvez seja mais importante, na experiência do Chile tem estado presentes planos sistemáticos de reformismo econômico e social, e durante os últimos anos a assistência financeira do exterior alcançou níveis muito elevados. Todavia, a presença de todos estes fatores não permitiu modificar o estado e a evolução da economia nacional chilena. Este foi o diagnóstico central da equipe econômica que orientou o reformismo de Allende.

Nessas circunstâncias afirmou o economista Pedro Vuskovic:

É no contexto desta situação e da frustração histórica dos esforços feitos para superar que trabalham as forças sociais, a partir de 4 de setembro do ano passado abrem caminho no nosso país a uma experiência diferente. Não se trata de uma decisão política arbitrária, mas de um processo de transformação que a própria realidade tornou inevitável.²

A partir da crise do sistema capitalista mundial, nos últimos 30 anos o país empreendeu um processo de industrialização destinado a ampliar a base produtiva da economia e a apoiar uma alternativa autônoma de desenvolvimento. A enorme desigualdade na distribuição dos rendimentos e da riqueza, a persistência de relações de produção arcaicas e a própria situação de dependência constituíram impedimentos decisivos manifestados na insuficiência dos resultados, na perda de dinamismo do sistema e até na desnacionalização progressiva dos setores produtivos destinados a assegurar o desenvolvimento autônomo.

O reforço da industrialização substitutiva foi substituído por uma concepção sobre o desenvolvimento latino-americano, encaminhada no sentido de promover a integração econômica regional, de considerar os problemas sociais que o funcionamento espontâneo dos sistemas econômicos

latino-americanos não conseguiu resolver e fixar novas bases para a cooperação financeira e técnica exterior. Recolhemos ainda hoje os elementos positivos contidos nessas concepções, mas damos valor principalmente à dura experiência de uma década em que a política de desenvolvimento que as traduzia em ações práticas deixa um saldo de frustrações e uma herança de problemas não resolvidos.

Depois do fracasso das políticas defendidas em tais concepções confirma-se que o subdesenvolvimento é o resultado inevitável de um padrão histórico de desenvolvimento de uma modalidade estrutural de desenvolvimento da economia. São os caracteres principais do desenvolvimento capitalista dependente, a anarquia na atribuição de recursos produtivos; a concentração crescente da propriedade e dos rendimentos; o domínio do capital estrangeiro sobre as nossas riquezas básicas e a desnacionalização progressiva da economia, e que explicam também a decisão do povo do Chile de substituir a estrutura econômica, acabando com o poder do latifúndio e do capital monopolista nacional e estrangeiro para iniciar a construção do socialismo. Não se tratou na década de 1960 só de realizar as reformas estruturais necessárias para modificar as condições de funcionamento da economia e da sociedade, mas de transformar qualitativamente a sua natureza. Não se tratou de resolver a situação no interior dos limites do sistema, mas de substituir o sistema.

Mais uma vez voltando a Vuskovic:

O desenvolvimento é portanto, um processo político mas não porque seja resultado duma decisão política particular, mas porque constitui um processo de transformação histórico-social de natureza política. Só surge a vontade dum Governo de realizar um determinado programa de reformas estruturais na medida em que esse Governo representa uma resolução das contradições sociais favoráveis às classes, cujos interesses são os do desenvolvimento, a transformação da sociedade e o estabelecimento de novas relações de produção propícias à expansão das forças produtivas.³

Entre os teóricos da dependência chegou-se à conclusão de que os números recentes mostram que os investimentos estrangeiros nas novas nações e na América Latina se desviam cada vez mais da exploração de petróleo, matérias-primas e agricultura para se fixarem nos setores

industriais. Até mesmo onde a maioria dos investimentos permanece fixada nos setores tradicionais, a taxa de crescimento do setor industrial é rápida. Isto é verdadeiro não só para a América Latina, mas também para a África e para a Ásia.

A verdade é que os cartéis multinacionais não só investem nos setores industriais das economias dominadas ou dos setores tradicionais da agricultura e das minas, mas também, ao operarem nestes últimos, procedem segundo novos métodos técnicos e organizacionais, aceitando por vezes a participação local das empresas. Bem entendido, estas transformações não significam o desaparecimento dos antigos tipos de investimento capitalista (nos setores do petróleo e das matérias-primas), mesmo no caso das economias dependentes industrialmente mais avançadas (Argentina, Brasil, México). No entanto, os traços dominantes do imperialismo nesses países, o desenvolvimento da sua industrialização, não poderiam ser definidos e tratados de modo rigoroso recorrendo aos quadros de referência segundo os quais a troca de matérias-primas contra produtos manufaturados constitui as características do comércio com esses países, sendo os seus meios de produção quase exclusivamente propriedade estrangeira.

Mesmo o setor dos minerais (o magnésio, no Brasil, por exemplo, o cobre no Chile sob o governo de Frei ou as indústrias químicas do petróleo em diversos países) estava, com efeito, submetido aos novos modos de propriedade econômica. O traço distintivo dessas novas formas é a empresa conjunta, que compreende capital local do Estado, capital nacional privado e um investimento de um monopólio internacional (sob controle estrangeiro em última análise). Por conseqüência, em certas economias dependentes entre as quais se encontram as dos países “em vias de desenvolvimento” da América Latina – os investimentos estrangeiros já não são uma forma de exploração pura e simples como era o caso do imperialismo clássico.

Falando estritamente – considerando os indicadores puramente econômicos – não é difícil mostrar que o desenvolvimento e a penetração dos monopólios nos setores industriais dos países dependentes não são incompatíveis. A idéia de que se produz uma espécie de desenvolvimento do subdesenvolvimento, além do jogo verbal, não nos ajuda a compreender melhor. De fato, a dependência, o capital monopolístico e o desenvolvimento não são termos contraditórios: produz-se uma espécie de desenvolvimento capitalista dependente nos setores do Terceiro Mundo integrados na nossa forma de expansão dos monopólios.

Segue-se que nos países como a Argentina, Brasil, México, África do Sul, Índia e outros, produziu-se uma fragmentação estrutural interna e uma identificação dos setores mais “avançados” de sua economia com o modo capitalista internacional de produção – por meio de ligações diretas com o sistema do capitalismo monopolista internacional.

A partir desse tipo internacionalizado de economia, e embora lhe estejam subordinados, os setores sociais e econômicos subdesenvolvidos dos países dependentes farão o papel de “colônias internas”. O abismo entre os dois aumentará provavelmente, criando um novo tipo de dualismo, muito diferente daquele de que falaram autores não-marxistas. A nova dualidade estrutural corresponde a uma espécie de diferenciação interna da mesma unidade. Resulta diretamente da expansão capitalista, bem entendido, é funcional em relação a essa expansão, na medida em que permite manter os salários a um nível muito baixo e diminui as pressões políticas dentro do setor “moderno”, sendo sempre melhor em termos comparativos a situação social e econômica dos indivíduos nesse setor. Aqui verificamos uma profunda cisão no pensamento crítico latino-americano. Três posições teórico-metodológicas em destaque: 1. a nova dependência de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto; 2. a teoria da dependência formulada por Theotonio dos Santos e Ruy Mauro Marini, e 3. a concepção oriunda do pensamento da CEPAL de Celso Furtado, Raul Prebisch e do próprio Pedro Vuskovic, ministro da economia da Salvador Allende.

Fernando Henrique vai formular o conjunto de questões que passamos a analisar e que comprometeram gravemente o futuro político do nosso continente. Em que medida se pode sustentar a idéia do desenvolvimento associado com a dependência? Indaga FHC. A resposta não poderia ser dada de improviso. Em primeiro lugar, propomos a hipótese de que a tendência atual dos investimentos imperialistas permite um certo nível de participação local no processo de produção econômica. Por que, como, e em que medida?

Ponhamos em evidência um traço primordial que diferencia as formas atuais e as formas antigas do capitalismo. Antigamente, as mercadorias produzidas nas economias dependentes pela empresa estrangeira eram na sua grande maioria – senão inteiramente – destinadas às economias dos países avançados: petróleo, cobre, café, ferro, bauxita, magnésio, etc., eram produzidos para serem vendidos e consumidos nos países avançados capitalistas. Isto explica por que razão o mercado interno das

economias dependentes não interessava às economias imperialistas, exceto a modesta porção de mercadorias de importação consumidas pela classe superior da sociedade dominada.

Para as GM, Volkswagen, General Electric, Sears Roebuck, etc., o mercado latino-americano, se não mesmo o mercado de cada um dos países da América Latina onde os cartéis produzem, é o objetivo imediato em termos de lucro. Assim, pelo menos em certa medida, os investimentos estrangeiros desse tipo têm necessidade de um certo nível de prosperidade interna.

Que espécie de prosperidade interna? Quando falarmos da repartição do rendimento, das estruturas do mercado e do emprego, mostraremos que, na realidade dos fatos, o tipo de desenvolvimento produzido pelo investimento estrangeiro – em razão de causas específicas que adiante se discutirão, em particular o tipo de tecnologia utilizado e a forma de acumulação do capital – cria um tipo de mercado limitado e restrito, destinado a uma classe superior.

Todavia, há e haverá frações das sociedades dependentes ligadas aos monopólios no interior e no estrangeiro por interesses comuns. Por outro lado, apesar do desenvolvimento econômico interno, os países ligados ao capitalismo internacional por esse tipo de ligação permanecem economicamente dependentes, na medida em que a produção de meios de produção (tecnologia) continua concentrada nas economias capitalistas avançadas (principalmente nos Estados Unidos).

Conforme o esquema marxista de reprodução do capital, o setor I (a produção dos meios de produção) – parte estratégica do sistema de reprodução – não existe virtualmente nos países dependentes. Assim, numa larga perspectiva, a realização da acumulação de capital *exige* uma complementaridade produtiva que não existe no interior do país. Na interpretação de Lênin, as economias imperialistas exigiam a expansão exterior para a realização da acumulação do capital. Reciprocamente, no seio das economias dependentes, o capital regressa à metrópole a fim de completar o ciclo da reprodução capitalista. É a razão pela qual a “tecnologia” é tão importante. O seu aspecto “material” é menos impressionante do que a sua significação como forma de manutenção do controle e como uma etapa necessária no processo de acumulação capitalista. Os cartéis asseguraram para si uma função-chave no sistema global de acumulação de capital, com a ajuda das “vantagens” tecnológicas. Um certo grau de prosperidade

local é assim tornado possível na medida em que os produtos de consumo, produzidos localmente pelos investimentos estrangeiros, induzem alguns efeitos dinâmicos nas economias dependentes. Mas, ao mesmo tempo, o processo global do desenvolvimento capitalista exige uma relação recíproca entre o setor da produção dos produtos de consumo e o setor dos bens de investimento, reproduzindo desse modo os laços de dependência. Um dos fatores principais explicativos da expansão capitalista na teoria de Lênin era a busca de possibilidades de investimentos.

Atualmente, uma vez que o capital estrangeiro vai para o setor industrializado das economias dos países dependentes, na sua busca de mercados externos, deram-se algumas alterações consideráveis. Em primeiro lugar, tendo em conta as ações em número crescente repetidas nos cartéis estrangeiros, o montante líquido de capital estrangeiro realmente investido nas economias dos países dependentes diminuiu; as economias locais e o reinvestimento dos lucros realizados sobre os mercados locais fornecem as fontes necessárias para o aumento dos capitais estrangeiros, tendo ao princípio um montante relativamente limitado. Este processo está intimamente ligado ao processo tratado anteriormente, o da expansão do mercado local e está igualmente ligado ao aumento do número de empresas estrangeiras.

Em segundo lugar, e fato não menos importante, os dados mostram que as economias dos países dependentes exportam capital para as economias dos países dominantes durante o período de imperialismo monopolista. Em reação contra esse processo, certos países dependentes tentaram impor um limite aos lucros exportáveis. No entanto, os cartéis internacionais viram bem que a melhor maneira de fazer entrar lucros era fazer pagar licenças, patentes, *royalties* e outros direitos. Esta forma de exploração, juntamente com as dívidas crescentes das nações exploradas junto das agências internacionais e dos bancos (controlados, de fato, pelos grandes países imperialistas), determinou as principais formas de exploração. Este estudo não tem por fim debater todas as conseqüências econômicas do capitalismo monopolístico. No entanto, já está a vista um certo número de repercussões do novo modelo de imperialismo, no que respeita aos Estados Unidos e a outras economias importantes. Se existe um problema real de rentabilidade do capital para o capitalismo monopolista, a nova forma de dependência aumentará a necessidade de encontrar novos campos de exploração para o capital acumulado nas economias metropolitanas.

É testemunho disso a tendência dos cartéis para denunciar cada vez mais as insuficiências técnicas da administração. As despesas militares constituem outro meio de encontrar novas saídas para o capital.

Na realidade, as principais tendências do último decênio mostram que a participação latino americana, simultaneamente na expansão do comércio internacional e nos investimentos, está diminuindo. Ao fazermos a distinção entre dois setores do comércio internacional – o centro e a periferia – verificamos que as taxas de crescimento comercial eram de 7,9% por ano nas economias centrais e de 4,8% nas periféricas. Em consequência disso, as exportações das economias periféricas que atingiram um ponto máximo em 1948 (32% do comércio internacional) baixaram para 26% em 1958 e para 21% em 1968 (abaixo dos 28% do período antes da guerra). No caso da América Latina, esta participação desceu de 12% em 1948 para 6% em 1968. O mesmo se passa quanto à importância da periferia para os investimentos americanos. A periferia absorveu 55% dos investimentos totais diretos dos Estados Unidos em 1950 e apenas 40% em 1968. A participação latino-americana neste processo desceu de 39% para 20% durante o mesmo período.

Bem entendido que estes dados não mostram o aumento dos empréstimos e subvenções que – como já foi sublinhado – têm uma importância cada vez maior no imperialismo econômico. No entanto, o fato das relações entre as economias mais avançadas estarem a desenvolver-se não pode ser utilizado como argumento para concluir que vamos a caminho do fim do imperialismo. Muito pelo contrário. A conclusão mais justa seria que as relações entre os países capitalistas avançados e os países dependentes evoluem antes para uma marginalização destes últimos no sistema global do desenvolvimento econômico (tal como sublinhou Aníbal Pinto). A teoria da chamada nova dependência previu algumas consequências políticas. Podem esperar-se certos resultados da nova forma de dependência, no que respeita à adaptação política e as reações no interior dos países dominados. Se a análise estiver certa, o processo de fragmentação dos interesses atrás descrito arrastará provavelmente uma diferenciação interna que, muito esquematicamente, apresentará as seguintes formas: uma parte da “burguesia nacional” (a principal, em termos de poder econômico – agrário, comercial, industrial ou financeiro) beneficia-se diretamente, como sócio menor, dos investimentos estrangeiros. Os formuladores de um desenvolvimento dependente e associado para o Cone Sul vislumbra-

ram, não apenas aos associados diretos, mas também aos grupos econômicos que beneficiam-se da atmosfera de prosperidade fictícia criada pelo desenvolvimento (o que se verifica facilmente no Brasil e no México, por exemplo). O processo vai mais longe e não é somente uma parte da classe média (intelectuais, funcionários do Estado, exército, etc.) que está implicada no novo sistema, mas até mesmo uma parte da classe operária. Os empregados do setor “internacionalizado” pertencem-lhe estruturalmente. É evidente que a dependência estrutural não significa a cooptação política imediata, defendem-se os gramscianos uspianos. A integração política efetiva dos grupos e dos indivíduos depende dos processos políticos, dos movimentos, e dos fins e opções que se lhes apresentem. No entanto, na medida em que desenvolve o processo de internacionalização das nações dependentes, torna-se difícil continuar a ver o processo político em termos de uma luta entre a nação e a anti-nação, concebendo-se esta última como potência estrangeira do imperialismo. A anti-nação estará no interior da nação – por assim dizer, no próprio âmago das diferentes camadas sociais. Além disso, conceber, neste caso, a nação como uma nação “ocupada” não parece convincente. Poucos são os “outros”, em termos culturais e nacionais, que representem fisicamente a presença do “inimigo”. FHC, Serra e Falleto não querem dar a impressão de conceber o processo político de uma maneira mecanicista. Por isso, a intenção que revelam e para inferir as conseqüências políticas a partir de uma análise econômica estrutural: a verdade é que a maior parte das interpretações esquerdistas da situação política da América Latina não só procedem do mesmo modo, mas também adotam um falso ponto de partida estrutural. Algumas observações mais gerais poderiam resumir-se da maneira seguinte: a) a análise baseada na pressuposição ingênua de que o imperialismo unifica os interesses e as reações das nações dominadas é uma simplificação abusiva do que na realidade se passa. Nela não se leva em consideração a fragmentação interna dos países e os efeitos de atração que o desenvolvimento exerce sobre as diversas camadas sociais, e não apenas sobre as classes superiores; b) Os termos “desenvolvimento” e “subdesenvolvimento” (André Gunder Frank) resumem o segundo erro. De fato, a hipótese de uma ausência de dinamismo estrutural nos países dominados, por culpa do imperialismo, interpreta mal as formas reais do imperialismo econômico e apresenta uma explicação política confusa da situação. É necessário compreender que, em situações específicas, é possível pressupor o “desenvolvimento” e a “dependência”.

Além disso, não é possível generalizar o que diz respeito a esses processos, relativamente ao Terceiro Mundo. Estes processos só se produzem quando os cartéis reorganizam a divisão internacional do trabalho e fazem entrar as economias dependentes nos seus planos de investimentos produtivos.

Para os social-democratas e cepalinos a maior parte do Terceiro Mundo não estava necessariamente implicada nessa situação estrutural específica. Afirmar o contrário, diziam os teóricos liberais da dependência associada, levaria a erros políticos equivalentes aos que derivam, por exemplo, da análise da América Latina feita pelos dependentistas. Eles aceitaram a idéia de que o imperialismo homogeneizou todos os países da América Latina (com uma ou duas exceções) e adotaram o quadro de referência que insistia no antigo tipo de exploração imperialista já caducado com o fortalecimento, o domínio da oligarquia e dos proprietários de bens de raiz.

Quanto aos neo-dependentistas, defendiam-se afirmando que existiam diferentes formas de dependência na América Latina e que em algumas delas o desenvolvimento arrasta consigo uma perturbação dos poderes locais, deslocando do poder os antigos grupos oligárquicos e reforçando os tipos mais modernos de controle político.

Neste sentido, as atuais ditaduras da América Latina, mesmo quando são apoiadas militarmente, não exprimem, em virtude de coações estritamente estruturais, uma forma tradicional de domínio, oposta ao desenvolvimento: isto é, um capitalismo antimoderno.

Basta repetir que, do ponto de vista da esquerda, existem argumentos muito poderosos que justificam a crítica das duas novas formas de imperialismo e autoritarismo político. Mas é absolutamente evidente que se impõe fazer novas análises políticas para explicar as formas técnicas e burocráticas do autoritarismo do Estado ao serviço dos interesses da burguesia internacional e seus aliados. Neste contexto, Fernando Henrique tentou evitar uma aproximação mecanicista, uma orientação justa na luta contra o imperialismo capitalista, reivindicando a exigência de uma atenção especial aos problemas culturais e às diferentes formas de alienação, ou seja, um ataque às formas modelares da superestrutura.

Se o modelo capitalista de desenvolvimento dos países industrializados dependentes cria a parcelização interna e as desigualdades, os valores ligados à integridade nacional e à participação social podem ser transformados em instrumentos de luta política. Permitir ao Estado e à camada burguesa

arvorar a bandeira do nacionalismo – concebido não apenas em termo de soberania, mas também de coesão interna e de integração social progressiva – seria um erro de conseqüências profundas. Para citar o próprio Fernando Henrique vejamos:

Não quero dizer que a fração estratégica (ou revolucionária) das sociedades industrializadas dependentes constitua um “setor marginalizado”. Mas a crítica da marginalização como uma das conseqüências do desenvolvimento capitalista com a organização de massas não estruturadas constituem pontos indispensáveis numa tal análise e na estratégia política. Por esta razão, não é realista esperar que a burguesia nacional conduza a resistência contra a penetração estrangeira. Assim, a crítica feita a partir da perspectiva da dependência não pode repousar em valores associados ao nacionalismo burguês. A integridade nacional no sentido em que a empregamos significa em primeiro lugar a integração popular na nação e a exigência da luta contra a forma especial de desenvolvimento promovida pelos grandes cartéis.⁴

E voltando às teses que vingaram das ditaduras aos processos de redemocratização:

Do mesmo modo que o sindicalismo se pode tornar um perigo para os trabalhadores nas sociedades capitalistas avançadas, o desenvolvimento é um verdadeiro pólo de atração ideológica para a classe média e para os trabalhadores nos países da América Latina. Para lutar contra esta sedução, não basta negar numa base puramente ideológica o progresso econômico quando ele se produz. Os argumentos devem ser apoiados por valores e objetivos que aprofundem a tomada de consciência do povo em relação às desigualdades sociais e à dependência nacional. É claro que a adoção de uma política e de alianças políticas capazes de combater as novas formas de imperialismo exige uma análise política concreta das classes e dos grupos nos países onde os movimentos sociais estão a surgir ou já existem.⁵

Após o exame das teses da CEPAL consteladas nas palavras e ações de Vusckovic e dos argumentos social-democratas expostos por Fernando Henrique e pela teoria da nova dependência, examinemos o foco do MIR. O movimento de esquerda revolucionária significou um dos campos intelectuais e do xadrez político da maior relevância no cenário da agenda de Allende. Nas teses do MIR, desde a Segunda Guerra Mundial, a situação internacional pode ser definida pelo progresso da revolução colonial e pela resistência do imperialismo; a oposição declarada aparece como linha fundamental da política dos Estados Unidos perante os governos reformistas de esquerda; a situação no sudeste asiático é um sinal de agressividade crescente do imperialismo no mundo. Na América Latina, apesar da Aliança para o Progresso, os EUA regressaram, desde 1965, data da sua intervenção em S. Domingos, à política do “arrocho” relativamente aos regimes “democráticos” pequeno-burgueses.

O imperialismo viu-se, no entanto, por vezes obrigado a aceitar governos reformistas onde não pode intervir a tempo, em virtude de objetivos mais importantes, como aconteceu no México quando da nacionalização do petróleo por Lazaro Cardenas. Do mesmo modo os governos populistas como o de Sukarno na Indonésia e o de Nkrumah no Ghana sobreviveram durante um certo tempo. As coisas passaram-se diferentemente para os governos desse tipo na retaguarda colonial onde os Estados Unidos tiveram as mãos livres para intervir, como o fizeram na Guatemala em 1954 e 10 anos mais tarde no Brasil das Reformas de Base de Goulart.

A escala mundial, a agressividade do imperialismo manifesta-se pela extensão da Guerra do Sudeste asiático ao Camboja e ao Laos; enquanto se intensificou o conflito do Oriente Médio. O imperialismo ativou-se nas duas frentes, mas tentou “descomprometer-se”: a “vietnamização” substitui soldados americanos por tropas locais ao serviço dos Estados Unidos, enquanto no Oriente Médio, o exército de Israel representou os interesses estadunidenses. Na América Latina essa política endureceu com o acordo das burguesias nacionais, como o testemunharam o Brasil, a Argentina, o Uruguai, a Guatemala, a Bolívia, etc. No manifesto do MIR em apoio a Salvador Allende temos a seguinte passagem:

Ainda que os Estados Unidos se vejam por vezes na obrigação de suportar algumas distorções locais e temporárias nas províncias do Império, é pouco provável que o façam a longo prazo no Chile, o que não exclui a tolerância provisória a cur-

to e médio prazo perante um governo reformista no Chile. É um fato que desde 4 de setembro não revelou qualquer intenção de intervenção aberta; é possível que os conflitos do sudeste asiático e do Oriente Médio, a manutenção do “prestígio” do “leader” do “mundo livre” e o movimento interior contra a guerra do Vietnam limitem durante um certo tempo a ação política dos Estados Unidos.⁶

No entanto as lideranças do MIR reconheceram que não se deve confundir as limitações conjunturais da agressividade imperialista com uma tolerância estratégica em relação ao reformismo de esquerda na América Latina e negar a seguinte evidência histórica: ou o capital americano obtém garantias de poder pelo menos transferir os seus investimentos dum setor da economia para outro, ou os seus interesses estão ameaçados o que desencadeia a médio ou a longo prazo uma política de intervenção; isto não exige a intervenção direta e pode assumir a forma de uma agressão argentina ou de uma reativação do conflito entre as classes dominantes e os trabalhadores chilenos (vejam-se as declarações da SIP, que o New York Times edita, a favor dum golpe de estado militar no Chile, etc.).

Entre as causas do triunfo eleitoral da UP deve-se ressaltar o progresso na mobilização das massas que permitiu o que se considerava muito difícil de conseguir: a maioria eleitoral da UP. Essa mobilização fez a luta das classes entrar numa fase aguda e provocou a divisão das classes dominantes que apresentaram dois candidatos às eleições presidenciais (Tomic e Alessandri); isto explica que tendo obtido em 1964 38% dos votos, a esquerda tenha triunfado em 1970 com cerca de 36%. As classes dominantes tinham cometido um erro de cálculo dividindo-se; mas não foram as únicas a enganarem-se: face à expansão das massas, ao crescimento da esquerda e ao desencadeamento de ações revolucionárias no Chile, no Brasil, na Argentina, no Uruguai e na Bolívia, as classes médias amedrontaram-se; e se um setor procurou proteção desde o início, ao lado das lideranças de direita (e certos até ao fim), uma grande parte dessa massa preferiu, a um regime de direita tradicional que, seguramente, abriria caminho para uma esquerda revolucionária, a demagogia tomicista que propunha a “ordem e a paz”; isto permitiu o voto para Tomic que ao fim e ao cabo foi favorável à UP contra o alessandrismo.

O exacerbamento da luta das classes na época provocou igualmente fissuras no seio das Forças Armadas que perderam relativamente o seu tradicional monolitismo, privando assim as classes dominantes de um instrumento seguro em que baseassem o seu poder antes, ou imediatamente após as eleições.

Mais uma vez retomando as teses do MIR:

A maioria eleitoral da UP testemunha ainda a maturidade atingida pelas massas, quando das mobilizações do último período. Essa maturidade permitiu à massa importante, que hoje aspira ao socialismo, resistir à intoxicação da propaganda capitalista exercida massivamente durante a campanha. É preciso também notar que certos setores entre os trabalhadores votaram pelos aspectos populistas do programa tomicista, o que permitiu à UP contar desde 4 de setembro com o apoio desses setores de base.⁷

O significado histórico do triunfo eleitoral da UP tem a ver com a maioria eleitoral da esquerda, independentemente das possíveis orientações da sua linha política, e seja ou não evitada a confrontação, abriu um período histórico novo para os trabalhadores. Novas massas populares importantes entraram na luta pelo socialismo enquanto que o triunfo eleitoral lhes deu consciência da vitória e do “direito ao governo” através dum programa, o que implicou em um processo irreversível nas futuras formas das suas aspirações ao poder. Na medida em que é certo que as classes dominantes não abandonaram gratuitamente os seus privilégios, o triunfo eleitoral confirmou a legitimidade e o caráter massivo da confrontação de classes, prelúdio da conquista do poder pelos trabalhadores.

Dentre as certezas do MIR, está a de que a batalha do Chile deveria ser travada: “Estamos certos que o triunfo eleitoral da esquerda constitui um ganho imenso no caminho para a conquista do poder e que favorece objetivamente o processo revolucionário do Chile, e por isso mesmo da esquerda revolucionária”⁸.

A importância do triunfo eleitoral da UP, que obteve maioria, concretizou o impasse em que se encontram as classes dirigentes e os trabalhadores, e fundamentou o direito teórico que a esquerda possui de assumir o gover-

no. Essa maioria eleitoral de esquerda produziu uma clarificação política e pode-se ver de um lado encarnada a aspiração dos trabalhadores que querem ser o governo, do outro a decisão das classes dirigentes que querem defender os seus interesses. Na realidade os dois campos preparam-se para uma confrontação que, cedo ou tarde, acabará com esse impasse. Pode-se notar aqui o movimento pendular do regime chileno que se estabeleceu. A orientação tradicional voltada para os setores da economia dependentes de infra-estrutura, repertório clássico dos economistas ortodoxos. Convivendo com esta receita amarga, a Unidade Popular de Allende procurava os caminhos para uma maior radicalização e efetivação do programa de reformas, que foi amplamente debatido nos conselhos de trabalhadores.

A UP esforçou-se por se tornar um governo a partir da maioria eleitoral obtida, o que significa ocupar as funções de presidente da República e confiar os ministérios aos membros da UP. Enquanto os aparelhos de estado e as estruturas militar-burocráticas permanecem intactas, será impossível ir mais longe; o Estado permanecerá como um instrumento de domínio e continuará a preencher a sua função de classe. Como diria Lênin, os verdadeiros detentores do governo são os inumeráveis pequenos funcionários, tecnocratas, burocratas e militares que constituem a camada saída dos ministérios e dos *trusts*, que só pela revolução podem ser corridos.

Passar de um “governo de esquerda” às fases mais avançadas que conduzem à construção do socialismo, depende da destruição ou da não destruição do aparelho do Estado capitalista, da participação efetiva ou não que as massas tenham nesse processo, da composição revolucionária das forças políticas que dirigem esse processo, das medidas tomadas contra o imperialismo e o capital industrial, financeiro e agrário. Tudo isso pode assegurar a orientação revolucionária do movimento, mas conduz sem margem para dúvidas à confrontação armada entre os trabalhadores e as classes dominantes.

A conquista do poder pelos trabalhadores exigiu a destruição do Estado como instrumento de domínio da burguesia e sua colocação a serviço dos interesses dos trabalhadores de todo o aparelho estatal; tem-se em vista o exercício efetivo do poder pelos trabalhadores, baseado no povo em armas e certas formas de poder local. Tudo isto para que o capital estrangeiro seja nacionalizado, para que os bancos e as fábricas pertençam a todo o povo, este era o projeto do MIR.

Sobre as possibilidades de aplicação do programa da UP, querer-se-ia determinar se esse programa poderia ser recebido passivamente pelo sis-

tema capitalista: fa-lo-emos partindo da sua formulação oficial e dos esclarecimentos prestados verbalmente por Allende. Não se trata de estudar somente as possibilidades teóricas do funcionamento abstrato do modelo econômico formulado por esse programa (posto em prática em circunstâncias históricas concretas: a NEP soviética, a política chinesa dos anos 1950). Os problemas para a agenda das reformas não surgiram apenas da amplitude do capital afetado pelas medidas eventuais; apareceram também das conseqüências políticas dessas medidas: direito de propriedade, exemplo possível para o resto do continente, etc. As teses partem da necessidade de destruir o Estado capitalista e, fundamentalmente, formulam um programa anti-imperialista e anti-capitalista.

Se numa primeira etapa procurou-se proteger o pequeno proprietário rural, o pequeno comerciante e o pequeno industrial, não foi possível no caso do Chile executar uma aliança com setores da burguesia industrial ou agrícola, e menos ainda protegê-los. Também não se ocultou sob uma “média burguesia” concessões a esses mesmos setores, como outros confusamente tentam fazer. As classes dominantes englobam os grupos estadunidenses e a burguesia industrial, financeira e rural. Para a agenda reformista de Allende não se tratou de aumentar o único setor econômico protegido pelo Estado para permitir que os setores da grande indústria e do capitalismo agrícola continuassem a desenvolver-se. O programa que foi estabelecido deveria ser na leitura dos militantes do MIR, um programa anti-imperialista e anti-capitalista, socialista nas suas linhas fundamentais, e não um programa democrático contra o imperialismo como pensado pelas forças da UP.

As medidas propostas pelo programa da UP não conseguiram ser absorvidas pelo sistema capitalista chileno. No domínio agrário, certos setores da burguesia industrial sustentam medidas que conferiram um impulso à industrialização da população agrícola, o que permitiu uma diminuição do custo dos salários industriais elevando o nível de vida da população camponesa incorporada por esse fato no mercado da produção industrial na altura, bloqueada pela ausência de um mercado interior. Mas essa burguesia não permitiu nunca a expropriação da maior parte das empresas agrícolas sem exigir uma indenização substancial, face ao problema de que os proprietários funcionavam também como empresários industriais e como proprietários de bancos, ou pelo menos pertencerem às mesmas famílias.

A UP propôs a nacionalização do cobre. Mas as necessidades e o preço elevado desse material no mercado mundial provocaram a aparição de enormes fontes de produção no resto do mundo; acrescentemos a isso a substituição a longo prazo do cobre por outros metais e a tendência do capital norte-americano para se deslocar dos setores de investimento tradicional (no Chile fundamentalmente na extração) para os dos produtos fabricados, das finanças e do comércio; isso explica a diminuição relativa dos investimentos mineiros americanos no Chile. Ao mesmo tempo, o governo norte-americano não tinha vontade de perder os lucros que o cobre lhe rendia a curto prazo na medida em que o seu preço era ainda elevado. Também em troca de uma “boa” indenização, da outorga de um prazo razoável e de possibilidades de transferir os seus capitais para outros domínios, não é possível que os capitalistas e, portanto, o Departamento de Estado permitam esse gênero particular de nacionalização. Assim, por exemplo, pode se explicar a aceitação complacente do “pacto de nacionalização” do regime limitado de Eduardo Frei. O caso da “indústria de monopólio” que a UP quer nacionalizar, é diferente. Esse setor da economia agrupava os interesses essenciais do setor mais importante e mais dinâmico da indústria chilena; melhor ainda, é aí que se transferem os capitais americanos, e pelas tendências observadas no Chile e no resto da América Latina, a burguesia pretendeu continuar a desenvolver-se aí associando-se aos capitais americanos e orientando-se para a procura de mercados exteriores através da formação de “mercados comuns” latino-americanos e regionais. A aceitação passiva por uma parte das classes dominantes nacionais e estrangeiras da nacionalização desse setor, seja qual for a forma ou o montante da indenização, parece mais difícil na medida em que se trata das bases econômicas do capitalismo e do sistema de domínio imperialista.

Os bancos chilenos pertenciam aos setores mais importantes da burguesia e do imperialismo; constituindo o grau mais acabado do seu desenvolvimento e a distribuição do crédito conforme a sua vontade e uma função econômica que não cederam facilmente tendo em vista a importância dos lucros que daí tiram. Se a administração racional do crédito pelo Estado convém aos comerciantes, industriais e agricultores de pequeno capital, a nacionalização da banca não pode senão lesar os interesses poderosos, e pode-se duvidar da sua aceitação passiva por aqueles de quem ela poria em causa as bases do poder e da riqueza. A partir do desenvolvimento destas teses o MIR dissertava da seguinte maneira:

Creemos assim que o programa da UP atinge centros vitais do capitalismo tais como as empresas estrangeiras, o capital financeiro, o setor dos monopólios da grande indústria e o latifúndio. Acreditamos igualmente que se este programa for realizado, provocará uma contra-ofensiva imperialista e burguesa que, juntamente com as aspirações e as energias que se libertam ao nível das massas, obrigará a uma radicalização rápida do processo. É por isso que, embora o programa da UP não seja idêntico ao nosso, nós apoiaremos a realização destas medidas. Evidentemente, o curso dos acontecimentos decorrentes da aplicação destas medidas dependerá fundamentalmente da forma que ela assumir nos diversos setores (expropriação, associação com o Estado, controle indireto, etc.), da amplitude da aplicação (percentagem dos bancos atingidos, da indústria mineira, determinação do que se entende por latifúndio e monopólio industrial, etc.), dos prazos e da ordem dentro dos quais serão tomadas, da forma de indenização (prazos, em espécie ou não, formas de avaliação, etc.). Tudo isto não foi ainda claramente precisado e parece ser um motivo de discussão entre as forças da UP e os seus técnicos. Creemos que os problemas em questão serão resolvidos mais ou menos radicalmente, segundo a força política, social e militar com a qual será necessário contar no momento de assumir o governo e depois disso.

A título de conclusão voltamos ao ponto que provocou os autores deste trabalho, como podemos reformar sem racionalizar? Ou melhor dizendo, sem excluir? Cepalinos, social-democratas, liberais patinam, e a teoria da dependência e do sistema mundial capitalista ainda carece de elementos de análise política e cultural que expliquem os impasses contemporâneos. Finalizamos agora assim com a perplexidade do Manifesto do MIR em 1972:

A estratégia da luta armada foi fundamentalmente posta em causa?. Temos sempre afirmado que a conquista do poder pelos trabalhadores apenas será possível pela luta armada. Sabe-se que é necessário atingir esses interesses poderosos que estão

protegidos pelo aparelho do Estado capitalista, e que, prova-o a experiência histórica, as classes dominantes não hesitarão em empregar a violência para defender o seu poder e as suas riquezas. Nunca afastamos a possibilidade dum país chegar ao socialismo como um “fruto maduro”, quando, agonizante o capitalismo mundial, o socialismo predominar sobre o planeta. Mas ainda não atingimos esse ponto.

Temos sustentado que a luta armada assumirá a forma de uma guerra revolucionária prolongada e irregular, e que ela não poderá ser uma insurreição popular que dê nalgumas horas o poder definitivo aos trabalhadores, porque apesar do recuo do imperialismo no Vietnã e os processos da revolução colonial no mundo, o imperialismo é ainda terrivelmente poderoso de imediato, assim como as classes dominantes da América Latina. Só uma forma de guerra irregular, que, desenvolvendo-se política e militarmente, enfraqueça as classes dominantes e fortifique os revolucionários, poderá ter êxito no Chile.

O triunfo eleitoral da UP não mudou fundamentalmente essas condições. A confrontação é somente adiada, e quando se produzir, assumirá um caráter massivo e será ainda mais legitimamente fundada, o que torna mais importante do que nunca a estratégia da luta armada. Não variando fundamentalmente a correlação mundial das forças, a luta definitiva pelo poder deverá assumir por seu turno um caráter irregular e prolongado. É evidente que o que precede não destrói o fato de que o triunfo eleitoral da UP traz já modificações na primeira fase da luta pelo poder, luta que pode ir desde um levantamento popular à guerra civil e à guerra revolucionária que terá imediatamente um apoio popular massivo. Isso é fundamental e conduz-nos a ajustamentos necessários nas formas táticas do combate. A ação direta, a mobilização de massas por métodos revolucionários e a guerra de ruas impor-se-ão enquanto reinar o sistema capitalista, enquanto os campos e as cidades chilenas conhecerem a exploração e a miséria e os trabalhadores se unirem contra os patrões.

É evidente que será preciso encontrar as adequações conformes ao momento político vivido, quanto à oportunidade, ao

conteúdo, a forma e a amplitude destas formas de luta. Para já, todas as tarefas devem nesse plano, ter em vista a defesa do triunfo eleitoral da esquerda e combater as organizações de extrema-direita. Depois, será preciso pressionar para a realização do programa no seio das “frentes massivas”.⁹

Notas

1. Correspondente no Oriente Médio e autor de *A guerra das civilizações: a conquista do Oriente Médio*.
2. Pedro Vuskovic. *Socialismo no Chile?* Coimbra: Editora Aqueva, 1972. p. 45.
3. Idem p. 63.
4. Fernando Henrique Cardoso. *Imperialismo e dependência*. Lisboa: Mondar Editores, 1974. p. 57.
5. Idem. p. 58.
6. Ruy Mauro Marini. *Chile: uma experiência na América Latina*. Lisboa: Editorial Presença, 1972. p. 13.
7. Idem. p. 30.
8. Idem. p. 42.
9. Idem. pp. 67-69.

Referências bibliográficas

- ABREU, Alzira Alves de. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-30*, v.3. Editora FGV, CPDOC: Rio de Janeiro, 2001.
- ALLENDE, Salvador *Uma experiência na América Latina: o pensamento de Salvador Allende*. Lisboa: Editorial Presença, 1972.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Imperialismo e dependência*. Lisboa: Mondar Editores, 1974.
- FERREIRA, Marieta Moraes de. *João Goulart: entre a memória e a história*. Editora FGV: Rio de Janeiro, 2006.
- FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1971.
- GOMES, Ângela de Castro e FERREIRA, Jorge. *Jango: as múltiplas faces*. Editora FGV: Rio de Janeiro, 2007.
- MARINI, Ruy Mauro. *América Latina: Dependencia y Globalización*. CLACSO/Prometeo Libros: Buenos Aires, 2007.
- _____. *Chile: uma experiência na América Latina*. Lisboa: Editorial Presença, 1972.
- _____. *Dialética da dependência*. Vozes: Petrópolis, 2000.

MUNTEAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline e FREIXO, Adriano. *O Brasil de João Goulart: um projeto de nação*. PUC-Rio/Contraponto: Rio de Janeiro, 2006.

Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social. 1963-1965. Síntese. Celso Furtado. Presidência da República, 1962.

ROSSANDA, Rossana. *Salvador Allende: su pensamiento político*. Buenos Aires: Granica Editorial, 1973.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: a democracia golpeada. In: Seminário 40 anos do golpe de 1964. *1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. 7 Letras: Rio de Janeiro, 2004.

VICARIO, Guido. *Militares e política na América Latina*. Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro: 1979.

VUSKOVIC, Pedro. *Acusación al imperialismo*. México: Fondo de Cultura Económico, 1975.

_____. *El golpe de Estado en Chile*. México: Fondo de Cultura Económica, 1975.

_____. *La CIA contra América Latina*. Moscou: Editorial Progreso, 1984.

_____. *Socialismo no Chile?* Coimbra: Editora Agueva, 1972.

Resumo

Este artigo analisa em linhas gerais as reformas de base propostas por Salvador Allende e João Goulart. Pretendemos por um lado descrever e identificar os principais fatos políticos ocorridos no Cone Sul na década de 1960 e, por outro, relacionar estes acontecimentos ao movimento das idéias reformistas socialistas e revolucionárias da época.

Palavras-chave:

Capitalismo dependente; Subdesenvolvimento; Salvador Allende; Golpe no Chile; João Goulart; Reformas de base.

Abstract

This study about structural reforms during the period when Salvador Allende governed Chile, pretends to describe and identify the principal political facts occurred in the South of Latin America in the sixties and relate these facts to the movement of socialist and revolutionary ideas of structural reforms.

Key-words

Dependent capitalism; Underdevelopment; Salvador Allende; Structural reforms; *Coup d'état* in Chile.

Apontamentos sobre a dívida externa na América Latina

Carlos Eduardo Martins

A história das dívidas na América Latina está profundamente articulada à evolução da dívida externa. Esta é uma das expressões mais características da dependência, pois o protagonismo do capital estrangeiro nos processos de acumulação da região, destinando-lhes os fundamentos tecnológicos, as fontes de crédito, de comercialização ou de investimento, implica na descapitalização dessa região no médio e longo prazo, constituindo a contrapartida da taxa de lucro positiva que o capital internacional auferê dessas transações. Parte dessa descapitalização é financiada com novas entradas de capital, gerando-se a acumulação da dívida.

Mas a dívida externa não tem apenas uma dimensão cumulativa. Há outra, cíclica. Os fluxos de capital aos países periféricos se expandem em períodos sucessivos onde ora predominam as entradas, ora as saídas. Quando prevalecem os ingressos, as dívidas se acumulam com taxas de juros relativamente baixas, em função da abundância de capital. Quando predominam os egressos, as taxas de juros se elevam em função da escassez de capital para financiar as dívidas acumuladas, mas a rápida expansão do estoque da dívida entra em contradição com a capacidade de pagamento dos devedores e opõe o valor de mercado ao valor de face de seus papéis, pressionando para a desvalorização do conjunto da dívida. O exercício de uma liderança contra-hegemônica nos países dependentes é fundamental

para se alcançar um grau de desvalorização e redução da dívida que a aproxime ao seu valor de mercado, seja através de negociação, de moratória e suspensão do pagamento, ou por combinação de ambos os processos. Inversamente, a debilidade das lideranças nacionais e regionais e o seu alinhamento aos interesses do grande capital internacional minimizam a desvalorização e transferem o ônus da insustentabilidade da dívida aos países da região, mediante a desnacionalização e o aprofundamento da superexploração do trabalho.

A história das dívidas começou na América Latina nos anos 1820, durante os processos de independência da região. Neste período, desenvolveu-se o livre-comércio e, particularmente, as importações de têxteis e artefatos militares. Estas importações foram financiadas inicialmente com a abertura das jazidas de prata aos investimentos estrangeiros, sobretudo, os britânicos. Para estimulá-los, os governos desoneraram a exploração mineral e concentraram os impostos na aduana. Mas o aumento dos gastos militares, associados aos processos de independência, implicou em déficits públicos que foram sustentados por prestamistas locais e por empréstimos internacionais. Entre 1820-25 expandiram-se estes empréstimos estrangeiros para a região, que foram os primeiros a serem concedidos a nações fora da Europa e a repúblicas. Colômbia, México e o Brasil imperial lideraram a emissão de títulos em Londres. Entretanto, a depressão europeia, que se iniciou em 1826, restringiu drasticamente o comércio britânico para a América Latina e as entradas de capital sob a forma de investimentos ou empréstimos. A insolvência se generalizou na região. A queda da cotação dos títulos da dívida externa levou o México a buscar comprá-los pelo valor de mercado, petição negada pelos banqueiros. O resultado foi uma moratória dos países latino-americanos que durou de 15 a 30 anos. A única exceção foi o Brasil que manteve o volume de seu comércio exterior e continuou a se beneficiar de empréstimos externos. A renegociação dos pagamentos da dívida se fez no contexto do surgimento de um novo período de expansão da economia mundial que se desenvolveu entre 1850-70.

Esta nova fase da economia mundial desenvolveu três tipos de empréstimos para a América Latina: entre 1850-59, quando dirigiram-se ao financiamento e conversão das dívidas antigas, suspendendo-se a moratória, com certo grau de desvalorização da dívida que variou em cada país; entre 1860-69, quando destinaram-se principalmente a finalidades militares relacionadas à Guerra do Paraguai, beneficiando Brasil e Argentina; e entre 1870-75,

orientados para obras públicas, particularmente a construção de ferrovias estatais. A crise da economia mundial que se iniciou em 1873, gerou outro período de egressos dos fluxos de capitais estrangeiros. A contração do mercado internacional restringiu as receitas dos governos, produziu déficits públicos e teve como resposta a suspensão dos serviços da dívida externa. Até 1876, oito países latino-americanos suspenderam o pagamento, sendo o colapso peruano o de maior impacto. Brasil, Argentina e Chile foram as exceções e seguiram pagando os juros e os serviços da dívida externa. A moratória durou em geral até meados dos anos 1880 e implicou a desnacionalização das ferrovias como forma de superá-la. Desenvolveu-se na sequência um efêmero *boom* de empréstimos voltado para Argentina e Uruguai e direcionado para o financiamento de portos, ferrovias e obras públicas. Este se instituiu entre 1886-90 e a sua quebra implicou a desnacionalização de setores estratégicos destas economias e significativas perdas aos credores – que evitaram a desvalorização de parte da dívida –, mesmo com a disposição da Argentina em seguir o receituário das finanças internacionais.

Entre 1904-14 se desenvolveu outro auge creditício. Foi destinado basicamente ao financiamento de ferrovias, obras públicas e mineração. A ruptura da fase expansiva com a guerra de 1914-18, não implicou, pela primeira vez na história da região, a suspensão dos pagamentos da dívida externa, com exceção dos casos de Brasil – que suspendeu o pagamento das amortizações – e México – envolvido em processo revolucionário. A guerra estimulou a produção exportadora, elevou os superávits comerciais que, somados ao aumento da dívida interna ou, eventualmente, à desvalorização do câmbio e à expansão do crédito, proporcionaram as divisas necessárias para que a região sustentasse o pagamento dos serviços e juros externos. Entretanto, a crise da economia mundial em 1920-21 atingiu a região, deteriorando seus termos de troca. Esta foi controlada pela vinculação crescente da América Latina aos banqueiros de Nova York. Iniciou-se então um novo auge creditício voltado inicialmente ao refinanciamento de dívidas e posteriormente à construção de infra-estrutura urbana (escolas, hospitais, sistemas de gás e eletricidade) e estradas, além das ferrovias e portos. A crise de 1929 desatou a mais profunda moratória na história da região. Essa moratória permitiu que a região atravessasse os anos 1930-40, impulsionando o seu desenvolvimento e a industrialização por substituição de importações. Durou na maior parte dos casos até fins da década de 1940 e implicou uma

renegociação que estabeleceu profundas desvalorizações no estoque da dívida. O caso mais extremo foi o do México revolucionário que reduziu os juros e o montante da dívida em 90%. E as exceções são: Argentina, que perdeu o protagonismo no crescimento econômico da região, Haiti, Honduras, Nicarágua e Venezuela.

Foi apenas a partir de 1952, no contexto da retomada da expansão da economia mundial, que a América Latina voltou a receber novos empréstimos. Em 1956-61 se desenvolveu na região um novo período de ingressos de capital. Ele foi liderado pelo investimento direto estrangeiro e resultou na construção de um novo padrão hegemônico de firma: as corporações multinacionais, com sua rede de sede e filiais. Os ingressos de capital se dirigiram principalmente para Venezuela – em razão do petróleo –, e para México, Brasil e, mais limitadamente, Argentina – em função da industrialização. Os anos 1962-1967 foram de egressos destes fluxos de capital. Eleveu-se o endividamento externo para financiar parte destas saídas e instauraram-se ditaduras militares no Brasil, em 1964, e na Argentina, em 1966, para garantir a reestruturação de suas economias no interesses das finanças internacionais e dos seus aliados internos. Os empréstimos foram basicamente oficiais, bilaterais e multilaterais, e vinculados, sobretudo os últimos, às condicionalidades de política econômica. Em 1968 iniciou-se novo período de ingressos de capitais estrangeiros que coincidiu com o estabelecimento de uma crise de larga duração nos países centrais, que estala em 1967-73. Esta foi uma crise de sobreacumulação, de largo prazo, que deprimiu as taxas de lucro nos Estados Unidos e na Europa Ocidental e se agravou com reciclagem dos petrodólares em suas finanças. Para aliviá-la, dirigiram-se recursos para apoiar os projetos desenvolvimentistas na América Latina, principalmente de Brasil e México, ou para importações de bens suntuários, de equipamentos militares e fuga de capitais. O endividamento externo em relação ao PIB na região saltou de 17% em 1973 para 31% em 1981 e a soma dos ingressos de capital via empréstimos superou quase cinco vezes as entradas sob a forma de investimento direto, entre 1971-81. Estes empréstimos mudaram então o seu perfil: passaram a ser privados, contratados sem condicionalidades e a taxas de juros então negativas, mas flutuantes. A drástica elevação da taxa de juros nos Estados Unidos que se iniciou em 1979 e se aprofundou na década de 1980 inverteu, a partir de 1982, os movimentos de entradas de capitais, acentuando fortemente os egressos e expondo a região aos déficits comerciais contraídos na década de 1970.

A moratória mexicana, em 1982, desatou um ciclo de suspensão e atrasos no pagamento da dívida externa. Os países da região ameaçaram negociar conjuntamente a dívida. Esta iniciativa tomou forma no consenso de Cartagena, que reuniu, em 1984, 11 países da região, responsáveis por 80% das dívidas. Este não avançou e cedeu espaço à ofensiva dos credores. As moratórias de Brasil, em 1987, e Argentina, 1988-89, foram breves interregnos. Predominou largamente a renegociação conservadora e os atrasos de pagamentos que multiplicavam o endividamento, cujo patamar alcançou 57% do PIB latino-americano em 1987. A renegociação envolveu quatro fases: a) a primeira, que se desenvolveu entre a moratória mexicana e o Plano Baker, em 1985, onde os credores assumiram, com apoio dos governos de seus países, do FMI, e do Clube de Paris, a coordenação das negociações e impuseram aos devedores a negociação individual, o ajuste estrutural recessivo e a garantia estatal das dívidas privadas. Nos países latino-americanos a escassez de dólares iniciou a brutal expansão da dívida interna como fonte de financiamento dos juros e serviços da dívida externa; b) a segunda, que correspondeu ao Plano Baker, que se estendeu até setembro de 1987, onde se viabilizaram novos empréstimos, eliminando-se o pagamento de comissões por renegociação e incluindo-se prazos e *spreads* mais suaves; c) a terceira, que se refere ao Plano Baker II, instituído entre setembro de 1987 até março de 1989, que incluiu mecanismos voluntários de recompra da dívida com descontos em relação ao valor de face como forma de abatê-la; d) e finalmente a quarta, que se referiu ao Plano Brady, quando se priorizou as estratégias de redução da dívida, vinculando-as às condicionalidades do consenso de Washington para enfatizar a livre circulação de capitais e mercadorias, o câmbio apreciado ou flutuante, as privatizações, a reforma do Estado e a elevação dos juros.

O Plano Brady, ao contrário das versões I e II do Baker, obteve êxito em seus propósitos de viabilizar a transição para uma nova etapa de ingressos de capitais. Para isto utilizou como instrumento de barganha uma renegociação mais política da dívida externa. Os Estados Unidos e o G-7 assumiram a liderança na coordenação das negociações e impuseram aos bancos privados os seus condicionamentos: um menu de três opções que converteu as dívidas em títulos com descontos de seu valor de face ou de juros ou, finalmente, em novos empréstimos em condições mais suaves. A contrapartida para os países devedores foi a introdução de reformas macroeconômicas que inverteram o ajuste macroeconômico para criar déficits comerciais a serem

financiados por capitais externos, atraídos por especulação cambial, financeira, privatizações e secundariamente por investimentos produtivos. A dívida foi parcialmente securitizada pelo Tesouro dos Estados Unidos, mediante combinação de fundos que procedem do governo estadunidense, organismos internacionais e países devedores, e negociada no mercado secundário, atuando como instrumento de privatização de empresas e bancos estatais latino-americanos. Os resultados do Plano Brady favoreceram amplamente aos grandes bancos e ao capital internacional: restringiu-se o desconto da dívida para um nível bastante inferior do estabelecido pelo mercado, foram tomadas as providências para revalorizá-la e viabilizou-se um novo período de ingressos de capitais que a incrementou novamente. Entre 1990-1999 a dívida externa saltou de U\$ 467 bilhões a U\$ 745 bilhões; em termos relativos ela saltou de 35% a 42% do PIB regional entre 1994, quando se encerram as negociações do Plano Brady, e 1999. Neste período a dívida interna cresceu de forma significativa. Constitui-se em instrumento de atração do capital estrangeiro, fonte de acumulação de burguesias nacionais e de fundos de pensão locais, representando o Brasil, o caso mais desenvolvido.

O esgotamento deste período de ingresso de capitais foi sinalizado em 1995, com a crise mexicana, e em 1998, com os desdobramentos da crise russa e asiática, mas se consolidou para o conjunto da região em 1999, dando lugar a outro período, de saídas de capital, que permaneceu em atividade até 2006. A tentativa de conter os desequilíbrios macroeconômicos na América Latina implicou o desembolso de volumosos pacotes de ajuda ao México, Argentina e Brasil por parte do FMI, que o ameaçaram de exaustão financeira. Para conter estes desequilíbrios reformulou-se o consenso de Washington, substituindo-se o câmbio fixo e apreciado pelo flutuante que desvalorizou as moedas locais durante a crise e impulsionou a geração de saldos comerciais para pagar o endividamento. Mas estes mecanismos são insuficientes nos casos mais agudos e levam à necessidade de moratórias e importantes reduções da dívida de que foi exemplo a Argentina de Kirchner, que impôs a ampliação dos prazos de pagamento da dívida pública com atores privados e a desvalorização de seu montante em 75%. Entretanto, o ajuste estrutural predominou como instrumento de contenção e redução das dívidas na região. Em 2005, estas atingiam 26,7% do PIB latino-americano face aos 42,9% de 2002; e no Mercosul, para as mesmas datas, 29,6% frente aos 65% de 2002.

Entretanto, esta redução das dívidas, que acompanha o final dos períodos recessivos e o início das retomadas, poderá ser revertida a partir de 2006 com o restabelecimento do protagonismo dos fluxos de entrada de capital, gerando-se ciclicamente o movimento inverso, de acumulação de dívidas. Isto dependerá do grau de soberania das políticas públicas da região em relação ao mercado mundial e do avanço político e ideológico das esquerdas na América Latina nos próximos anos.

Referências bibliográficas

- BETHELL, Leslie (ed.). *Historia de America Latina*. Economia y sociedad desde 1930. Barcelona, 1994.
- CEPAL. *Anuário estatístico da CEPAL*. www.eclac.cl, 2007
- HOFMAN, Andre. *Latin American Economic Development: a Causal Analysis in Historical Perspective*, 1998.
- MARICHAL, Carlos. *Historia de la deuda externa de América Latina*. Alianza Editorial, 1988.
- SADER, E.; JINKINGS, I.; MARTINS, C. E.; NOBILE, R. *Latinoamericana: enciclopedia contemporânea de América Latina e do Caribe*. Boitempo: São Paulo, 2006.
- VASQUEZ, Ian. *Brady Plan and market based solutions to debt crises*. Cato Journal, vol 16, n° 2, 1996.

Resumo

Este artigo analisa, em visão histórica e de longa duração, a dívida externa latino-americana. Aponta seu caráter estrutural e cíclico na evolução do capitalismo dependente e as perspectivas de sua descontinuidade.

Palavras-chave

Dívida externa; América Latina; Ciclos.

Abstract

This article analyses in the long-term perspective, the historical evolution of Latin American foreign debt. It pointed its structural and cyclical nature in the development of capitalism dependent and the prospects for its discontinuity.

Key-words

Foreign debt; Latin America; Cycles.

Quarenta anos da Passeata dos Cem Mil e da edição histórica do Correio da Manhã

Pery Cotta

Luminoso dia tipicamente carioca de meio de semana, 26 de junho de 1968 foi pacífico marco da heróica resistência democrática contra a ditadura, quatro décadas depois ainda lembrado por ter sido realizada no Rio de Janeiro, naquela data, a maior e mais significativa manifestação estudantil da década de 1960. Desde as 10 da manhã e durante três intensas horas, a movimentada área central da cidade do Rio viveu um dos mais importantes episódios da história contemporânea. Aconteceu a menos de seis meses do violento AI-5, de 13 de dezembro de 1968, porta de entrada para os “anos de chumbo”.

“Passeata congregou Cem mil no Centro” – com este título, na página 15, o *Correio da Manhã* sintetiza a mobilização de estudantes que, pela pronta adesão popular conquistada, mereceu na edição de 27 de junho ampla e completa cobertura de nada menos do que 15 páginas, inclusive algumas inteiramente gráficas, com grandes fotos abertas. Esta cobertura igualmente histórica está microfilmada e guardada para gerações futuras na Biblioteca Nacional, ela própria testemunha do fato: em suas largas escadarias, na Cinelândia, concentraram-se dezenas de jovens antes de partirem no sentido da Igreja da Candelária, caminhando ao longo da av. Rio Branco.

Na mesma página 15, junto com a cronologia – hora a hora – da passeata, vinha uma matéria coordenada com a planta baixa do Centro, na qual o

CM mostrava, através do cálculo de seus repórteres e de diversos especialistas, como e de onde o jornal tirou o mágico número de participantes. Naquele dia, na função de Secretário Gráfico e em estreita ligação com o Secretário de Texto, fechei boa parte das 32 páginas da edição, trabalhando às vezes com dois ou até três diagramadores ao mesmo tempo, nas páginas gráficas e em outras principais matérias.

Isto ocorreu ao longo de toda a noite de 26 de junho e entrou pela madrugada do dia 27, enquanto a Diretoria do jornal decidia se seria demitido ou não. Como lia todas as matérias antes da diagramação, para pedir os títulos, acabei sendo o autor e responsável pelo número final quantitativo da manifestação estudantil, preocupado que estava em não passar informação contraditória. Em dado momento, tive necessidade de solicitar aos repórteres e redatores que se referissem à passeata como sendo a dos Cem mil. Portanto, ainda na Redação do Correio da Manhã e por seus jornalistas, começou a ser reconhecida como a “Passeata dos Cem Mil”. Foi desta forma que dei a ela nome, sobrenome e números finais, na edição 23.071 do Correio da Manhã, jornal que acabara de completar 67 anos de também heróica e combativa existência.

O esquema de funcionamento do Correio da Manhã, para o fechamento de páginas, era bem organizado e bastante eficiente. O experiente Aloísio Branco era a figura principal, como o Secretário de Redação (Editor-Chefe), e para cuja mesa obrigatoriamente iam todas as matérias, vindas dos Editores e da Chefia de Reportagem.

Ao receber os originais, o bom e atento Aloísio Branco lia cada um, determinando importância e aproveitamento. E cobrava de imediato melhor texto e/ou apuração, ou devolvia as matérias com alguma outra recomendação a cada Editoria (Esportes, Economia, Internacional, Segundo Caderno).

O Secretário de Texto (Chefe do Copidesque) preparava as matérias do 1º. Caderno, tanto para as páginas internas do jornal como para as chamadas de 1ª. página e entregava os textos “penteados” (lidos e consertados nos pequenos erros) ou já reescritos e no tipo de aproveitamento sugerido pelo Secretário de Redação.

Para processar-se então a editoração, os textos eram encaminhados ao Secretário Gráfico (editor responsável pela diagramação), que estabelecia a colocação e seqüência das matérias em cada página, entregando os textos de volta ao copidesque (redatores) para os títulos, dizendo como os estava editando. Na época, eu e o sempre bem-humorado Mauro Ivan exercíamos uma e/ou outra função (na diagramação ou no *copy*).

Importância histórica da manifestação estudantil

Em 2007, às vésperas da maior manifestação estudantil completar quatro décadas, a Presidência da República, através da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, editou um livro de 500 páginas, colocando-o inclusive no *site* do governo federal na internet. A publicação, elaborada pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, tem como título *Direito à memória e à verdade* e, desta maneira, ajuda bastante a contextualizar o movimento dos jovens brasileiros. Reúne a documentação sobre 133 desaparecidos e 166 mortos, nos “Anos de Chumbo”, entre os quais o operário Manoel Fiel Filho e os jornalistas Mário Alves e Vladimir Herzog, além de dezenas de estudantes. Diz textualmente o documento oficial, em relação ao movimento estudantil, ao reconhecer o período como de terrorismo de governo:

Atingida com dureza já nos primeiros dias do novo governo, quando a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) foi incendiada na Praia do Flamengo, Rio de Janeiro, o Movimento Estudantil começou a se manifestar com energia a partir de 1965, em todo o País. A UNE desafiou abertamente a proibição das entidades estudantis autênticas, imposta pelo primeiro ministro da Educação do regime militar, Flávio Suplicy de Lacerda. Essas manifestações cresceriam até atingir seu auge nas grandes passeatas de 1968, entrando em refluxo após a decretação do AI-5, em dezembro daquele ano, para voltar a crescer novamente a partir de 1977.

Em fevereiro de 1969, o governo Costa e Silva chegou a baixar um dispositivo específico para reprimir a oposição política e a atividade crítica nas universidades, o Decreto nº 477, que previa o desligamento de estudantes, professores e funcionários envolvidos em atividades subversivas. Os sindicatos de trabalhadores, fortemente golpeados pelo regime já nos primeiros dias de abril de 1964, conseguiram se reerguer gradualmente e realizar importantes greves em 1968, em Osasco (SP) e Contagem (MG), retornando a um patamar de fermentação discreta até atingir novo salto em 1978, quando no ABC paulista voltam as mobilizações de massa que dariam início à construção de um novo sindicalismo no Brasil.

A área intelectual e artística representou outro pólo de resistência. A música, o cinema, o teatro, a literatura, distintos segmentos da vida cultural brasileira tornaram-se arena de contestação ao regime autoritário, agindo muitas vezes como ouzada trincheira que exigia o resgate da liberdade de criação. O setor enfrentou, como represália, períodos de vigorosa censura e mesmo a prisão de grandes expoentes artísticos, em especial nas semanas que se seguiram à decretação do AI-5. No contexto de endurecimento do regime, algumas organizações partidárias de esquerda optaram pela luta armada como estratégia de enfrentamento do poder dos militares.

Nasceram diferentes grupos guerrilheiros, compostos por estudantes em sua grande maioria, mas incluindo também antigos militantes comunistas, militares nacionalistas, sindicalistas, intelectuais e religiosos. Essas organizações político-militares adotaram táticas de assalto a bancos, seqüestro de diplomatas estrangeiros para resgatar presos políticos, atentados a quartéis e outras modalidades de enfrentamento, o que, por sua vez, também produziu inúmeras vítimas entre agentes dos órgãos de segurança e do Estado.

Consolidou-se, com o AI-5, uma dinâmica de radicalização que já tinha nascido no bojo da disputa que envolveu a escolha do sucessor de Castello Branco no comando do regime. O general Costa e Silva assumiu a presidência, em 1967, como representante da chamada Linha Dura, vale dizer, setores das três Armas que rejeitavam qualquer moderação ou tolerância quanto às oposições. Na chefia do SNI, Costa e Silva colocou Garrastazu Médici, que seria o presidente seguinte, representando o período de maior truculência repressiva.

Nessa dinâmica, o governo tinha alijado até mesmo lideranças políticas que foram grandes expoentes da mobilização pela deposição de João Goulart, como Carlos Lacerda e vários outros. O endurecimento levou ao surgimento, em 1966, de uma Frente Ampla que reunificava figuras diametralmente opos-

tas no leque partidário brasileiro, como o próprio Lacerda, Juscelino Kubitschek, João Goulart e outros. Em 5 de abril de 1968, a Frente Ampla seria terminantemente proibida pelo regime.

A escalada repressiva sobre os estudantes deu novo salto a partir de 28 de março de 1968, quando policiais dispararam contra manifestação que protestava pelo fechamento do restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, matando o secundarista Edson Luís Lima Souto. Ao funeral compareceram 50 mil pessoas, ocorrendo dezenas ou centenas de prisões. Dias depois, a cavalaria da Polícia Militar invadiu a igreja da Candelária, onde se realizava a missa de sétimo dia, com a presença de milhares de estudantes. Em 21 de junho, a violência cresceu ainda mais no Rio de Janeiro. Forças policiais reprimiram passeata estudantil que reivindicava mais verbas para o ensino, restando um saldo de quatro mortos, num episódio que foi registrado na imprensa como “sexta-feira sangrenta”.

A opinião pública reagiu expressando um nível de indignação contra a brutalidade repressiva, que ainda não tinha precedentes desde 1964. No dia 26 de junho, artistas, intelectuais, religiosos, trabalhadores, estudantes, centenas de mães e a população de um modo geral se uniram na “Passeata dos 100 Mil”. O que, por sua vez, acabou acirrando ainda mais a tensão no seio dos segmentos extremistas do regime.

Passeatas estudantis se repetiram em quase todos os estados do Brasil naquele período. Em São Paulo, em 3 de outubro, estudantes da USP, na rua Maria Antonia, enfrentaram a polícia e alunos da Universidade Mackenzie, sede do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), resultando na morte de outro secundarista, José Guimarães. Dias depois, ocorreu ocupação policial que deixou o antigo prédio universitário praticamente destruído. No dia 12 de outubro, a polícia invadiu um sítio em Ibiúna, no interior do estado, onde se realizava, de forma clandestina, o 30º Congresso da UNE, prendendo os participantes (entre 700 e 1.000 pessoas), incluindo-se aí a

quase totalidade de suas lideranças nacionais. Essa primeira fase do ciclo autoritário terminaria no final daquele ano.

O governo pediu licença ao Legislativo para processar o deputado federal Márcio Moreira Alves, do MDB, que havia discursado da tribuna da Câmara denunciando a violência policial e militar exercida contra as passeatas estudantis. Com Mário Covas na liderança da oposição, o parlamento brasileiro não se curvou à exigência e essa negativa foi utilizada pelo regime como pretexto final para a decretação do AI-5, em 13 de dezembro (de 1968).

Quase todas as páginas como capítulos memoráveis

Em 26 de junho de 1968, há exatos 40 anos, portanto, a cidade do Rio de Janeiro escreveu um novo e expressivo capítulo da história da liberdade no Brasil, ao abrir amplo espaço, no maravilhoso cenário de suas belezas naturais, para o extenso e movimentado palco da manifestação inicialmente estudantil e de todo o povo carioca que estava no Centro da cidade. Foi pacificamente realizada, é fato, isto graças às providências cautelosas do Governador Negrão de Lima, que não permitiu a ação repressiva da Polícia Militar e do DOPS. Em tempos de ditadura, a passeata significou, porém, corajosa mobilização de estudantes, intelectuais, padres e freiras, operários de diversos sindicatos de trabalhadores, além da marcante presença de muita gente simples e humilde das principais favelas cariocas. Em marcha cadenciada, passou por toda a Avenida Rio Branco, sendo recebida por entusiasmados e vibrantes aplausos e debaixo de uma impressionante chuva de papel picado.

Foi exatamente por esta maciça e significativa participação dos principais segmentos da sociedade do então Estado da Guanabara (1960-1975), que o Correio da Manhã (1901-1974) estampou categórica manchete em sua edição de 27/06/68: “Marcha do Povo reúne Cem Mil”. Na 1ª. página não chamou a manifestação de passeata, como está no principal título da página 15 (“Passeata congregou cem mil no Centro”). Era, de propósito, uma manchete provocativa. Afinal, o jornal tinha como fazer tal provocação: foi o mais importante jornal político brasileiro da época.

E por que o Correio da Manhã preferiu usar *marcha* e acrescentar *do povo*? Talvez porque os golpistas civis de 1964 haviam promovido, anos antes, a famigerada “Marcha com Deus pela Família e Propriedade”. Marcha, além dos passos cadenciados, é vigorosa e ritmada expressão de idéias e ideais. Passeata é, muitas vezes, mero e folclórico *pequeno passeio* de protesto em países com a democracia já consolidada.

Ao enfatizar “Marcha do povo reúne Cem mil”, na sua manchete de primeira página, o Correio da Manhã estabelecia assim uma forte contraposição à marcha ou escalada daqueles civis e militares cada vez mais extremados e violentos, os que foram denominados “bolsões radicais” pelo próprio general-presidente que, anos depois, iniciou a, por ele definida, “lenta e gradual” abertura. Mas, até ela chegar, uma longa temporada de irracional e sangrenta perseguição política.

Rapidamente, poucos meses depois da maior passeata de 1968, o radicalismo e o terrorismo de governo conseguiram matar a alma livre do jornal fundado em 1901 por Edmundo Bittencourt, conforme destaquei em *Calandra – o sufoco da imprensa nos anos de chumbo*, lançado pela Bertrand Brasil, em 1997. O livro conta porque o destemido Correio da Manhã havia sido o único jornal a denunciar o Caso Para-Sar, através de matéria assinada, na página 3 do 1º. Caderno, sob o título “A Operação Mata-Estudante”.

Havia ingressado como Editor de Economia no Correio da Manhã, três anos antes da passeata, em 1965, e exerci depois, sucessivamente, a Chefia de Reportagem, Secretária de Texto e Secretária Gráfica e finalmente a Editoria de Política. Em 13 de dezembro de 1968, bati de frente com o pior Ato Institucional, o AI-5, sendo demitido menos de uma semana após oito coronéis do Exército, devidamente fardados, passarem a freqüentar diariamente a Redação, implantando censura direta em todos os textos.

Nove semanas antes do AI-5, no dia 04/10/1968 revelei os bastidores do terrorismo antipovo insuflado na tropa pelo bolsão radical liderado na Aeronáutica pelo brigadeiro Burnier. Dois meses depois, na noite de 13 de dezembro de 1968, o Correio da Manhã era invadido e ocupado. E fiquei fora do jornal por meses e meses seguidos.

O jornalista e escritor Zuenir Ventura, que também trabalhou no Correio da Manhã, comenta o episódio do Para-Sar desta maneira, em seu livro *1968 – o ano que não terminou. A aventura de uma geração* (Nova Fronteira, 1988), à pagina 210:

No dia 4, o mesmo *Correio* trazia um artigo do jornalista Pery Cotta, que lhe custaria depois uma prisão – *A operação mata-estudante* – informando que a 4 de abril, sem conhecimento da Diretoria de Rotas Aéreas, o “Para-Sar foi convocado para participar de missão permanente policial (à paisana, armado e sem identidade), a fim de dar cobertura à tropa que reprimia agitações de rua na Guanabara.

“Começava a ser desvendado naquele início do mês”, destaca Zuenir, “um dos mais sinistros planos terroristas da nossa história contemporânea”. Se tivesse tido sucesso, a operação provocaria não só a execução de personalidades políticas, mas também a morte de cerca de Cem mil habitantes do Rio, já que previa a explosão de um gasômetro no início da avenida Brasil, às 18 horas, isto é, na hora do *rush*, e a destruição da represa de Ribeirão das Lajes.

“A responsabilidade pelos atentados seria atribuída aos comunistas. Para quem – como os radicais de direita – buscava um pretexto para dar início à caça às bruxas, nada mais diabolicamente perfeito”.

Agora, 40 anos depois, procura-se aqui relatar a Passeata dos Cem Mil e a também histórica edição do *Correio da Manhã*, de 27 de junho de 1968, colocada nas bancas de jornais poucos meses antes do AI-5.

Editorial e abertura da coluna “Quatro Cantos”

Entrou pela madrugada do dia 27/06/1968 a seleção de fotos e diagramação das matérias. Ao iniciar o trabalho de fechamento de páginas, naquela noite de 26 de junho, senti a necessidade de uma recomendação a todos os repórteres e redatores: “Precisamos uniformizar a cobertura da passeata. Usem cem mil participantes”.

Naquela noite, ao longo da demorada e detalhada edição do *Correio da Manhã*, havia simultaneamente uma infindável reunião noturna da Diretoria, no austero prédio da Avenida Gomes Freire, no tradicional bairro carioca da Lapa, onde funcionavam a Redação e a Oficina do jornal. Porém, ao final da reunião e da edição do jornal, tanto a marca indelével da luta constante pela democracia e pela liberdade de expressão, como o inabalável compromisso com a sociedade brasileira mantiveram-se mais uma vez como características supremas do respeitado periódico.

QUATRO CANTOS

CICERO SANDRONI

O que aconteceu ontem

Quem esteve ontem no centro da cidade e participou da passeata ou apenas viu e aplaudiu a marcha do povo, pacífica mas enérgica, de onde a palavra coragem emergiu diversas vezes, subindo do chão das ruas até os últimos andares dos edifícios, de onde caía uma chuva de papel, quem viu cem mil pessoas manifestando ordenadamente o seu repúdio ao Governo, sem que ocorresse o menor acidente, embora um helicóptero provocador sobrevoasse diversas vezes os manifestantes, levando as maiores vozes, quem viu os lenços brancos agitando-se nas janelas (um homem que não tinha lenço, agitava de busto nu a própria camisa), quem viu deputados da oposição sentados no meio-fio da Avenida Presidente Vargas, cansados mas felizes, quem ouviu o povo gritar: a ordem do dia é acabar com a covardia, quem viu freiras e padres sentados no chão, ao lado dos estudantes, quem viu um homem chorando de verdade. — e não havia gás algum — enquanto aplaudia os que passavam, quem viu Wladimir Palmeira falar livremente na Cinelândia e em frente à antiga Câmara dos Deputados, quem viu o pessoal dos escritórios, nas janelas dos edifícios, aplaudir os que passavam e convocavam: "um, dois, três, precisamos de vocês", quem assistiu a mulheres participando ativamente da marcha, quem ouviu discursos em que a tônica era: cada um agora é o próprio líder, o povo demonstrou que pode manter a ordem melhor do que a polícia, quem ouviu Hélio Pelegrino dizer: o povo está sentado na rua, está à vontade, pois a rua é a casa do povo, quem sentiu um odor de liberdade, quem pressentiu que alguma coisa estava nascendo, brotando do asfalto, e que a cada passo de cada um dos que marchavam a solução parecia estar mais próxima, quem olhou bem e viu em cada fisionomia dos jovens, das mulheres, dos adultos, dos padres e das freiras uma expressão nova, que parecia ter morrido fazia alguns anos mas que ressurgiu ontem não se sabe como, quem andou ombro a ombro sem esmorecer e ficou rouco de tanto fazer cóo com as frases que surgiam da marcha, e que há muito tempo não eram pronunciadas em alto e bom som nas ruas do Rio, quem participou, viveu, alegrou-se, emocionou-se, sentiu na própria carne a beleza de uma manifestação como a de ontem, ou quem apenas viu o que aconteceu no coração da cidade, esta cidade rebelde e heróica, que não aceita a canção, e que vem para as ruas em paz e em ordem dizer o que pensa do

publicar na capa do próximo número uma caricatura do presidente Costa e Silva.

O que houve

Opinião de um popular, depois que terminou a passeata:

— Todo mundo estava tão feliz, que parecia até que o Brasil era tricampeão mundial de futebol.

Frase de um senhor de idade, circunspeto, de colê e pinça-nez.

— Pensei que ia morrer sem ver o que vi. Mas o povo cresceu mais depressa do que eu esperava.

De um deputado, pensativo:

— O povo agiu sozinho. Não havia polícia vigiando, mas também não vi políticos orientando. O povo agiu sozinho.

De um historiador, participando da marcha:

— Descobri que fazer história é melhor do que estudar-la.

De um garf, que começava a limpar a Avenida, Rio Branco:

— Hoje vai ser mais fácil: é só papel.

Um cruzeiro

E enquanto o povo está nas ruas da Guanabara, o sr. Carlos Lacerda continua em seu cruzeiro pelo Atlântico.

A feliz idéia

Para que a verdade seja conhecida, devo informar que a feliz idéia de não permitir que a PM saísse à rua, ontem, foi do ministro Gama e Silva. O ministro da Justiça fez a sugestão ao governador, que resolveu acolher a idéia e assim evitou que uma grave situação se criasse no centro da cidade.

Ontem à tarde, depois da passeata, ouvi o governador Negrão de Lima, que se mostrava satisfeito — e aliviado, de certa forma — com o que acontecera. Na sua opinião, o apelo que fez ontem, pela televisão, bem como a palavra do presidente Costa e

Somente um ato extremista, o AI-5 de 13/12/1968, um “golpe dentro do golpe”, afinal conseguiu sufocar tanta resistência e bravura do velho CM.

A 1ª. página do heróico e patriótico Correio da Manhã, em 27 de junho de 1968, está dominada por duas grandes fotos (a primeira de quase meia página, bem no alto, logo após a logomarca do jornal), que acompanham o título e o texto da manchete. Era o retrato da manifestação de cem mil pessoas, um recorde inesperado de presenças. Este 1º. caderno, com 16 páginas, fechava com uma outra página gráfica..

No segundo caderno, como um ícone da modernidade jornalística, a informação gráfica das fotos predominava de novo. E isto não era usual na mídia impressa daquele tempo. Ali estavam estampadas duas páginas inteiramente ocupadas por meia dúzia de grandes fotos em cada, com pequenas legendas explicativas, além de um título geral não acompanhado de texto.

Assim, no 1º. e 2º. cadernos, foram nada menos do que 10 (dez) páginas que traziam textos compactos de matérias, e sem fotos, espalhando por todo o jornal o notável trabalho da também jovem, na maioria, equipe de reportagem. A ampla e completa cobertura superou inteiramente, em volume e qualidade, as matérias e edições dos demais jornais, das rádios e das emissoras de televisão. Exatamente por isto, o Correio da Manhã deu a seus leitores uma edição jornalística tão histórica como a própria manifestação realizada no Centro da cidade. Às 11 e meia da noite, ainda apressadamente chegava repórter da rua com matéria para a edição.

Embora não fossem ainda os chamados “anos de chumbo”, havia a incômoda vigilância diária e a insistente mão forte do regime com explícita determinação autoritária e, já agora, em vias de revelar-se claramente como repressora e sangrenta ditadura militar.

Qualquer acontecimento selecionado para grande cobertura é assunto agendado, previamente colocado na pauta e sempre discutido, estudado e dimensionado para tornar possível a perfeita ação da equipe de reportagem e a edição final do jornal. No caso, o que surpreendeu foi a amplitude da manifestação idealizada pelo movimento estudantil. Ganhou tal dimensão e importância política que exclusivamente um jornal com a independência do Correio da Manhã poderia cobrir e editar as matérias sem restrições e censura interna ou externa, principalmente naqueles tempos de crescente radicalismo.

Além da ampla cobertura jornalística, nas páginas normais do noticiário, o Correio da Manhã colocou o tema como abertura de sua principal coluna social (“Quatro Cantos”, na página 7, assinada por Cícero Sandroni,

hoje presidente da Academia Brasileira de Letras) e apresentou no seu editorial principal da página 6 a opinião bem definida em belo título: “Lição de Maturidade”.

Na coluna “Quatro Cantos”, Sandroni comentava “O que aconteceu ontem”. No editorial principal, o velho CM não deixou por menos: ressaltava que somente tinha ocorrido uma marcha popular pacífica porque “repressão (ao movimento) é que geraria conflitos”. O regime autoritário adjetivava sempre como “arruaças” as manifestações contrárias dos jovens estudantes, acusando-os invariavelmente do emprego de violência e depredações.

Foi importante a preocupação permanente com a exatidão de dados e informações, tanto nos textos e títulos da reportagem como no forte editorial e nos comentários sempre sensatos do seu principal colunista. Era exatamente isto, esta rotina espartana de bom jornalismo com repetitiva revisão de textos que dava crescente credibilidade ao Correio da Manhã. Ficava incontestável o que publicava e isto, em consequência, ficou insuportável para um regime em escalada autoritária.

Como desmentir flagrantes tão factuais? Como rebater narrativas e descrições dos fatos igualmente tão carregadas da realidade política e social?

A edição histórica do CM, de 27 de junho de 1968, é expressão maior de um jornalismo comprometido com o social, nunca resultado de injunção e/ou submissão a interesses econômicos ou financeiros, internos e externos, ou ao poder de governos e governantes. Fazia-se jornalismo verdadeiro, não “jornalismo romântico”, como se disse depois, de forma preconceituosa e tentando reduzir a grandeza da missão altamente democrática do jornal e de seus profissionais.

A “Marcha do Povo” está noticiada no primeiro parágrafo da manchete de 1ª. página que relatou o acontecimento de forma simples, clara, direta e objetiva. E, principalmente, com muita sobriedade:

“Por seis horas, mais de cem mil protestaram contra o Governo, apoiando o movimento dos estudantes que, conforme o previsto, foi sem incidentes, com dezenas de discursos de universitários, operários, professores e padres”.

Matérias em 15 páginas e dois cadernos

Na 1ª. página, além da manchete, o Correio da Manhã abriu espaço para apenas dois outros assuntos. (Nas edições normais, a primeira página de um jornal traz de 12 a 15 chamadas com temas diversos conforme as Editorias).

Também em destaque, descendo texto em uma coluna ao lado da matéria principal, vinha o título a respeito do que aconteceu em São Paulo, na mesma data da manifestação estudantil no Rio: “II Exército é atacado a dinamite”. Uma camionete Chevrolet havia explodido próximo à entrada do Quartel-General, matando o soldado Mário Kozel, do IV Regimento de Infantaria, e ferindo outros cinco soldados que estavam de guarda, era a chamada da matéria na 1ª. e boa cobertura interna.

A terceira notícia foi a até hoje criticada falta de segurança e violência: “Assaltos em ônibus e no Disco”. Os passageiros do ônibus haviam sido assaltados por bandidos, na Avenida Brasil. O supermercado citado ficava no bairro de Laranjeiras, na Zona Sul da cidade. Em ambos os casos, sem registro de feridos.

Nas páginas internas, todas as Editorias trouxeram normalmente os seus noticiários, tanto no primeiro como no segundo caderno. Nos três cadernos do jornal - 1º., com 16 páginas; 2º. de cultura, com oito páginas; e 3º. predominantemente de classificados e com também oito páginas - houve lugar garantido para a Geral e Política (pág. 2), publicidade em página dupla (8 e 9), Economia (pág.13).

A manifestação estudantil ocupou as páginas 3, 5, 6 (no principal editorial), 7 (na abertura da coluna “Quatro Cantos”), 10 (dividindo com o ocorrido no II Exército), 11, 12, 14 e 15 e 16 (contracapa) do primeiro caderno e, no famoso Segundo Caderno, as páginas 1 (capa), 2, 3, 4 e 8 (contracapa). Total de nada menos do que 15 páginas, nesta grande cobertura.

No Segundo Caderno, as capas viraram páginas gráficas com fotos diversas da manifestação estudantil, mas preservou-se igualmente o espaço normalmente dedicado à cultura, com colunas assinadas e matérias sobre música, cinema, teatro, artes plásticas etc. O terceiro caderno abrigou, além de anúncios classificados diversos, distribuídos nas oito colunas de cada página, o noticiário de turfe e esportes amadores (pág. 7) e as notícias sobre o futebol (pág. 8). Foi uma mudança necessária.

Curioso registrar que o jornal diário dedicava apenas uma página ao futebol, apesar de o Brasil já ter conquistado duas Copas do Mundo – 1958, na Suécia e 1962, no Chile – mas havia sido recentemente eliminado, na Copa de 1966, pela equipe de Portugal.

Na véspera da manifestação estudantil, na quarta, dia 25, a seleção brasileira criou novo alento nos torcedores, ao vencer em Belgrado a forte equipe da então Iugoslávia, considerada favorita. O jogo foi 2x0, com gols

do lateral Carlos Alberto, de pênalti, e do atacante Tostão. O noticiário destaca que a vitória do Brasil surpreendeu.

Na edição de quinta-feira, 26/06/68, o futebol trouxe matéria do correspondente János Léngyel, normalmente sediado em Genebra e que havia sido deslocado para a África, onde em Moçambique o Brasil jogaria e o técnico Aimoré Moreira demonstrava entusiasmo, mantendo a mesma equipe que já se preparava para a futura e vitoriosa Copa de 70, no México.

Passeata (ou marcha) com mais de 300 mil participantes?

E o que revelou ainda o Correio da Manhã, em cada página dedicada à ampla cobertura? A página 15 trazia a cronologia da manifestação iniciada às 10 horas e 30 minutos e que ultrapassou as 13 horas. É nesta página 15 que se informa o número provável dos participantes, através de observações pessoais dos repórteres e cálculos de especialistas. Título da matéria: “Passeata congregou 100 mil no Centro”. A passeata dos Cem mil virou *marcha do povo*, no título da manchete da primeira página, pelas razões já explicadas anteriormente. Na página 14, um título de matéria também havia usado a palavra *marcha*, adotada na 1ª., ao afirmar textualmente: “Estudantes e favelados marcham juntos”.

A bem da verdade, a matéria cujo título chama a passeata de cem mil no texto chega a mencionar 120 mil a 150 mil como o número mais provável de participantes. Ao editar as páginas da cobertura feita pelos repórteres e fotógrafos do Correio da Manhã, respeitei e deixei publicada a informação completa dos repórteres.

Houve especialista ouvido pela reportagem que apontou 70 mil e ainda quem sustentasse serem até mais de 300 mil.

A Polícia faz habitualmente, para os protestos populares, aquele cálculo com base em quatro pessoas no máximo por metro quadrado e corta o tamanho da Avenida Rio Branco (numerada a partir da Praça Mauá), contando apenas da Candelária, no exato cruzamento com a Avenida Presidente Vargas, ao Obelisco, em direção ao Parque do Flamengo (obra inaugurada no final da década de 1960 e que os cariocas devem às gestões Carlos Lacerda e Negrão de Lima).

Nos Cem mil, a passeata ou marcha do povo saiu de quatro pontos principais de concentração e atravessou a Avenida Rio Branco em 32 minutos, segundo a edição de 27 de junho, do Correio da Manhã.

Os quatro pontos principais de concentração foram: Largo da Carioca ainda sem o Metrô, a então espaçosa Praça Erasmo Braga, Av. Graça Aranha e todo o entorno do Obelisco.

Ressalve-se, por absolutamente factual e oportuno a ser lembrado, que em tais manifestações políticas e concentrações públicas, que se prolongam por horas seguidas, o público nem sempre é o mesmo o tempo todo: as pessoas entram e saem como bem entendem, sem qualquer possível controle, não são como grandes blocos carnavalescos cercados por cordas.

No caso específico, a manifestação também não se fez nem pode ser friamente calculada apenas no sentido horizontal. Na medida em que a marcha do povo passava no asfalto, acompanhada e apoiada pelos transeuntes das calçadas de ambos os lados, ganhava a adesão de grande parte desses anônimos transeuntes, engrossando mais e mais as enormes levas e alas dos militantes da histórica marcha ou passeata de junho de 1968 contra a ditadura. Destaque-se que a passeata teve aquele respaldo entusiasmado de milhares e milhares de outras pessoas não contabilizadas como manifestantes e que, do alto dos prédios da Avenida Rio Branco, sem dúvida somaram-se à manifestação ao serem responsáveis pela crescente e festiva chuva de papel picado.

Também estes manifestantes, os das janelas dos prédios de dezenas e dezenas de escritórios do Centro da cidade, transformaram-se portanto em ativos participantes. A respeito deles não houve, porém, qualquer cálculo na época, até porque isto seria quase impossível naquele momento. Pode-se, hoje, fazer uma projeção, baseada indiretamente na quantidade de papel picado jogado do alto dos prédios ou em função da densidade demográfica da população. Aquela chuva de papel picado sempre ocorria e ainda ocorre no último dia útil que antecede o Natal e o Ano Novo. Resulta do conagraçamento, desejo e esperança de mudanças. Estes mesmos sentimentos devem ter motivado aquelas pessoas que, trabalhando nos escritórios da Avenida Rio Branco, no dia 26 de junho de 1968, correram às janelas para explicitar seu apoio à passeata de protesto.

Dados da Comlurb (Cia. de Limpeza Urbana do Rio) indicam que o lixo público, o resultante da varredura das ruas, representa cerca de expressivos 40% do total, sendo superado apenas pela retirada do lixo domiciliar (em torno de 47%). Em 1989, por exemplo, retirava-se da cidade do Rio de Janeiro um total de 4.000 toneladas por dia. Produzidas certamente por milhares e milhares de pessoas.

O Rio de Janeiro em 1970, dois anos após a marcha do povo ou passeata dos Cem Mil, tinha uma população de 4,3 milhões de habitantes e, na década anterior, somava 3,3 milhões, por ocasião do Censo de 1960. Seriam talvez 4,1 milhões, em 1968. Agora, em 2006, pulou para 6,1 milhões de habitantes, ou mais quase 50% de aumento populacional, em comparação ao ano da grandiosa manifestação estudantil.

Portanto, não seria absurdo imaginar que a histórica passeata tenha alcançado a marca de 300 mil efetivos participantes, somados os do asfalto e os do alto dos prédios, número surpreendente para a época, em função do total de habitantes, nada menos no caso do que uns 10% da população urbana do Rio. O Brasil da década de 1960 tinha população de 70,9 milhões. Chegou aos 94,5 milhões, em 1970 (os “90 milhões em ação” da música evocativa da Copa do Mundo de Futebol).

Agora, em 2006, a população pulou para 188,2 milhões. Hoje, em 2008, pode estar ultrapassando os 190 milhões e, muito em breve, o Brasil terá provavelmente alcançado os redondos 200 milhões de habitantes. Outra interessante comparação: no Estádio do Maracanã, no Rio, que já registrou a presença de quase 200 mil torcedores, cabem agora oficialmente 70 mil (como na Passarela do Samba) ou até 90 mil, no máximo. Ou seja, o Maracanã de hoje seria pequeno para abrigar tanta gente como a que participou da marcha ou passeata dos Cem Mil, no episódio de 40 anos atrás.

E como era aquele Brasil e principalmente o Rio de Janeiro, em 1968? Certamente não tinha ainda a Ponte Rio-Niterói, inaugurada em 1974, ano em que o Correio da Manhã deixou de circular, embora 34 anos depois seja ainda citado como exemplo de jornal. O petróleo de Campos, descoberto no mar territorial do Estado do Rio de Janeiro, em 1973, hoje garante a auto-suficiência nacional e, em breve, poderá estar ajudando o Brasil a transformar-se em exportador. Não por acaso, a história já havia registrado que, aqui no Rio de Janeiro e em décadas anteriores, foram realizadas outras grandes manifestações populares defendendo a criação de uma empresa nacional para a busca do petróleo. No Rio, como reconhecimento, está a sede da Petrobras, idealizada há mais de meio século por Getúlio Vargas. Em 1968, mesmo com a mudança para Brasília, o presidente da República ainda despachava no Palácio do Catete, na Zona Sul do Rio. E, em 68, a TV-Globo tinha apenas três anos e nem sonhava com problemas de edição das matérias sobre “Diretas-Já” ou eleições de 1982.

O bom conteúdo jornalístico do Correio da Manhã

Para mostrar a manifestação estudantil, agora no contexto histórico, político e social, é necessário antes detalhar o conteúdo dos textos das matérias publicadas pelo Correio da Manhã, na edição de 27 de junho de 1968. Como já se disse, foram 15 páginas de ampla e completa cobertura jornalística.

Hoje, com os indispensáveis anúncios (30 ou 40% do espaço), a cobertura ocuparia um Caderno Especial de no mínimo 20 páginas, fruto de longas pesquisas e elaboração de matérias por dias e dias seguidos. No Correio da Manhã de 1968, tudo aconteceu em 14 horas, ou pouco mais de meio-dia, desde que os primeiros fotógrafos e repórteres deixaram o prédio da Avenida Gomes Freire em direção ao Centro. Neste curto período de tempo foi realizada toda a ampla cobertura (texto e fotos), redigidos os textos finais das matérias, fechados o três cadernos de jornal e editadas as 15 páginas sobre a manifestação, além das chamadas de primeira página e o fechamento da edição.

É evidente que, por razões hoje conhecidas e bastante óbvias, não houve patrocinadores privados, nem muito menos estatais, para esta histórica edição. Muito pelo contrário. Havia vários meses, o bravo Correio da Manhã, por seu posicionamento político, sofria intensas restrições do mercado publicitário, formado na maioria por anunciantes de governos ou grandes corporações estrangeiras.

Na histórica edição, há apenas uma página (dupla) de anúncio, o balanço de uma grande empresa. (Balanço é publicação obrigatória em qualquer veículo de grande circulação e custa bem menos do que um anúncio institucional).

Mesmo com o significativo aumento do número de leitores do jornal, principalmente a nível nacional, o Caderno de Classificados estava minúsculo, somando normalmente seis páginas, como virou hábito naquele momento de “vacas magras”. Conto em *Calandra* (Editora Bertrand, 1997) que tudo isto aconteceu porque o governo Federal havia retirado a publicidade oficial e recomendado aos grandes anunciantes privados que o Correio da Manhã deveria ficar de fora de suas programações. Além disto, passou-se a aterrorizar os pequenos anunciantes dos classificados.

Certa madrugada, uma bomba foi jogada na principal agência de anúncios classificados do Correio da Manhã, naquela mesma loja que hoje pertence a O Globo e fica na esquina de Avenida Rio Branco com Almirante Barroso, próximo à hoje estação Carioca, do Metrô. Assim, as pessoas

passaram a temer até ingressar ou passar perto de uma agência do Correio da Manhã. Isto, enquanto o jornal ganhava mais prestígio, dando “furos” sucessivos e atraindo novos leitores, o que paradoxalmente acrescentava vultosos novos gastos ao gerenciamento industrial.

Os “furos” jornalísticos foram incontáveis, no difícil período da ditadura

O Correio da Manhã teve acesso, em primeira mão, ao texto do AI-2, do governo Castello Branco. Então na Chefia de Reportagem, fui procurado pelo adido de imprensa da Embaixada dos Estados Unidos, Jack Wyant, que já havia passado por agências internacionais e várias Redações de grandes jornais brasileiros, sem êxito, segundo seu testemunho. Ele soube que o CM tinha o texto, mas temia não ser bem recebido. Ficou surpreso e agradecido, ao levar a cópia do AI-2 em um envelope.

Razão do temor e da surpresa? Provavelmente pelo fato de que o Correio da Manhã denunciou como nocivo e subserviente o famoso Acordo MEC-USAID, que o regime autoritário importou como modelo para o ensino universitário, mas na verdade foi criado para policiar os estudantes, conforme excelente artigo assinado por Plínio de Abreu Ramos, na Tribuna da Imprensa, em 12 de maio de 1967. Plínio foi, posteriormente, renomado pesquisador da história contemporânea, principalmente de fatos ligados à política e à economia, produzindo relatos de importantes acontecimentos, resultantes de bem elaboradas pesquisas para a Fundação Getúlio Vargas (FGV/RJ).

O texto do acordo, na íntegra, o Correio da Manhã divulgou em primeiro lugar graças ao belo trabalho de apuração do repórter José Nilo Tavares (nas décadas seguintes, competente professor universitário). Naquela época, fazia-se em jornal profunda e rotineira apuração e não mero e insuficiente jornalismo “investigativo” baseado quase sempre em gravações de “arapongas” que não se sustentam na Justiça por representarem indícios de fatos, não fatos realmente jornalísticos.

O Correio da Manhã não dava sossego ao regime autoritário, nem aos seus principais concorrentes. Lembro-me de um dia em que influente matutino reclamou, em editorial, providências do governo Federal. O jornal não aceitava os sucessivos (e não citados) “furos” que levou, sucessivamente, em vários assuntos da maior importância.

O Correio da Manhã naquela época conseguiu publicar na frente de todos os jornais as seguintes matérias:

- o texto na íntegra do projeto de reforma da Constituição;
- a nova Lei de Segurança Nacional (LSN);
- o manifesto dos jovens oficiais da ESAO (Escola de Formação de Oficiais);
- e tantos outros documentos até então inéditos, e desconhecidos até dos censores, alguns deles com o carimbo de “Confidencial”, “Secreto” ou “Ultra-Secreto”.

Um desses, o da nova LSN, retirei pessoalmente da mesa de um general e tive de colocá-lo no mesmo lugar, em menos de uma hora, após copiá-lo por inteiro no Laboratório de Fotografia do Correio da Manhã. O mais difícil não foi tomá-lo “emprestado”, com a ajuda de um militar patriota e comprometido com métodos democratas de governo. Desesperador e inquietante, dando um frio na barriga e calafrios na coluna, foi “devolver” o documento confidencial e colocá-lo no mesmo lugar e exata posição em que estava, sem ser pego em flagrante.

Mas valeu a satisfação por vê-lo publicado na íntegra pelo Correio da Manhã. Mais até, talvez, do que quando assinei a matéria denunciando o Caso Para-Sar. No final de 1968, já estava ficando até acostumado. E sabia onde achar coisas importantes.

E o que era afinal o Acordo MEC-USAID? Quem contou tudo, mais adiante, foi outro profissional do Correio da Manhã, o jornalista e escritor Arthur José Poerner, em obra prefaciada pelo general e democrata Pery Constant Bevilaqua, em 3 de junho de 1968, e apresentação do intelectual e filólogo Antonio Houaiss.

Na orelha, o livro trouxe o comentário de outro prestigiado intelectual, Otto Maria Carpeaux, também editorialista do CM e figura sempre cercada pelos repórteres do jornal que a ele recorriam quando não conseguiam achar informações em dicionários e enciclopédias.

O livro de Poerner faz parte da coleção Retratos do Brasil, da Civilização Brasileira e foi editado em 1968. *O Poder jovem, história da participação política dos estudantes brasileiros* ficou pronto, na gráfica, antes do também emblemático episódio do Calabouço (28/03/1968). E saiu um pouco antes da Passeata dos Cem Mil.

Por isto, Poerner teve de fazer nota complementar, para contar a morte de Edson Luís, a quem viu no caixão e assim o descreve, na página 364:

Tratava-se de um menino ainda – completara 18 anos no dia 24 de fevereiro – parecia baixinho, a pele morena e os cabelos bem pretos e lisos de caboclo nortista. Os dentes – tinha-os estragados, como a maioria dos jovens de nosso país. Órfão de pai, viera, há três meses, de Belém do Pará, para cursar o artigo 99 de 1º. Ciclo no Instituto Cooperativo de Ensino, anexo ao Calabouço, onde passava a maior parte do dia, inclusive auxiliando em serviços burocráticos da secretaria e de limpeza do estabelecimento, pois não conseguira emprego. As esperanças que o trouxeram ao Rio estavam ali agora, transformadas no sangue que manchava a camisa branca empunhada pelos seus colegas e o chão da Assembléia. No sangue que, nas paredes claras do saguão da casa legislativa, imprimira marcas de mão e dizeres contra o terror policial.

Em capítulo anterior, “A Vaia em Castelo”, outro episódio da reação estudantil ao regime autoritário imposto a partir de 1964, Poerner conta, à página 270:

A UME (União Metropolitana dos Estudantes, do Rio de Janeiro) preparava um plebiscito nacional sobre a Lei Suplicy de Lacerda, enquanto o Marechal Castelo Branco recebia uma estrondosa vaia, na presença inclusive do Corpo Diplomático aqui acreditado, durante a aula inaugural da Universidade do Brasil, em 9 de março de 1965, na Escola Nacional de Arquitetura, na ilha do Fundão. Cinco dos estudantes que vaiaram o chefe de Governo foram presos pela Polícia do Exército. A prisão dos estudantes na ilha do Fundão contribuiu para sacudir o movimento estudantil, na medida em que provocou a solidariedade e a mobilização dos Diretórios Acadêmicos e da UME, que emitiu a propósito nota oficial (publicada na íntegra, em 16 de março de 1965, pelo Correio da Manhã).

Fui testemunha ocular, como repórter destacado para a cobertura local, desta contundente vaia ao marechal-presidente. Estava lá, no corredor de acesso ao auditório da Faculdade, quando Castello Branco desceu do carro oficial e, logo que colocou os pés no chão de cimento e deu os primeiros

passos em direção ao prédio, os estudantes começaram a vaiar, em sonoro protesto. Castello ficou absolutamente contrafeito com a manifestação. Enfiou ainda mais a cabeça para dentro do curto pescoço, baixou os olhos e seguiu firme, em caminhada rápida, subindo em passadas largas os poucos degraus que levavam ao auditório. As vaias continuaram, em volume ainda mais alto.

A área de entrada estava policiada por Fuzileiros Navais em parede humana para evitar a proximidade de estudantes, jornalistas e quaisquer outras pessoas. Com as vaias, rapidamente prenderam e levantaram os cinco estudantes, arrastando-os para as viaturas da Polícia do Exército. Nunca me esquecerei de um estudante, gordo e forte, que foi levado com as pernas dançando no ar, os braços imobilizados e violentamente seguros por dois corpulentos fuzileiros. Mesmo assim, agitava mais as pernas e, valentemente, continuava a vaiar cada vez mais alto. No seu livro, talvez por esta cena, Poerner colocou, antes da introdução e bem a propósito, uma epígrafe com palavras do jurista e também jornalista Ruy Barbosa: “É perigosa a situação que se apresenta? Tanto melhor. Nos dias de opressão, ser oposição é uma honra. A desonra é ser governo”.

E o que foi, afinal, o Acordo MEC-USAID? Poerner o divulga fazendo o relato completo dos fatos antecedentes e precedentes, em seu *Poder jovem*. Os textos oficiais referentes aos acontecimentos envolvendo as manifestações dos estudantes estão em “Documentário”, da página 311 à 361. Na íntegra, o acordo assinado pela ditadura com o governo norte-americano ocupa dez páginas (340 à 349).

Edição que por sua natureza preocupava, mas saiu

Em função do pesado contexto histórico e social da época, pode-se hoje entender a razão da anunciada contrariedade ou, prefere-se imaginar, natural preocupação da então Direção do Correio da Manhã naquele final de noite de 26 de junho de 1968 quando, para matérias mais uma vez incômodas ao governo Federal, várias páginas iam sendo abertas, mais material fotográfico e outros gastos se elevavam, enquanto as horas passavam e se perdiam vôos e o transporte de caminhão da tiragem que já deveria estar finalizada, colocada na rua e, prioritariamente, nos aeroportos para embarque.

Hoje, certamente, o Departamento Industrial, em nome da Direção e da filosofia imperativa da sociedade de consumo, tornaria impossível tal

edição por mais histórica que fosse assim reconhecida. Agora, jornal é muito mais um produto ou simples veículo para a publicidade. Os jornalistas há muito tempo deixaram de ter voz ativa e muito menos executiva nas Redações. Prevaecem no produto mais anúncios do que notícias e informações de interesse público. Cada edição expressa variados acertos empresariais, comerciais, financeiros e publicitários.

Em 1968, ainda se fazia cobertura jornalística de olho apenas nos fatos e prioritariamente com visão social voltada para a história.

Por pensar predominantemente na execução da cobertura e na edição de páginas, tantas quantas fossem necessárias, o Correio da Manhã tornou-se retrato vivo da heróica história daquele período, de tanta luta pela liberdade de imprensa. E, por isto, até o Caderno de Classificados, com oito colunas nas seis magras páginas de anúncios, passou a ser, na edição da passeata, caderno de oito páginas com espaço para notícias. Assim, abriu espaço para a Redação (turfe, esporte amador e futebol) em uma “invasão” que hoje somente pode ocorrer no sentido inverso, com a tomada do espaço de matérias para anúncios do Departamento Comercial. Ou a edição de matérias pagas com “cara” de reportagem. Ou, ainda, as famosas “reco” (recomendas).

E dizem, hoje, que aqueles tempos eram de “jornalismo romântico”.

Em fotografias e textos, como saíram as matérias da edição de 27 de junho de 1968, do Correio da Manhã?

AS FOTOS - “Sorriso em vez de ódio” era o título da página gráfica 16 do 1º. Caderno. “Um povo ordeiro”, “Nova marcha, novo grito: Liberdade!” e “Estudantes, sacerdotes e intelectuais lideram a passeata” foram os títulos gerais das outras páginas inteiramente gráficas, com apenas um título geral, grandes fotos e pequenas legendas embaixo de cada uma das seis fotografias paginadas.

Nas páginas gráficas, flagrantes da imensa massa de gente, da cortina de papel picado, da bandeira do Brasil sendo carregada pelos manifestantes (com a legenda “Ordem e Progresso”), a ala mais jovem da passeata, os líderes da manifestação e os que passavam gritando liberdade. Lá estavam padres, freiras, intelectuais e artistas bastante conhecidos lado a lado com gente simples e anônima das favelas. Na ala da Igreja, destacava-se a presença de Dom Castro Pinto, bispo-auxiliar do Rio de Janeiro.

As fotos foram de Erno Schneider (Chefe do Departamento Fotográfico), Manoel G. da Costa (Manoelzinho), Milton Santos (Miltinho), Rodolfo

Machado, Rubens Seixas, Osmar Gallo e Gilmar Santos (que não tinha diminutivo, mas era o mais baixinho de todos). Todos, gigantes na arte fotográfica. Quase todos, premiados por reportagens anteriores. Em equipe e individualmente, haviam conquistado o Prêmio Esso pela cobertura das enchentes de 66/67. No Departamento Fotográfico do CM, com 50 anos de casa, também se destacava o velho Bueno, firme e forte nas coberturas jornalísticas pela cidade, sempre reconhecido à distância pelo seu vozeirão.

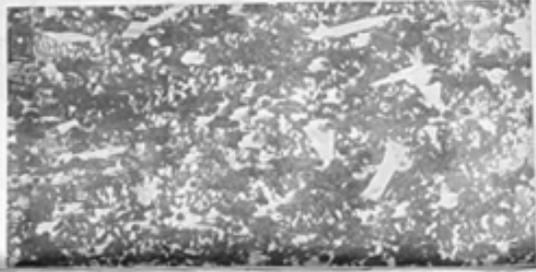
“Povo ordeiro”, título usado na página gráfica, aparecia também como título da legenda da monumental foto da 1ª. página. As fotos do Correio da Manhã, da 1ª., tinham título e legenda. Lembro-me de uma quando Castello Branco baixou o AI-2, cassando direitos políticos. Do marechal-presidente aparecia só a cabeça em uma longa mesa cheia de flores. Título em caixa alta: “De Mecejana para o mundo”. Legenda: “O marechal-presidente, natural de Mecejana, CE, anunciou o Ato Institucional que cassa direitos de importantes políticos brasileiros”. Foi das melhores que legendei no CM.

OS TEXTOS - Os repórteres do Correio da Manhã eram em número bem maior do que os fotógrafos. De uma vez só, quando exerci a Chefia de Reportagem, abri as portas para 18 estagiários, entre eles várias jovens universitárias (o que não era hábito nas Redações, na década de 1960). Em boa parte, principalmente as moças, estudantes de jornalismo da PUC-Rio (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro).

Destacavam-se, na equipe de Reportagem, Bertholdo de Castro, Hélio Contreiras, Luís Inácio, Luís Carlos de Souza, João Carlos Mallet e José Nilo Tavares, entre outros. Todos os jovens estagiários se misturaram rapidamente e receberam boas lições práticas de experimentados profissionais como Valério Meinel, Lindolfo Machado, Agostinho Seixas, Cesário Marques, João Carlos Mallet e o seguro Montenegro (que com o Bueno fazia a tradicional coluna Gerico, de autoridade incontestável em defesa dos moradores dos diversos bairros cariocas).

Foi impecável a cobertura deles sobre a Passeata dos Cem Mil. As matérias traziam o fato e, na mesma edição, toda a repercussão possível. Não sobrou suíte importante alguma. As editorias do jornal, sucursais, repórteres e setoristas de várias áreas também contribuíram, e muito, para o excelente conteúdo das matérias.

Na página 3, entrou a matéria sobre a satisfação do governador Negrão de Lima com a realização pacífica da passeata, para a qual certamente ele contribuiu e de forma decisiva, ao deixar a Polícia aquartelada, em seu dispositivo repressivo.



UM
POVO
ORDEIRO

SORRISO
EM VEZ
DE ÓDIO

Foto de
Luis Akabian
Fotograf. G. de S. Reis
Miguel de S. Reis
Miguel de S. Reis
Miguel de S. Reis
Miguel de S. Reis

Correio da Manhã



Na página 5, estão as manifestações realizadas nos diversos Estados brasileiros.

Na página 10, a matéria sobre o manifesto distribuído na passeata, anunciando que os sindicatos de trabalhadores de diversas categorias apoiavam os estudantes “e estavam vigilantes”. Participaram metalúrgicos, têxteis, radialistas, ferroviários da Leopoldina, empregados em entidades culturais, professores, alfaiates e trabalhadores na indústria de bebidas. Ainda na mesma página, deputados que participaram das concentrações já lamentavam na época que “a juventude brasileira não acredita mais no poder político”. Foram ouvidos, entre outros, os depoimentos de Jamil Haddad, Alberto Rajão e Sebastião Contrucci.

Na página 11, a notícia de que a Polícia Federal havia solicitado ao Conselho Nacional de Telecomunicações a censura nas emissoras de TV. Esta-va proibida a exibição de reportagens “sobre tumultos de rua”. Na mesma página, a denúncia de que agentes do DOPS prenderam cinco jovens na Zona Sul, em bairros longe do local da passeata. Os nomes completos e os bairros em que residiam estão citados na matéria.

Na página 12, a reação da OAB “ao arbítrio do Departamento de Ordem Polícia e Social (DOPS)”, aprovando sugestão encaminhada pelo conselheiro Serrano Neves.

Nas páginas 14 e 15, os relatos referentes à passeata em si, desde o seu início pouco depois das 10 horas da manhã até a chegada à Candelária, às 13 horas.

As matérias dos repórteres, na medida em que eram produzidas, iam para a mesa da Chefia de Reportagem, sendo lidas inicialmente por Marinus Castro e/ou Cesário Marques e, em seguida, encaminhadas ao Chefe de Redação Aloísio Branco, a partir principalmente da metade da tarde de 26/06/68. Mas, como já foi dito, no final da noite ainda chegava um ou outro repórter esbaforido, com repercussão e detalhe importante “que não pode deixar de sair na edição sobre a passeata”.

Os fotógrafos e repórteres, em sua maioria, não arredaram pé da Redação, naquela noite de trabalho que se prolongou pela madrugada, acompanhando a edição das páginas, complementando dados solicitados e, principalmente, ansiosos que o jornal rodasse logo para levar sua matéria e a edição histórica para casa. Todos os dias, religiosamente aos 40 minutos passada a meia-noite, começava-se a ouvir a gigantesca rotativa se movimentando para produzir os primeiros exemplares.

Naquela madrugada, o Correio da Manhã extrapolou todos os horários possíveis, mas apresentou aos seus leitores uma edição que marcou tanto

quanto o acontecimento coberto. O atraso foi pelas necessárias mudanças efetuadas no jornal, alterando a colocação de várias matérias, ao conseqüente aumento do número de páginas e à demora na criteriosa escolha de fotos e legendas para as capas e contracapas dos dois primeiros cadernos. Houve capricho no visual das páginas, por parte de seus criativos e artísticos diagramadores, entre eles o saudoso Eraldo “Bigodão” Macedo, sempre risonho e eficiente, por mais exaustiva e demorada que fosse a edição.

Na manhã e tarde seguintes foram só para elogios, mesmo por parte do habitualmente discreto e reservado Diretor-Superintendente, Osvaldo Peralva, que poucos meses depois seria arrancado do prédio do jornal e violentamente jogado em um camburão pelos agentes do DOPS que invadiram o jornal em 13/dezembro/1968, em seguida ao anúncio oficial do AI-5 e a vitória dos tais “bolsões radicais”.

Na época da passeata, a Diretoria do Correio da Manhã era composta, além do bom e cordial Osvaldo Peralva, pela proprietária e sucessora Niomar Muniz Sodré Bittencourt e por mais três diretores: M. Paulo Filho, Nelson de Faria Baptista e Arnold Wald. Para nós, da Redação, interessava principalmente conhecer as recomendações do diretor Osvaldo Peralva e do Aloísio Branco. A Redação do Correio da Manhã era comandada por profissionais, por dois efetivamente experientes, tranqüilos e educados.

“A operação mata-estudante” ou o “Caso Para-Sar”

É preciso aprofundar, neste trabalho, o contexto político e social da época, lembrando outros fatos que envolveram estudantes e a Polícia, inclusive a denúncia por inteiro do Caso Para-Sar, no artigo “A Operação Mata-Estudante”, em quatro colunas da página 3, na edição de 04/outubro/68, poucas semanas antes do anúncio do AI-5, início do período negro da história do Brasil, conhecido por “anos de chumbo”. Eis o artigo, na íntegra, que o diretor Peralva admitiu publicar se fosse por mim assinado, já que naquele dia nenhum jornal quisera assumir tal responsabilidade, provavelmente em função da nota oficial distribuída em 03/outubro/68 e que abre a matéria:

O gabinete do ministro da Aeronáutica, em nota oficial distribuída ontem, informa que “o recente noticiário envolvendo, desprimorosamente, a Força Aérea Brasileira, não expressa a

verdade, uma vez que tudo se limita à aplicação de medidas de caráter estritamente disciplinar, que não teriam ultrapassado o âmbito da FAB não fosse a distorção deliberada ou o interesse espúrio de tumultuar o assunto.

Prosegue (a nota) afirmando que “não houve em nenhuma eventualidade, a hipótese da utilização de quaisquer elementos da Aeronáutica em missões não compatíveis com a dignidade militar e os preceitos legais”. E finaliza: “A insinuação da existência de um ambiente de crise, que absolutamente não ocorre, representa uma manobra divisionária em ofensiva dirigida contra as próprias instituições militares, fazendo parte dos processos de tentativa de isolamento das Forças Armadas na comunidade brasileira”.

(Seguem-se vários fatos omitidos, alguns já publicados em edições anteriores).

O que a nota assinada pelo brigadeiro Paulo de Vasconcelos Sousa e Silva não esclarece são os seguintes fatos:

Em abril deste ano, o PARASAR foi convocado para participar de missão permanente policial (à paisana, armado e sem identidade), a fim de dar cobertura a tropa que “reprimia agitações de rua”, na Guanabara, sem conhecimento prévio da Diretoria de Rotas Aéreas, que é responsável pelo emprego operacional do Para-Sar;

Essa missão destoava de tal forma da finalidade precípua do Para-Sar (humanitária, de salvamento de vidas), que três oficiais – capitães Roberto Câmara Lima Ypiranga dos Guarany, Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho e o capitão-médico Rubens Marques dos Santos – solicitaram intervenção da Diretoria de Rotas Aéreas para que fosse evitado novo emprego do Para-Sar em missão dessa natureza;

No dia 14 de junho, o brigadeiro João Paulo Burnier, então chefe do gabinete do ministro da Aeronáutica, convocou todo o pessoal do Para-Sar, ainda sem conhecimento prévio da Diretoria de Rotas, a fim de tratar de emprego da unidade em missões absolutamente incomuns das que lhe compete realizar regularmente; Nessa reunião do dia 14-6-68, realizada no próprio gabinete do ministro, foi recordado que o papel do Para-Sar podia ser até

mesmo o de eliminação física ou desaparecimento de elementos considerados inconvenientes “nas órbitas política ou militar”; Ciente do fato, na ausência do diretor-geral de Rotas, o diretor em exercício levou-o verbalmente ao conhecimento do chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, que na época respondia também pelo Ministério da Aeronáutica;

Seis dias após reassumir suas funções, o diretor-geral de Rotas Aéreas, major-brigadeiro Itamar Rocha, foi convocado pelo chefe do EMAER, para que lhe esclarecesse a situação do Parasar, tendo em vista que nessa época já estavam transferidos os capitães Sérgio e Santos, daquela unidade, apontados no caso como “indisciplinados por discordarem com a nova orientação” transmitida pelo então chefe de gabinete do ministro da Aeronáutica, brigadeiro Burnier;

A fim de poder esclarecer devidamente ao chefe do EMAER, o diretor-geral de Rotas Aéreas solicitou ao capitão Sérgio que lhe relatasse a ocorrência, o que foi feito por escrito, por esse oficial; Em face dos termos incisivos e da gravidade das declarações prestadas, entendeu o chefe do EMAER que o DGR encaminhasse relatório diretamente ao ministro, que então já havia reassumido suas funções, assegurando que faria entrega do documento juntamente com o DGR, o que se efetivou em seguida;

Cerca de 50 dias após, o Sr. Ministro encaminhou ao diretor-geral de Rotas Aéreas um Aviso (secreto) que em síntese anuncia que havia precedido sindicância, que concluiu como não sendo verdadeiras as declarações do capitão Sérgio;

No mesmo Aviso, assevera que o DGR dera crédito amplo às declarações do cap. Sérgio, sem maiores averiguações, concluindo que: “as expressões usadas pelo cap. Sérgio não traduzem a verdadeira exposição feita”;

Cumpria, em face dos termos do Aviso, que o DGR apurasse, então, até que ponto não seriam verdadeiras as declarações referidas no relatório do cap. Sérgio, inclusive para puni-lo, se fosse o caso;

Não pareceu lícito ao DGR indagar-se da verdade dos fatos, senão ouvindo as únicas pessoas que participaram da controvertida reunião, isto é, os elementos do PARASAR (oficiais,

sargentos e cabos), representante do EMAER e um do gabinete do ministro, além do brigadeiro Burnier, que a presidiu; Os depoimentos desses últimos teriam orientado a versão apresentadas pelo ministro;

Restava que fossem ouvidos os demais elementos do Para-Sar, dos quais 36 prestaram declarações ao major-brigadeiro Itamar Rocha, diretor-geral de Rotas Aéreas;

Estas fortaleceram as declarações do cap. Sérgio, em sua esmagadora maioria, sem que nenhum elemento, categoricamente, houvesse negado, limitando-se uns poucos a informar que não haviam compreendido ou não se lembravam dos precisos termos;

Recolhidas essas informações e como o próprio ministro da Aeronáutica houvesse observado ao diretor de Rotas Aéreas que dera o caso como resolvido e que não pretendia tornar sem efeito as transferências dos dois oficiais e ainda deliberou punir o cap. Sérgio, entendeu o major-brigadeiro Itamar Rocha que o novo subsídio para o julgamento deveria ser encaminhado à instância superior, o que foi feito imediatamente, sem maiores comentários ou relatório, deixando a conclusão para o próprio ministro;

Todo o assunto, é de se notar, teve sempre trânsito resguardado sob a mais alta classificação sigilosa (segredo);

A 27-9-68, por decreto do mesmo dia, o brigadeiro Itamar Rocha foi exonerado, “por necessidade de serviço”, ao mesmo tempo em que, por ato administrativo, em Aviso da mesma data, é aplicada a pena de dois dias de prisão domiciliar. OS ATOS - Da exposição acima, ressalta o seguinte: - o Para-Sar, sem conhecimento da Diretoria de Rotas Aéreas, foi empregado em missão policial, em abril deste ano, contrariando frontalmente as instruções vigentes que regulam o emprego do Para-Sar e que estão contidas no Diário Oficial de 27 de setembro de 1963;

- sem conhecimento do diretor-geral de Rotas, foi o Para-Sar doutrinado para cumprir missões incompatíveis com a sua finalidade, entre as quais a de eliminar ou fazer desaparecer elementos considerados politicamente inconvenientes;

- a comunicação foi feita, hierarquicamente, a quem de direito e no tempo devido;
- o diretor-geral de Rotas, em face de denúncia tão grave, que envolvia sumária eliminação de vida humana, por motivos políticos ou outros - a “Operação Mata-Estudante” -, não solicitou, desde logo, abertura de IPM, por haver tratado o assunto com reserva e devida lealdade, com a autoridade máxima, o ministro da Aeronáutica”.

(E terminava assim o texto da matéria-denúncia do Correio da Manhã):

Esperam agora os oficiais superiores que estão solidários ao major-brigadeiro Itamar Rocha que seja aberto um rigoroso inquérito policial-militar, “para que fiquem devidamente esclarecidos não só a atuação do ex-diretor-geral de Rotas Aéreas, como a extensão e a profundidade dos fatos”.

OS HOMENS - Os oficiais punidos por revelarem a “Operação Mata-Estudante” são todos conhecidos, dentro dos quadros do Ministério da Aeronáutica, como homens cumpridores de seus deveres e de inabalável formação democrática. Isto, aliás, reconhecido pelo próprio ministro Márcio de Sousa e Melo que, a 10 de julho do ano passado, em almoço realizado no salão nobre do Ministério, entregava uma placa ao Para-Sar, como homenagem pelo resgate do C-47 número 2.068. Os homenageados, entre outros, eram os capitães Guaranys, Sérgio e o capitão-médico Rubens Marques dos Santos, agora punidos e transferidos. Eram, na ocasião, considerados heróis da FAB, pelo que fizeram, em plena selva amazônica, salvando inúmeras vidas.

Cruéis anos de chumbo e o esquema repressivo do Cone Sul

Para concluir a visão do contexto histórico, político e social daquela década de manifestações estudantis, do AI-5 e do mergulho do Brasil na crueldade do regime autoritário, os “anos de chumbo” e do esquema articulado de repressão à esquerda, dos países integrantes do Cone Sul, há depoimentos que devem ser igualmente guardados para sempre e foram recentemente revelados por mais um repórter que começou a vida profis-

sional no Correio da Manhã, nos anos 1960, e foi testemunha dos acontecimentos ligados à Passeata dos Cem Mil.

O jornalista e escritor Hélio Contreiras, que durante anos cobriu a área militar para outros importantes veículos da mídia, lançou em 2005, pela Editora Record, o livro *AI-5, a opressão no Brasil. Um repórter nos bastidores políticos das ditaduras do Cone Sul*.

Nele, há o depoimento de vários militares, os quais Contreiras entrevistou e que estão relacionados em mais de duas páginas apenas de citação de nomes.

As regras dos duros, o arbítrio da polícia, as cassações, o terror do Estado, as conseqüências do AI-5 e o esquema militar do Cone Sul, na perseguição implacável à esquerda são relatados em capítulos minuciosos, descritos e comentados pelos próprios militares. Foram detalhadas entrevistas dadas a Contreiras, que ouviu até o coronel Vernon Walters, dos Estados Unidos, e registrou nas páginas finais do livro a omissão de dois personagens importantes. Recusaram-se a falar os brigadeiros Márcio Souza e Mello e João Paulo Burnier, os do “Caso Para-Sar”, episódio de terrorismo de Estado. Alguns militares entrevistados por Contreiras são enfáticos em declarar, textualmente, que o AI-5 tirou o espaço da oposição legal e contribuiu para que alguns grupos de esquerda fizessem a opção para a clandestinidade e pela luta armada.

Os advogados dos presos políticos correram riscos durante suas atividades profissionais no período do AI-5, de 1968 a 1978. Contreiras lembra que Heleno Cláudio Fragoso, George Tavares e Augusto Sussekind de Moraes Rego foram seqüestrados. Modesto da Silveira e Marcelo Cerqueira também foram perseguidos. Evandro Lins e Silva, que defendeu presos políticos durante a ditadura do Estado novo e no regime militar, disse a Contreiras que seus colegas foram, após os seqüestros, colocados em um depósito do Alto da Boa Vista, uma espécie de ante-sala para o desaparecimento ou para a morte.

As atividades de padres, bispos, cardeais e pastores no Brasil também foram cercados de riscos durante a ditadura militar, recorda o jornalista. “Várias freiras e bispos foram perseguidos e ameaçados, e não só dom Evaristo Arns, dom Pedro Casaldáliga e outros bispos. O padre Fernando Bastos de Ávila, da PUC-Rio, passou por momentos difíceis, e ainda inéditos”. Nos anos 1970, segundo o padre comentou a Contreiras, gastava-se muito dinheiro público para fazer censura. “Quando os agentes do SNI invadiram a PUC, eles espionaram os papéis que estavam nos quartos dos

professores e padres”. Ávila apoiou os operários da Cia. Siderúrgica Nacional (CSN), durante uma greve, após a invasão por tropas do Exército, autorizada pelo então ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, quando morreram três metalúrgicos. A ordem partiu de Brasília. Ele, ao ser entrevistado, pergunta ao repórter: “Será que o Sarney foi ouvido?”. José Sarney foi o primeiro civil após o regime militar.

No depoimento a Hélio Contreiras, o general João Figueiredo, último presidente da ditadura, disse que no Serviço Federal de Informação e Contra-Inteligência (Sfici) havia, no final de 1963, oito mil fichas, a maioria de comunistas: “Aqueles fichas foram transferidas para o SNI após sua criação, em 1964”. Pelo SNI foram investigados, segundo Figueiredo, Luiz Carlos Prestes, Gregório Bezerra, Miguel Arraes, Francisco Julião, Ênio Silveira, Leonel Brizola, João Goulart, Juscelino Kubitschek, Paulo Freire, Fernando Henrique Cardoso, Caio Prado Jr., Mário Schemberg, Samuel Wainer, Darcy Ribeiro, entre inúmeros outros políticos, jornalistas, intelectuais, líderes sindicais e estudantis. O Sfici funcionava na rua Uruguaiana, no prédio da Casa da Borracha, no Centro do Rio de Janeiro.

No depoimento, ainda, Figueiredo comenta:

João Goulart era fichado como agitador de esquerda, enquanto Leonel Brizola era o agitador, porque não o considerávamos um homem engajado com a esquerda. O Brizola queria o poder para ser um novo Getúlio. Nossas preocupações com o Paulo Freire eram motivadas pela linha populista-comunista dele. O Julião queria agitar o campo e tinha o apoio do Arraes. No Sfici, tínhamos informações sobre a aliança do Juscelino com os comunistas.

Todos foram colocados na lista de 100 nomes do AI-1, os primeiros a serem atingidos por um Ato Institucional. Muitas outras listas e inúmeras cassações mais viriam, na perseguição imposta pelo regime autoritário.

Na página 165 do livro, Contreiras revela que os próprios militares entrevistados consideraram que, de 1968 a 1976, São Paulo foi o principal centro das ações mais radicais, através da Operação Bandeirante (Oban). “A prática da violência contra presos políticos já havia se tornado freqüente antes, sob a inspiração de radicais como o brigadeiro Burnier, mas logo o AI-5 estimulou mais a violência, na medida em que instalou no país o terrorismo de Estado”.

A Oban surgiu em São Paulo, destaca Contreiras, quando o alto escalão do regime acreditava que as Forças Armadas estavam vulneráveis diante da luta armada e mostravam despreparo para enfrentar a ação da guerrilha. O Doi-Codi criado com base na experiência da Oban, tinha a participação de governadores dos estados. Já a Oban teve respaldo maciço do empresariado paulista.

A perseguição implacável aos militantes da esquerda pelas ditaduras do Cone Sul foi iniciada, em 1964, antes da adoção de um sistema de repressão que envolveria o Chile, a partir de 1973, e a Argentina, quando houve o golpe militar, em 1976.

A colaboração entre agentes brasileiros e uruguaios começou quando estavam no Uruguai o ex-presidente João Goulart e seu cunhado, Leonel Brizola, citado por militares brasileiros nos anos 1960 e 1970 como verdadeiro inimigo. Havia um ressentimento contra Brizola no meio militar brasileiro por sua atuação durante o governo Goulart. Após governar o Rio Grande do Sul, com uma política nacionalista que contrariou os interesses americanos, Brizola foi eleito deputado federal, no antigo Estado da Guanabara, em 1962, com a maior votação do país”.

AI-5, a opressão no Brasil, de Hélio Contreiras, teve prefácio do professor de Direito da USP (Universidade federal de São Paulo), jurista Dalmo de Abreu Dallari, e apresentação de José Gregori, advogado, ex-secretário nacional de Direitos Humanos e ex-ministro da Justiça.

Dallari lembra que “o golpe militar de 1964 teve o apoio de lideranças civis, inclusive empresariais e religiosas, numa conjugação de ambições, intolerância e também de ignorância”. E que

(...) no momento de retorno à normalidade constitucional o governo ditatorial então em atividade cuidou de criar anteparos, buscando proteger os líderes e seus agentes, tanto para livrá-los da responsabilidade penal pelos crimes cometidos quanto para dificultar o julgamento da história em relação aos que foram agentes, comparsas e beneficiários da ditadura.

Confiava Dallari, no entanto, que segundo a clássica expressão de Cícero, o notável tribuno romano, “a história é mestra da vida, senhora dos tempos e luz da verdade”.

Gregori, por sua vez, afirma que todos sabem, “a menos que fôssemos incapazes de aprender com a História”, o quanto custa interromper as regras do processo democrático e mergulhar no arbítrio. “Esta megadesgraça só a podem desejar os que não viveram o Brasil dos últimos trinta e um anos, ou os que, tendo vivido, não entenderam nada do que viveram”.

Há outro livro importante a ser citado neste trabalho: *O Congresso em meio século*, um longo depoimento ao jornalista Tarcísio Hollanda dado por Paulo Affonso Martins de Oliveira, que passou 42 anos na Câmara Federal, 23 dos quais no cargo de secretário-geral. O magnífico levantamento sobre fatos políticos foi publicado também em 2005, em Brasília, pela Plenarium, a editora da Câmara dos Deputados.

Martins de Oliveira revela, no livro, que as atas das sessões plenárias de 12 e 13 de dezembro de 1968 estão desaparecidas. Elas foram encaminhadas, como de praxe, ao Departamento de Imprensa Nacional, para publicação no Diário do Congresso Nacional, mas foram requisitadas pelo então ministro da Justiça, Gama e Silva.

“Quem se der ao trabalho de pesquisar o Diário do Congresso verificará”, informa, “que as atas daquelas sessões lá não constam, havendo, assim, um lapso na história parlamentar brasileira”. Lembra a propósito que, naquele tempo, havia acirrada disputa de liderança entre importantes chefes militares. “Creio que se considerou relevância exagerada ao discurso proferido pelo deputado Márcio Moreira Alves, para concentrar, no Congresso, as atenções da opinião pública, desviando-as das disputas por influência e poder que travavam, na ocasião, chefes militares moderados e radicais”.

Quarenta anos depois, há muita história não contada

É certo que, em 1968, as críticas da sociedade brasileira ao regime autoritário, manifestadas nas ruas e tendo como expressão maior a Passeata dos Cem Mil, tornaram-se realmente insuportáveis para os tais “bolsões radicais”, que temeram, antes de tudo, perder o controle da situação. E talvez, muito mais do que isto, as *benesses* de um regime envolvido em negócios como pontes, estradas e até compras de aviões de guerra.

Quarenta anos depois, há muita coisa ainda a ser contada, envolvida por um silêncio inexplicável. Mas, pelo aqui exposto sobre acontecimentos já registrados, quando o ano de 1968 terminou o Brasil estava absurdamente

mergulhado em um dos períodos mais negros de sua história contemporânea. Terrivelmente obscuros e ainda muito pouco conhecidos, em função da longa censura à imprensa.

Esta a conclusão inicial que os fatos já conhecidos deixam à mostra.

A censura imposta pelo regime autoritário um dia chegou ao fim, mas infelizmente acabou sendo substituída pela autocensura, resultado em parte do temor pela memória do que aconteceu com o Correio da Manhã e, muito certamente, pela estranha filosofia que prega a ocultação dos fatos sob o polêmico argumento de que “é preciso esquecer o passado”. Com que objetivo?

Os crimes dos radicais talvez, se prescritos; nunca, os absolutamente necessários relatos sobre episódios históricos e a narrativa a ser permanentemente renovada a respeito da luta pela liberdade de imprensa e pelo direito à informação no Brasil, hoje felizmente básicos e consagrados preceitos constitucionais.

Pena que o Correio da Manhã não exista mais para contar em detalhes outros reais acontecimentos daquela época e expor com veemência a máxima de que jornalista não briga com os fatos. Se eles existem ou existiram, é dever da mídia revelá-los à sociedade, porque as idéias não morrem e muito menos os ideais de liberdade e respeito aos direitos humanos.

Em função dos antecedentes e precedentes da Passeata dos Cem Mil, grandioso repúdio ao radicalismo do regime autoritário de governo, o que foi aqui relatado neste trabalho de pesquisa permite realçar agora uma ligação óbvia, baseada na cronologia dos acontecimentos já revelados à opinião pública.

Esta cronologia pode ser enumerada como uma espécie de resumo final sobre o movimento estudantil, na década de 1960:

1. Em 28 de março de 1968, ocorre o assassinato de Edson Luís, fato que levou ao fechamento do restaurante do Calabouço e rápida transformação da área em anel rodoviário (trevo de retorno das pistas do Parque do Flamengo);
2. Em 4 de abril de 1968, uma semana depois da morte do secundarista, a tropa de paraquedistas da Aeronáutica (ParaSar), criada para executar arriscadas operações de salvamento de vidas, é convocada pelo brigadeiro Burnier para missão permanente policial (à paisano, armada e sem identidade), a

fim de dar cobertura ao esquema repressivo contra as manifestações estudantis, com objetivo de execução sumária e em via pública de lideranças não só estudantis como sindicais, políticas, de religiosos e intelectuais;

3. Em 14 de junho de 1968, doze dias antes da realização da maior manifestação estudantil, o Para-Sar é mobilizado para ação terrorista de governo;

4. Em 26 de junho de 1968, é realizada a pacífica Passeata dos Cem Mil, com a significativa adesão popular dos mais importantes setores da sociedade, como demonstrou a também histórica edição do Correio da Manhã, no dia seguinte;

5. 13 de dezembro de 1968, após a divulgação do AI-5, inicia-se perseguição implacável promovida pelos radicais do governo, que promovem torturas e eliminação física de todos considerados inimigos “nas órbitas política e militar”, como vinha sendo pregado desde a mobilização de 4 de abril de 68;

6. Findo o ano de 1968, abrem-se os “Anos de Chumbo”, característicos do período que vai de 1969 a pelo menos 1975, com as sucessivas mortes nos Doi-Codi, com a Operação Bandeirantes (Oban) e a implantação de todo o sinistro esquema repressivo de ação conjunta das ditaduras dos países do Cone Sul.

Os números estimados, quatro décadas depois, pelos próprios setores oficiais de governo, hoje indicam números macabros em relação às consequências do famigerado AI-5, que esmagou violentamente o movimento estudantil e impôs severa censura à imprensa: chegam a 133 os desaparecidos e a 166 os mortos, entre os quais dezenas de jovens estudantes, além de várias e expressivas figuras da política, do meio sindical e de intelectuais, inclusive jornalistas.

O ano de 1968 certamente terminou, mas não deixou no esquecimento e para trás episódios que foram marcantes, tanto da luta pela liberdade de imprensa como retratos vivos do aviltante desrespeito à pessoa humana. É

um período histórico ainda relativamente recente para não deixar de ser totalmente submetido às luzes da verdade.

Quarenta anos depois, ou quatro décadas de inexplicável silêncio e restrições, falta muito acontecimento a ser revelado, em nome do direito sagrado à informação e da preservação, para as gerações futuras, da verdadeira memória nacional.

São fatos ainda ocultos, alguns criminosamente escondidos, embora façam parte viva da história contemporânea do Brasil.

Resumo

A principal proposta deste artigo é uma visão panorâmica do movimento estudantil nos anos 1960 e, ao mesmo tempo, da posição democrática do jornal Correio da Manhã durante o período da ditadura militar.

Palavras-chave

Movimento estudantil; Imprensa; Correio da Manhã; Ditadura militar.

Abstract

The main purpose of this article is a panoramic vision of the student movement in the 60's years and, at same time, the democratic position of the newspaper Correio da Manhã during the military dictatorial period.

Key-words

Student movement; Press; Correio da Manhã; Military dictatorial period.

Da imagem impressa: a gravura e a dispersão das formas técnicas

Rogéria Moreira de Ipanema

A gravura caracteriza-se pela aplicabilidade da imagem dimensionada em universos tão diferentes quanto seus usos, que através de suas formas técnicas alcançaram os mais dispersos meios culturais. Processos que, ao expandirem suas propriedades reprodutivas, se encontraram com e em meios sociais adversos, popular e erudito, promovendo a inclusão da imagem nas práticas das formas utilitárias, nas formas gráficas, nas formas artísticas. Uma contemporizadora de ânimos culturais. A gravura estabeleceu uma mediação cultural das classes sociais, através da circularidade de uma nova fonte de informação no universo visual – a imagem impressa no papel. Ela se verificava não só a partir do contributo da produção gráfica, que inicialmente se orienta das mesmas proposições da cultura manuscrita, renovando tecnicamente em edições numéricas de práticas anteriores,¹ mas na qualidade de frentes de ação em novos campos que foram sendo inaugurados. A gravura amplia e reduz simultaneamente: ao multiplicar a imagem ela divide os sentidos.² Amplia os estímulos e a percepção de um maior número de indivíduos, ao disponibilizar a imagem a uma série de suportes que passaram, por isso mesmo, à constituição permanente de muitas atividades sociais.³

A historiografia dos saberes foi potencializada pela ação da imagem na apreensão do conhecimento. Assim como pode a tecnologia digital em

três dimensões, ou em quatro dimensões contando com o tempo na animação, no século XXI construir e representar imagens de qualquer natureza na nova visualidade da comunicação virtual. As ciências de modo geral, associaram-se às imagens. Das primeiras manifestações impressas da imagem às novas e sempre últimas tecnologias revolucionárias distam 650 anos. O lugar da gravura é identificado na dispersão dessas formas, como base de entendimento histórico-cultural, para a construção da crítica da imagem impressa na historiografia da arte, pelos três processos tradicionais.

O desenvolvimento reprodutivo da imagem, sob um processo de impressão regular no Ocidente, foi iniciado pela xilografia na segunda metade do século XIV. As referências da matriz de madeira para o Oriente indicam um período mais recuado para a China imprimir textos⁴ e tecidos.⁵

A penetração das cartas de jogar na Europa, sob a influência histórica dos baralhos indianos, coreanos, árabes e persas, fez-se inicialmente pelos tarôs pintados, na Itália, Espanha, França.⁶ Por volta dos anos de 1370 a xilogravura antecipou-se aos serviços da impressão, iniciando a gráfica alemã pelo jogo.⁷ No século seguinte, pequenas imagens de piedade, representando Cristo, a Virgem e os santos eram vendidos nas igrejas como relíquias. A estas, seguiram-se os incunábulo xilográficos, nas primeiras formas do livro impresso: em cadernos, *Donatus*,⁸ e livros, *Bíblia Pauperum*.⁹

Quando a tipografia surgiu para cumprir a necessidade da reprodução de textos, constituiu-se um novo modelo, a cultura tipográfica.¹⁰ A gravura em madeira pode ser impressa no mesmo sistema,¹¹ abrindo campo para novas produções literárias e ambas recolheram um espaço que nas artes gráficas já se havia estabelecido na cultura manuscrita.¹² Neste momento a gravura passa a ser uma questão moderna, do mundo da idade moderna. Numa produção associada de ofícios,¹³ no final do século XV, a Alemanha e o livro ilustrado qualificaram o produto impresso, com a significativa *Nuremberg Chronicle*, de Hartmann Schedel, publicada por Koberger, em 1493, com 1.809 criações de Wolgemut e outros.¹⁴ A França, também registra significativa produção ilustrada, promovida por livreiros e impressores lioneses, nos anos de 1485 a 1500.¹⁵

Símbolos das cartas de jogar, signos zodiacais, vistas citadinas, cenas de batalhas náuticas, frontispícios, ilustrações literárias, marcas gráficas e uma grande representação da iconografia bíblica eram alguns dos inúmeros motivos temáticos e modalidades de expressões das atividades gráficas que coexistiam em centros urbanos europeus. Nessa perspectiva a imagem impressa

fixava-se no espaço público, sua alcunha vocativa fazia-se dispersar em suas formas de uso, constituía-se em soluções plásticas de campos expansivos.

No século XVI as possibilidades de execução dos resultados pretendidos na imagem, a partir do corte da madeira, foram ampliadas com a gravura a várias talhas. *Claire-obscur* para os franceses e *chiaroscuro* para os italianos,¹⁶ que são citados por tradição de terem inventado o processo.¹⁷

Paralelo à gravura em relevo desenvolveu-se a gravura em côncavo sobre metal. A prática do metal gravado era tradição do medievo que decorava metais preciosos, armaduras e utensílios. Em meados dos Quatrocentos, em Florença, era comum dentro das atividades da ourivesaria,¹⁸ a obtenção de uma cópia impressa sobre papel durante o processo de realização do nielo.¹⁹ A partir desta prática, que o método independizou-se no vocabulário da gravura, inovando as ferramentas e as técnicas incisórias, e o suporte foi convertido para matriz de reprodução de imagens.

Respondendo a estas mudanças, no ambiente do Renascimento italiano, a opção do metal foi adotada por alguns artistas, constituindo-se em duas novas e opostas direções, dentro do universo da imagem impressa, e com isso criando mais dois campos de atividades artísticas. Estabeleceram a autonomia da linguagem gráfica, fortalecendo-a como expressão plástica original, com criações gravadas específicas e independentes.²⁰ Construíram a reprodutibilidade impressa da obra de arte, em intervenções não artificiosas, mas instituídas na tradução técnica do gravador, e em ações mecânico-repetitivas, multiplicavam a referência formal dos valores artístico-pictóricos.²¹ Ambos os produtos, a gravura original e a gravura de tradução, iriam encontrar-se em questões mercadológicas dimensionadas na informação, comunicação, divulgação e comercialização. Como programa de publicidade, a gravura era o objeto de propaganda do pintor, que ao ser divulgado e conhecido, estabelecia um canal e um veículo para o comércio da própria gravura ou da futura encomenda de pintura, entre o artista, o comprador e o encomendante.

Em 1645 o *Traité de manière de graver en taille douce...*, de Bosse,²² além de apresentar os processos, instrumentos e soluções formais no talho-doce,²³ água-forte,²⁴ e na maneira-negra,²⁵ descreve e ilustra também, o modo de construir prensas específicas para as matrizes em metal. Foi mister a criação de um desenho de prensa para o processo que trabalha na razão inversa dos prelos e prensas tipográficos, os quais se fazem imprimir pelo contato com a superfície entintada. Na calcografia (gravura em cobre) necessita-se de maior pressão para retirar das linhas sulcadas a tinta para a cópia de impressão.

O *Tratado* de Bosse foi traduzido para o português,²⁶ e impresso em Lisboa, em 1801, na Oficina do Arco do Cego. A tradução é dedicada a sua alteza real, o príncipe regente, agradecendo-lhe por “promover e aperfeiçoar a gravura pela brilhante direção da Oficina Calcográfica na Casa Literária desta corte.”(Bosse, 1801, s/p).²⁷ A estampa n. 6 da edição portuguesa encontra-se com o sentido da imagem invertida do original francês e apresenta diferenças no desenho e ausência da legenda: trata-se de uma cópia gravada contemporânea da nova edição.²⁸

Como meio de reprodução, eram necessários novos métodos e novos materiais que mais se assemelhassem aos originais que representavam. O verniz mole surge para igualar o lápis e a água-tinta proporcionava à estampa, os efeitos das aguadas, das manchas.²⁹ E neste conjunto técnico, somar a já empregada ponta-seca.³⁰

O desenvolvimento da gravura ocorre na justa adequação da técnica, produto e consumo. Nas técnicas de metal, a gravura dinamizou a imagem, numa capacidade plural de opções, expandidas em campos, áreas e setores, que, ou não a possuíam, tornando-se permanentes, ou multiplicando a experiência tátil-visual, em realidades para indivíduos, grupos e meios, que conviveram com muitas informações (originais) simultaneamente. A redução do espaço e tempo de deslocamento para o estímulo de uma referência visual, a partir de uma imagem impressa, foi estabelecida, e pode ser entendida como fundamento do processo de constituição da comunicação massiva. A mesma ação multiplicadora e divisora que ocorria no interior das oficinas de estampas e tipografias, era reconstruída do lado de fora, na publicação e comercialização desses produtos, ou seja, mais imagens, mais pessoas, mais imagens para as pessoas a mais.

Calcografia e xilografia responderam, de maneiras específicas,³¹ pela tecnologia de reprodução da imagem impressa, que atendiam aos interesses e necessidades que se constituíam na própria construção e desenvolvimento geral da cultura. E dispersá-la implica renovar os processos técnicos em vias do produto, nas relações de produção, meio e mercado, de qualidade, suporte e preço. Afirmava-se então a reprografia e a reprodutibilidade da imagem no conjunto de faces da disseminação cultural.

Um outro momento para a imagem, pelo desenvolvimento técnico da gravura, foi a adoção no século XIX da xilogravura de topo,³² o que não só restaurou a técnica, lugares ocupados pelo metal,³³ mas a ilustração na imprensa. O processo, pelos ingleses,³⁴ estabeleceu a constituição de firmas

comerciais, com oficinas, que operavam com três categorias de profissionais,³⁵ fundadas em vários centros europeus e norte-americanos. Neste momento o metal se arrefeceu frente às expressões ilustrativas, e a litografia chegava para restringi-lo também das opções das expressões originais.

Executar uma imagem em litografia³⁶ tornou-se uma prática eleita das atividades gráficas dos artistas dos Oitocentos. Processo, sem o qual, não se teria inaugurado um novo gênero jornalístico, a imprensa político-caricata.³⁷ A caricatura relacionou-se com a gravura em metal no século XVIII,³⁸ e na litografia encontrou um processo com maior facilidade de execução. Decorrente disto, a intimidade com que se executava a estampa, ao subtrair-se o trabalho do gravador, tradutor dos códigos do desenho para a prancha de madeira e a chapa de metal a serem gravadas. Revelava-se na imagem que pode ser construída, através do desenho direto, distintamente sobre a superfície da pedra, que seria entintada e impressa. Os resultados formais puderam ser preservados em sua espontaneidade, particularmente para a imprensa ilustrada. Criador e criatura estavam agora um diante do outro, e sentido e sentimento compartilhavam de um mesmo momento.

A expansão da litografia deveu-se ao seu inventor,³⁹ que ao transferir o atelier da Baviera para a França em 1818, estabeleceu o sucesso da técnica, colocando-a às exigências das imagens plurais que viriam a circular não só no implemento do comércio de estampas, mas nas expressões associadas.⁴⁰ A litografia firmou-se através das famosas *maisons* e *imprimeries* parisienses,⁴¹ e o apoio técnico-teórico fez-se também pela literatura especializada.⁴² Posteriormente, a zincografia⁴³ permitiu a substituição da pedra pelo zinco, mas efetivamente nunca conseguiu fazê-lo. A impressão planográfica promoverá a abertura do campo de ação da gravura e mais uma vez, o percurso da emissão da mensagem foi reduzido, os níveis de produção ampliados e a imagem potencializada em sua circulação.

O ano de 1839, marco para a construção da imagem por processos e caminhos, mesmo que iniciados no espírito renascentista, que não os da reprografia, mas na captação física da luz,⁴⁴ demarcava também um território de disputas que consistia na vencibilidade de uma, pela estandardização da outra. Vencidos ou não, a fotografia, definitivamente não foi apenas uma técnica de permanência da imagem, antes sim, uma nova linguagem visual.⁴⁵

Vencer as imagens “daguerreotípicas”, para afixá-las sobre uma matéria possível de reprodução em relevo simultânea à tipografia, provocava as experiências dos que pesquisavam para encontrar uma resposta para um

problema da imprensa. Para economizar o tempo manual de gravação e desenho da matriz e dinamizar os processos de produção subseqüentes. A gráfica contemporaniza-se então com a fotoglíptica,⁴⁶ a xilogravura emulsionada,⁴⁷ a fotolitografia,⁴⁸ entre outras.

Transpor para os suportes de comunicação de massa todo sentido de realidade e ilusão, do tempo e espaço, cronológicos e históricos, constituídos na imagem fotográfica, era o projeto que se impunha para potencializar a veracidade da notícia. Hiper-dimensionada na percepção visual e subsidiando a carga informacional do jornalismo que pluralizava seus conteúdos. Mas o fato é que a nova proposta não se deslocou para os meios de reprodução com a velocidade pretendida, e dista em 40 anos a utilização do clichê,⁴⁹ nas folhas periódicas.

Como repertório reprodutivo, a impressão se afirmou em categorias gráficas consolidadas em diferentes usos da imagem, assim, as técnicas tradicionais de gravura, compreendidas como fontes de reprodutibilidade, assumiram o seu característico de técnicas aplicadas. Por isso, a especificidade da expressão no campo artístico redimensiona-se e inscreve-se, sob várias formas, e como obra exclusiva e independente, tomada de juízo de valor na história e crítica da arte.

Em relação às três técnicas tradicionais de gravura, o que se comprova é que praticamente todos os seus procedimentos, instrumentais e ferramentais, séries e seqüências operativas, tratamento dos papéis e obtenção de cópias, manual ou mecanicamente, são iguais, no que se convencionou chamar de “cozinha da gravura”. Desde os tempos em que surgiram e continuaram a fazer parte das atividades artísticas até hoje, na eleição daqueles que nelas se expressam, e envolvidos na reprodução, tornam-se atores da construção da história cultural da imagem impressa.

Mas a questão da reprodutibilidade deixou no século XX⁵⁰ de ser um problema específico do vocabulário de um processo. Hoje, o alcance do processo do “mais de um”, do “mais uma vez”, e do “outra vez”, modificou-se e transmuta constantemente. Hoje, através do meio da reprodução indireta, obtem-se o original. O meio persegue o fim do começo. O fim é o começo, o meio é o fim. Começo, meio e fim apresentam-se como constituintes simultâneas de um mesmo território de uma linguagem de formas híbridas. Muitas vezes o universo da reprodução se tratará de uma obra promovida por um negativo, mas que não gera múltiplos iguais. Uma obra única obtida por um meio de impressão direta pode existir mesmo

na inexistência de um original. Cópia, matriz e original se dissolveram não só nas tecnologias existentes, mas na apropriação e empréstimos culturais com que a criação artística opera na contemporaneidade.

Notas

1. É fato que a quantidade de exemplares ofertada pela tipografia, incluindo as obras ilustradas, provocou a prática da leitura em números mais significativos. Ler e ver começavam a ser possíveis e é fato também que pelos envoltivos cognitivos, sensoriais e intelectuais desenvolvidos na recepção da leitura, provocaram a ação censória da igreja e do Estado, sobre determinadas literaturas. Leia-se: ABREU, Márcia. Percursos da leitura. In: ABREU, Márcia (org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras/Associação de Leitura do Brasil, 2002. p. 9-15; CHARTIER, Roger. As revoluções da leitura no ocidente. In: Idem, *ibidem*. p. 19- 31; GOULEMONT, Jean Marie. Da leitura como produção de sentidos. CHARTIER, Roger (dir.). *Práticas da leitura*. 2 ed. Trad. Cristiane Nascimento, introd. Alcir Pécora. São Paulo: Estação Liberdade, 2001. p. 107-116.
2. AUMONT, Jacques. *A imagem*. Trad. Estela dos Santos Abreu e Cláudio César Santoro. 7ª ed. Campinas: Papyrus, 1993. (Ofício de arte e forma). Cap. A parte do espectador, p. 77-134.
3. A cédula monetária, papéis comerciais, a cartografia, o comércio livreiro, os teatros de guerra, o colecionismo...
4. AUDIN, Marius. *Somme typographique: les origines*, v. 1. Paris: Audin, 1948.
5. No século IX. BONFILS, Robert. *Iniciación al grabado*. Buenos Aires: Poseidon, 1945. (Iniciación artística).
6. TILLEY, Roger. *A history of playing cards*. London: Studio Vista, 1973. Caps.: Origins of playing cards, p. 7-17; The Renaissance and the first appearance of playing cards, p. 18-21.
7. LECHÊNE, Robert. *L'imprimerie de Gutenberg à l'électron*. Pref. Julien Cain. Lion: Éditions la Farandole, 1972. Cap. Au temps de la presse à bras, p. 19-36.
8. Impressão tabular de gramática latina, sobre pergaminho, do autor Aelius Donatus, do século IV. Foi único durante a Idade Média, para o estudo do latim. O nome se aplicou a outros livros da mesma finalidade. *IV Centenário de la imprenta en México – 1539-1939*: conferências sustentadas em su comemoración. México: Asociacion de Libreros de México, 1939. p. 468; FLOCON, Albert. *L'univers des livres: étude historique des origines a la fin du XVIIIe siècle*. Paris: Hermann, 1961. Terceira parte, Les livres imprimés anciens.
9. Edições alemãs e dos Países Baixos, cerca de 1470, constituindo uma Bíblia de imagens da vida e paixão de Cristo segundo o velho e novo testamento. WECHSLER, Herman J. *La gravure, art majeur: des maitres inconnus à Picasso*. Trad. Jacques Chavy. Paris: Cercle d'Art, 1969.
10. McLUHAN, Marshall. *A galáxia de Gutenberg*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Edusp, 1972.
11. A prancha de madeira gravada – matriz –, e o tipo fundido respondem pelo mesmo sistema de gravação – o relevo –, o que possibilita a entintagem e impressão simultâneas. Por isso o ofício da gravura ficou tão associado à tipografia.
12. Os livros de horas impressos reproduziam em gravura, a composição ornamental de página de seus antecessores, como na decoração das capitulares. “Tal como o tipógrafo aproveitou do calígrafo ou copista a parte mais estandardizada da sua arte, que é a letra impressa, também o xilógrafo aproveitou do iluminador a parte mais livre e imaginativa da sua arte, relacionada com a imagem.” MUMFORD, Lewis. *Arte & técnica*. São Paulo: Martins Fontes, 1986. (Arte & Comunicação, 5). p. 80.

13. O editor e o ilustrador conhecidos e os tipógrafos e xilogravadores anônimos.
14. LEWIS, John. *Anatomy of printing: the influences of art and history on its design*. London: Faber and Faber, 1970. Cap. IV, The Reformation and the printing press: artists take an interest in the printed illustration, p. 63-80.
15. AUDIN, Marius. *Le livre: son illustration, sa decoration*. Pref. Léon Pichon. Paris: G. Crès, 1926. cap. La taille d'épargne primitive sur bois, première époque (1470-1520), p. 6-9.
16. Os ensinamentos do *chiaroscuro* do *Tratado* de Leonardo tentavam ser resolvidos também na gravura. VINCI, Leonardo. *A treatise on painting*. Translated from italian by John Francis Rigaud. New York: Dover, 2005. Cap. Light and shadow, p. 67-86.
17. Com duas talhas, as linhas de contorno e as sombras profundas são abertas no “bloco-chave” que é entintado em preto. As sombras mais leves são abertas no “bloco-tinta” que proporciona os meios-tons, e as luzes mais altas são gravadas em ambos os blocos que serão os próprios brancos do papel. PANOFSKY, Erwin. *The life and art of Albrecht Dürer*. 4 ed. Princeton: Princeton University Press, 1955. Cap. Reorientation in the graphic arts; the culmination of engraving, 1507/11-1514, p. 132-171. Também pode ser realizado com um número maior de talhas, e em cores. SILVA, Oswaldo P. da. *Gravuras e gravadores: origem, evolução e técnica da xilografia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941. Cap. Da técnica xilográfica, segundo outras escolas da gravura em cores.
18. A gravura em metal surge no universo de uma corporação de elite, a dos ourives. FLOCON, Albert. op. cit.
19. O nielo, ou nigelo, técnica da ourivesaria, consistia em gravações realizadas em prata ou ouro, cujas incisões eram posteriormente preenchidas com esmalte preto.
20. Andrea Mantegna, Antonio Pollaiuolo, Jacopo de Barbari, Francesco Rosseli, Nicoletto da Modena e Domenico Campagnola.
21. Marcantonio Raimondi gravou originais de Rafael e Baccio Baldini de Botticelli.
22. Com este tratado, Bosse estabeleceu o fazer da gravura em metal, aplicado até o século XIX. O autor possuía o conhecimento técnico com a propriedade de quem realizou mais de 1.500 peças: quadros de história, cenas bíblicas, de costumes, temas clássicos, ilustrações de livros e outros.
23. O talho-doce é o denominado pela qualidade da incisão que é obtida pelo buril, instrumento de corte, que retira todo o dejetto de metal, quando realiza a incisão. Grava o metal diretamente, obtendo variações tonais de acordo com a profundidade e a espessura do corte, que será provido de mais tinta, os mais profundos e próximos, enegrecendo as sombras e os fundos escuros. Caracteriza-se em uma gravura de traço limpo e correto, rígido e austero. Para todas as técnicas, leia-se: BUTI, Marco e LETYCIA, Anna. (orgs.). *Gravura em metal*. São Paulo: Edusp, 2002.
24. A água-forte é posterior e lança mão de agente químico – ácido nítrico –, que por banho ou imersão na chapa protegida por cera ou verniz, grava o metal, nas áreas em que foi desenhado a ponta seca. Sua liberdade está estampada nas cópias que revelam uma fluidez e singeleza de linhas macias.
25. A maneira-negra caracteriza-se pelo escurecimento inicial da chapa, pela ação do *berceau*, para depois se revelarem os cinzas até os brancos. Estes valores tonais são obtidos com o raspador e o brunidor: o primeiro raspa as texturas e o segundo brune e alisa o metal. O efeito da impressão traduz-se em um preto aveludado, aos mais tênues cinzas.
26. BOSSE, Abraham. *Tratado de gravura*. Trad. José Viegas de Meneses. Lisboa: Tipografia Calcográfica, Tipoplástica e Literária do Arco do Cego, 1801. Páginas pré-textuais. Frei Mariano da Conceição Veloso foi o único diretor da oficina, que funcionou apenas de 1799 a 1801.
27. Pelo brasileiro padre José Joaquim Viegas Meneses.

28. As matrizes da Tipografia do Arco do Cego, incluindo as do *Tratado*, se encontram na Biblioteca Nacional. CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes da. Notícia histórica. In: *Oficina Tipoplástica, Calcográfica e Literária do Arco do Cego*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1976. p. 5-24; SCHWARCZ, Lilia Moritz e AZEVEDO, Paulo Cesar de. *O livro dos livros da Real Biblioteca*. Rio de Janeiro/São Paulo: Fundação Odebrechet/Biblioteca Nacional, 2003. p. 143; *Biblioteca Nacional*. São Paulo: Banco Safra, 2004.
29. Este processo consiste no emprego de uma resina, o breu, que se coloca pulverizado sobre a chapa que depois será aquecida por baixo, derretendo e fixando o breu na matriz que, a seguir, será gravada no ácido. Deste pó e do tempo de exposição ao ácido, dependem os valores tonais das manchas.
30. A ferramenta, ponta-seca, agride diretamente o metal, contudo, ao contrário do buril abre o corte, levantando as rebarbas, ou sobras do metal, que em cada ponto, reterá tinta, esfumando as linhas.
31. Além de ter uma produção de sentido comum, em oficinas separadas, as técnicas especializaram-se em um repertório de serviços próprios e distintos.
32. A prancha é obtida pelo corte transversal à fibra da madeira, assim, a superfície não restringe nem limita a direção das incisões, nem provoca imperfeições e rebarbas aos cortes dirigidos em vários sentidos. Neste processo as fibras da madeira resistem muito mais à pressão continuada das prensas ao longo de uma tiragem, e por isso se conseguem cópias mais fiéis e iguais, e o aumento dos números da edição. *Bois debout*, para os franceses, *legno di testa*, para os italianos, *madera de testa* para os espanhóis e o sistema *white line* inglês. VALOTAIRE, Marcel. *L'imprimerie et les métiers graphiques*. Paris: Arts et métiers graphiques, 1947. Cap. Les procédés de gravure em relief, p. 41-56.
33. Ilustrações de toda sorte de impressos e livros.
34. A Sociedade dos Artistas de Londres promoveu um concurso em 1771, para incentivar a melhoria da xilografia e restaurar sua posição no mercado. Thomas Bewick venceu, intervindo sobre a madeira de topo com o buril, determinando um novo processo. SILVA, Oswaldo P. da. op. cit.
35. O ilustrador, responsável pela criação das imagens, o desenhista que as reorganizava em lápis, bico-de-pena ou aguada sobre a madeira e os muitos gravadores que com o buril de topo, realizavam originais de toda natureza, conseguindo uma resposta de maior espontaneidade, vibração e autenticidade ao frescor da criação da obra alheia. A sofisticação das especialidades tomava conta da produção conjunta de uma única imagem gravada em vários tacos. Gravadores de céus, águas, paisagens, árvores, figura e anatomia humanas, retratos, animais, insetos, plantas, flores, frutos, ferramentas, maquinários.
36. Na litografia não há desgaste do material da superfície em que se trabalha. Não há uma incisão, mas um desenho realizado pelo lápis e tinta litográficos, constituídos de substâncias graxas, diretamente sobre a pedra, que uma vez nela fixados, através de um veículo corrosivo suave, no momento de impressão, irão permanecer na pedra quando esta é umedecida com água, para entintagem e estampagem. Primeiramente foi denominada de “impressão química”, pela relação da gordura e da água. Sua impressão é planográfica. ANTRESIAN, Garoz Z. e ADAMS, Clinton. *The Tamarind book of lithography: arts techniques*. New York: Tamarind Lithography, 1971.
37. IPANEMA, Rogéria Moreira de. *A idade da pedra ilustrada: litografia, um monólito na gráfica e no humor do jornalismo do século XIX no Rio de Janeiro*. op. cit.
38. A caricatura política inglesa nas expressões de Thomas Rowlandson, James Gillray e Georges Cruikshank. FILON, Augustin. *La caricature en Angleterre*. Paris: Hachette, 1902.
39. Aloys Senefelder, músico e libretista, após esforço continuado em promover um veículo mais barato para reprodução de textos, lançou mão da pedra calcária das cercanias de Munique, empregada em pisos, inventando a litografia, no ano de 1796. BOTEY, Francisco Esteves. *El grabado en la ilustracion del libro: las gráficas artísticas y las fotomecánicas*. Madrid: De Blass, 1948. Cap. VI, La litografía, p.148-175; cap. VII, La técnica litográfica, p. 176-198.

40. Folhas ilustradas, álbuns de viagens, cartazes em cores.
41. Lithographie d'Engelmann, Maison Aubert, Imprimerie Lemercier. BOURET, Claude, BOURET, Blandine. *La lithographie en France des origines à nos jours*. Paris: Fondation Nationale des arts graphiques et plastiques, 1982. cap. Le métier, l'image et l'artiste. FIGUIER, Louis. *As grandes invenções antigas e modernas nas ciências, indústrias e artes*. Versão portuguesa. Buenos Aires: Eduardo Perié, 1884. Cap. A litografia, p. 39-50.
42. *L'art de la lithographie*, de Senefelder (1819), *Manuel du lithographe*, de Chevalier e Langlumé (1838), *Cours complet de lithographie*, de P. Thémot, *Traité théorique et pratique de lithographie*, de G. Engelmann (1839), *Manuel complet de l'imprimeur lithographe*, de Brégeau, Knecht e J. Desportes (1850) e ainda o periódico *La Lithographie*, redigido por Desportes. *Dictionnaire universel des sciences, des lettres et des arts*. Paris: L. Hachette, 1857. p. 948
43. O processo foi patenteado em Viena, por Joseph Trentsensky, em 1822. FERREIRA, Orlando da Costa. A introdução do zinco litográfico no Brasil. *Cadernos de Jornalismo e Comunicação*. Rio de Janeiro: *Jornal do Brasil*, n. 45, p. 16, 1974.
44. NEWHALL, Beaumont. *L'histoire de la photographie: depuis 1839 et jusqu'à nos jours*. Trad. André Jammes. New York/Paris: Musée d'Art Moderne: Bélier-Prisma, 1967.
45. Idem. ibidem. Cap. La photographie est-elle un art?, p. 97-110.
46. Gravação de imagem sobre aço, desenvolvida por Fox Talbot em 1858.
47. Forma de sensibilizar a madeira para receber a projeção do negativo a ser revelado. Na verdade os gravadores não trabalhavam diretamente esta imagem, esta era redesenhada em pena.
48. Prova fotográfica sobre pedra. Desde 1852, estas experiências vinham sendo desenvolvidas pelo litógrafo Lemercier, o fotógrafo Lerebours e os químicos Barreswill e Davanne, e aperfeiçoadas por Poitevin. Idem, ibidem. Cap. La photographie, le livre et la presse, p. 175-190.
49. Placa de metal gravada fotomecanicamente. Processo definitivo e extensivamente empregado em toda indústria gráfica. Em 1880 o *New York Daily Graphic*, publicava reproduções fotográficas sem a intervenção do gravador. O clichê foi substituído pelo sistema de off-set, iniciado nos anos 40 do século XX. Mais informações sobre clichê em: DASILVA, Orlando. *A arte maior da gravura*. São Paulo: Espade, 1976. Cap. História da técnica.
50. A partir da segunda metade e notadamente nas últimas décadas.

Referências bibliográficas

- ANTRESIAN, Gros Z. e ADAMS, Clinton. *The Tamarind book of lithography: arts techniques*. New York: Tamarind Lithography, 1971.
- AUDIN, Marius. *Le livre: son illustration, as decoration*. Pref. Léon Pichon. Paris: G. Grès, 1926.
- Biblioteca Nacional. São Paulo: Banco Safra, 2004.
- BONFILS, Robert. *Iniciación al grabado*. Buenos Aires: Poseidon, 1945. (Iniciación artística).
- BOSSE, Abraham. *Tratado de gravura...* trad. José Viegas de Meneses. Lisboa: Tipografia Calcográfica, Tipoplástica e Literária do Arco do Cego, 1801.

- BOTTEY, Francisco Esteves. *El grabado en la ilustracion del libro: las gráficas artísticas y las fotomecánicas*. Madrid: De Blass, 1948.
- BOURET, Clude e BOURET, Blandine. *La lithographie en France des origines à nos jours*. Paris: Fondation Nationale des art graphiques et plastiques, 1982.
- BUTY, Marco e LETYCIA, Anna (orgs.). *Gravura em metal*. São Paulo: Edusp, 2002.
- CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes da. Notícia histórica. In: *Oficina Tipoplástica, Calcográfica e Literária do Arco do Cego*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1976.
- _____. *Somme typographique: les origines*, v.1. Paris: Audin, 1948.
- DASILVA, Orlando. *A arte maior da gravura*. São Paulo: Espade, 1976.
- FERREIRA, Orlando da Costa. A introdução do zinco litográfico no Brasil. *Cadernos de Jornalismo e Comunicação*. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, n. 45, 1974. p. 16.
- FILLON, Augustin. *La caricature em Angleterre*. Paris: Hachette, 1902.
- FLOCON, Albert. *L'univers des livres: étude historique des origines a la fin du XVIIIe siècle*. Paris: Hermann, 1961.
- IPANEMA, Rogéria Moreira de. *A idade da pedra ilustrada: litografia, um monólito na imagem gráfica e de humor do jornalismo do século XIX no Rio de Janeiro*. (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Artes Visuais EBA/UFRJ, 1995.
- LECHÊNE, Robert. *L'imprimerie de Gutenberg à l'électron*. Pref. Julien Cain. Lion: Éditions La Farandole, 1972.
- LEWIS, John. *Anatomy of printing: the influences of art and history on its design*. London: Faber and Faber, 1970.
- NEWHALL, Beaumont. *L'histoire de la photographie: depuis 1839 et jusqu'à nos jours*. Trad. André Jammes. New York/Paris: Musée d'Art Moderne: Béliet-Prisma, 1967
- McLUHAN, Marshall. *A galáxia de Gutenberg*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Edusp, 1972.
- PANOFISKY, Erwin. *The life and art of Albrecht Durer*. 4 ed. Princeton: Princeton University Press, 1955.
- SCHWARCKZ, Lília Moritz e AZEVEDO, Paulo César de. *O livro dos livros da Real Biblioteca*. Rio de Janeiro/São Paulo: Fundação Odebrecht/Biblioteca Nacional, 2003.
- SILVA, Oswaldo P. da. *Gravuras e gravadores: origem, evolução e técnica da xilografia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.

TILLEY, Roger. *A history of playing cards*. London: Sudio Vista, 1973.
VALOTAIRE, Marcel. *L'imprimerie et les métiers graphiques*. Paris: Arts et métiers graphiques, 1947.
VINCI, Leonardo. *A treatise of painting*. Translated from italian by John Francis Rigaud. New York: Dover, 2005.
WECHSLER, Herman J. *La gravure, art majeur: des maitres inconnus à Picasso*. trad. Jacques Chavy. Paris: Cercle d'art, 1969.

Resumo

Falar da imagem impressa é relativizar sua compreensão a partir do próprio desenvolvimento e progresso de suas formas técnicas. A gravura é fonte expandida de estudo, porque é arte e aplicação. Encontra seu lugar na lógica da dispersão, porque é arte e é produto, e como tal executa projetos definidos em diversos programas, em frente de ações constituídas das necessidades de informação promovidas pela comunicação visual. Reproduzir é próprio de sua natureza. Natureza profana vivificada no uso, dentro de um universo que se fez cada vez mais cotidiano e necessário, dimensionada na própria história da cultura humana.

Palavras-chave

Imagem impressa; História das artes gráficas; Técnicas de gravura.

Abstract

To study of the printing images it must comprehend the development and progress over its technologies. The gravure is art and use. Find its way in the logic of the diffusion, because is art and product, and like that, execute some projects in many programs about of the necessities of the information, promouved by the visual communication. Reproduce is its properly nature. Nature of the uses in an universe more and more daily, dimensioned in the history of the human culture.

Key-words

Printing images; History of the graphics arts; Gravure's techniques.

“O último elo da corrente”:* uma experiência de redução de risco na Association Espoir de la Goutte D’Or

Kátia Sento Sé Mello

Introdução

Jamais poderíamos ter visto a luz do dia se outros antes de nós não tivessem, por causa da epidemia, colocado a saúde comunitária no centro da política de saúde pública, e o homem no centro da dinâmica da saúde. Sem a mobilização da comunidade gay, sem a criação da AIDES, da ASUD e outras, nós não teríamos existido... Para nós, o conceito de redução de risco, aplicado como política global de prevenção, impõe-se como a única resposta possível. A epidemiologia contabiliza os mortos, jamais os vivos (Jean-Marc Priez, ex-presidente de Techno +)¹.

Abordar o assunto referente às drogas não é simples. Geralmente rodeado de tabus ou de prescrições repressivas e punitivas, a questão das drogas depara-se, mais do que com o problema da saúde física e psíquica, com uma questão moral, mais ainda, com valores e estigmas que são atribuídos àqueles que fazem uso delas (Misse, 1999 e 2006). O álcool, por exemplo, apesar de produzir efeitos de risco nos círculos dentro dos quais os indivíduos que se tornam dependentes estão inseridos, não é conside-

rado droga ilícita. Seria isso devido a um provável resquício da representação do álcool como componente ritual litúrgico? Em países como o Brasil e a Inglaterra, por exemplo, não é possível negar o fato de que o álcool tem um papel importante na sociabilidade dos indivíduos. No entanto, não é considerado ilícito e nem aquele que o consome um criminoso. E, se no Brasil de outrora a bebida alcoólica estigmatizava o consumidor como bandido, esta situação não vigora nos dias atuais. É igualmente do reconhecimento de todos que a Lei Seca, implantada nos Estados Unidos em 1919, ao invés de proteger os cidadãos dos riscos gerados pelo consumo excessivo do álcool, produziu a constituição de grupos que praticavam o tráfico de bebidas alcoólicas ao longo dos 14 anos em que vigorou.

Isso significa que a proibição das drogas – sejam elas lícitas ou ilícitas — não tem contribuído para a redução do seu consumo nem para a melhoria das condições de vida da população “vulnerável”. Ao contrário, as políticas proibitivas e repressivas, ao tratarem o consumidor como criminoso e ao criminalizar determinadas substâncias, parecem criar condições objetivas de constituição da criminalidade.

Embora a mídia freqüentemente faça apelo público relacionando o uso de drogas com a violência e o tráfico, parece necessário contextualizar o assunto, bem como trazê-lo ao debate público, resgatando as experiências concretas voltadas para o problema de uma maneira inovadora. Cabe destacar que este não é um problema isolado, mas vem sendo constituído no seio de um debate que extrapola tanto fronteiras nacionais como fronteiras profissionais e de grupos sociais, bem como aponta para a necessidade de se pensar o problema no âmbito da saúde pública.

A Associação Espoir de la Goutte d’Or, localizada no norte de Paris, foi fundada em 1987 e dirige o seu trabalho para usuários de drogas, notadamente de crack. Neste artigo pretendo apresentar uma reflexão preliminar das práticas de redução de risco adotadas pelos membros desta equipe e o questionamento que impõem ao ideal de uma sociedade que se representa como republicana.

Para realizar esta reflexão tomei por base a etnografia do espaço desta associação, bem como as entrevistas que foram concedidas a mim tanto por alguns de seus membros como por usuários com quem tive oportunidade de conversar ao longo dos meses em que freqüentei a EGO.

Considerações sobre a noção de “redução de risco” e os seus dilemas perante a lei

Apesar da abrangência das práticas e domínios recobertos pela noção de “redução de risco”, parece haver uma concordância de que a lógica que as norteiam estão referidas à interdisciplinaridade e à consciência do problema como da ordem da saúde pública. Isto quer dizer que não se trata somente de um assunto de polícia, mas de um assunto que envolve um conjunto de atores sociais e idéias que enfatizam a prevenção e a consideração de diversos aspectos da vida e dos contextos social, político, econômico e cultural nos quais se inserem os usuários de drogas.

Nesse sentido, a Associação EGO parece um bom exemplo para pensar a questão, a começar pelo fato de que a prática ali desenvolvida não tem o objetivo de fazer com que o usuário deixe de usar drogas, mas de socializá-lo com noções e atitudes que permitam a ele diminuir a sua condição de risco e vulnerabilidade a partir da escolha feita sobre o seu uso. Além disso, as práticas de oficinas de trabalho, de artes, de teatro, a difusão de informações, as assembléias gerais que se realizam semanalmente, bem como aquelas práticas que permitem o acesso dos usuários aos serviços oferecidos pela sociedade: educação, emprego, saúde, etc., são, segundo seus relatos, espaços de exercício da cidadania nos quais os usuários compartilham opiniões, percepções e decisões a serem tomadas no âmbito da EGO.

Os membros da associação consideram que o uso de drogas é um fenômeno social que sempre existiu na história da humanidade e que para melhor controlar e reduzir os riscos a ele inerentes é preciso aceitá-lo enquanto tal. Com base neste princípio, a EGO, opondo-se à idéia do usuário como incapaz de administrar o seu consumo e sua vida social, concebe o usuário de drogas enquanto um “cidadão responsável e parceiro indispensável nas ações de prevenção. Ainda que lhe dêem um mínimo de meios concretos, os usuários são completamente capazes de transformar os seus comportamentos e assim gerar menores riscos relacionados ao seu consumo”².

O trabalho de Barré e Godefroy (2000) demonstra que, apesar das iniciativas recentes que buscam procedimentos substitutivos à penalização do usuário de drogas ilícitas, a política do Estado francês em relação ao tráfico e consumo de drogas é ainda fortemente marcada por traços repressivos. Se, na EGO, a desintoxicação e a tentativa de fazer com que o

usuário deixe de consumir a droga não fazem parte de seus objetivos, de que maneira os seus membros lidam com a polícia, cuja orientação, explicitada na lei francesa sobre as drogas, está voltada para a repressão?

A política francesa “anti-drogas” se inscreve no quadro legal da lei de 31 de dezembro de 1970. Os seus dispositivos legais estão baseados no quadro jurídico de três convenções internacionais³ aplicáveis às drogas:

1. A convenção única sobre entorpecentes de 1961, modificada pelo protocolo de 1972, que lista os principais produtos: ópio, morfina, heroína, metadona, codeína, cocaína, maconha. Em novembro de 2002 esta convenção foi ratificada por 179 Estados signatários desta convenção.
2. A convenção de 1971 sobre substâncias psicotrópicas que lista os principais produtos: ecstasy, LSD, anfetaminas, buprenorfina, benzodiazepans, etc. contou com 172 Estados que ratificaram esta convenção em novembro de 2002.
3. A convenção de 1988 contra o tráfico de entorpecentes e substâncias psicotrópicas que “reforça a cooperação internacional na luta contra o tráfico sob todas as suas formas” também prevê o controle de 23 substâncias, “precursores químicos”, utilizadas na fabricação ilícita de entorpecentes. Esta convenção foi ratificada por 166 Estados em novembro de 2002.

A lei de 1970, ainda em vigor, distingue e reprime o uso e o tráfico de entorpecentes. Em relação à substância entorpecente, por outro lado, a lei não faz distinção, ou seja, não há diferença entre o uso da maconha e o uso da heroína, por exemplo. Seus eixos principais dizem respeito à penalização do uso; ao tratamento médico sob o título de “*injonction thérapeutique*”; a repressão severa do tráfico e dos lucros daí advindos; a proibição da publicidade do uso e tráfico de entorpecentes.

Quanto aos usuários, a lei distingue aquele que é consumidor e, por isso, considerado como um “doente” dentro do Código de Saúde Pública, daquele que é o traficante que, além do seu consumo, vende a droga e, por isso, é tratado a partir do Código Penal. O artigo L3421-1 do Código de Saúde Pública, no entanto, é explícito quanto à repressão: “o uso ilícito de uma das substâncias ou plantas classificadas como entorpecentes é punido tanto pela prisão quanto por uma multa de 3.750 (três mil setecentos e cinquenta) euros”.

Apesar disso, a mesma lei prevê a “injonction thérapeutique” como opção para o usuário não ser condenado. Isto quer dizer que, para fugir à punição penal, o usuário deve se apresentar espontaneamente a um juiz e se submeter ao tratamento médico, psicológico e social de desintoxicação, respeitando as obrigações daí decorrentes.

Associação Espoir de la Goutte d’Or: seu momento fundador

Localizada no norte de Paris, em Porte de La Chapelle, a Association Espoir de la Goutte d’Or tem uma história. De acordo com o discurso público desta Associação, ela foi oficialmente fundada em 1987, mas nasceu em 1986 a partir da mobilização de um grupo de pessoas preocupadas com a questão do consumo de drogas no bairro e da conseqüente ameaça da epidemia da Aids que atingia os usuários de substâncias psico-ativas.

Contam os integrantes da Associação que, em 1986, devido ao fechamento de um *squat*⁴ nas redondezas da Gare de Lyon, oeste da cidade de Paris, houve uma espécie de deslocamento dos usuários de drogas deste local da cidade para o bairro de La Chapelle. O aumento do consumo de drogas no bairro, ao lado da prostituição em um momento no qual a epidemia da Aids ameaçava não só Paris, como várias cidades do mundo, levou espontaneamente, segundo o relato comum, um grupo de pessoas a discutir o assunto. Foi por ocasião da festa anual do “quartier de la Goutte d’Or”, neste mesmo ano, que este pequeno grupo, em torno de aproximadamente quatro pessoas, começou a refletir sobre aquilo que consideravam os “problemas do bairro”. Uma das pessoas do grupo era a atual diretora da EGO, representada no discurso dos integrantes da associação como uma “profissional”, pois tinha curso superior completo; uma outra pessoa, também representada como profissional, era da área de farmácia e uma outra que era médica e um residente do bairro. Cabe ainda ressaltar que a Diretora é de nacionalidade brasileira, vivendo na França há mais de 20 anos; formada em Pedagogia e com pós-graduação em Educação e Psicologia, ela dirige a EGO desde a sua fundação.

Um dos membros da equipe da EGO diz que naquela época não havia uma resposta nem da parte do Estado nem de nenhuma associação voltada para o trabalho com os usuários de drogas que ficavam, por sua vez, à mercê de hospitais psiquiátricos da cidade, tratando da questão de forma emergencial.

Não havia ainda uma sede, nem um espaço físico no qual se reunirem. Narram que no início se encontravam onde era possível: nos cafés, nos bares, no salão paroquial da Igreja de Saint Bernard; “o importante era discutir os problemas que se apresentavam no bairro, qual a sua natureza, e como administrar o problema da droga” (membro da equipe EGO há 8 anos). Esta experiência inicial de encontros informais, através dos quais tentavam objetivamente definir um problema social, de caráter local, traduz-se atualmente nas assembléias semanais da EGO, que são abertas a todas as pessoas. Além disso, cabe ressaltar que o seu reconhecimento público pode ser revelado pelo suporte de diversas instituições, públicas e privadas na França durante o ano de 2004. Entre estas, destacaram-se: a Caisse Primaire d’Assurance Maladie; o Conseil Régional d’Ile de France; a Caisse Régionale d’Assurance Maladie d’Ile de France; a Direction des Affaires Sanitaires et Sociales; a Direction de l’Action Sociale, de l’enfance et de la Santé; a Direction Régionale des Affaires Sanitaires et Sociales; a Préfecture de Paris, por meio de “financements politique de la ville”, assim como do “crédits déconcentrés” MILDT (Mission Interministerielle de Lutte contre les Drogues et la Toxicomanie); a Fondation RATP pour la jeunesse; a Association Sidaction e a Association Solidarité Sida.

Em seu livro *L’espace public*, Habermas (1978), observando os cafés literários do século XVIII como o primeiro objeto pelo qual o homem exerce a razão, refere-se à constituição de uma *esfera pública* como o lócus, por excelência, do exercício da crítica, da razão e da experiência comum, como o espaço modelar da construção de uma consciência fundamental, suporte de uma opinião esclarecida com capacidade de julgamento político. Eu me pergunto até que ponto esta experiência, este domínio de discussão da EGO, pode ser também chamado de uma *esfera pública*?

Cabe ainda ressaltar que a EGO não é uma instituição religiosa, nem uma organização não-governamental; ela também não segue os dispositivos legais de uma estrutura sindical. A EGO está inscrita no quadro jurídico da Lei de 1º de julho de 1901, relativa ao contrato de associação e, por isso, é regida pelos seus dispositivos legais. Diz o artigo primeiro desta lei que “a associação é uma convenção pela qual duas ou mais pessoas colocam em comum, de uma maneira permanente, seus conhecimentos ou sua atividade com o objetivo de compartilhar benefícios. Ela é regida, quanto à sua validade, por princípios gerais do direito aplicáveis aos contratos e obrigações”. Resulta daí que os princípios que regem a sua prática, bem

como a contratação de pessoal, a implantação de projetos e o estabelecimento de parcerias com organismos públicos ou privados devem seguir aquilo que está previsto no quadro da lei das associações na França.

Outra questão que orientou a minha observação está relacionada a uma indagação colocada por Jacques Ion (1997) em seu livro *La fin des militants?*. Neste livro, o autor argumenta que, ao contrário de uma crise de engajamento dos indivíduos no espaço público hoje ou do declínio do interesse pela coisa pública, devemos repensar a categoria *militantismo*, cuja história está relacionada às formas de engajamento político característico do século XIX. Segundo o autor, o que observamos hoje na França são novas formas de participação social, formas estas que colocam em questão o modelo republicano de associativismo. Segundo Ion, este modelo segue o princípio segundo o qual “somente o cidadão educado e livre de toda dependência e, portanto, desnudado de todo interesse pessoal, é o único que pode participar da determinação de interesse geral...” (Ion, 1997: 22). A concepção republicana francesa, faz “do laço nacional a forma privilegiada do laço social” (Schnapper, apud Ion, 1997: 21) excluindo qualquer forma de associativismo que se interponha entre o cidadão e a nação. No entanto, o autor argumenta que, na prática, há dois séculos, o associativismo voluntário não só não parou de crescer como vem preenchendo o “espaço aberto entre a realidade da sociedade e sua representação política”. Os poderes públicos mesmo vêm demonstrando um esforço no sentido de promover resoluções locais de problemas sociais, no sentido de “tentar reintroduzir no jogo social, aqueles que daí são excluídos” (Ion, op.cit.: 9).

Em relação às formas de ação coletivas não animadas pelo Estado, ainda que podendo estabelecer redes com este, a EGO não se caracteriza por uma forma de tipo sindical ou militante, conforme mencionei acima, mas como uma nova forma de ação coletiva de tipo flexível e móvel, na qual os indivíduos se engajam por diversos motivos e através da qual as ações acontecem em *redes* (Mercklé, 2004). A partir desta reflexão coloco-me algumas questões: em um país no qual o porte e o consumo de drogas como o crack são considerados ilícitos e no qual a repressão policial é expressiva, que mecanismos esta associação encontra no sentido de atuar na área de redução de riscos? Que obstáculos encontram frente ao Estado e à sociedade e quais as alternativas encontradas para superá-los? Que valores e práticas são estas que constituem uma resposta a esta demanda social?

“O último elo da corrente”: o cenário e as percepções sobre a EGO

Quinta-feira, 17 de fevereiro de 2005. Chego pela primeira vez à porta da Association Espoir de la Goutte d’Or. Minha expectativa inicial era conhecer o local, encontrar a diretora que me fora indicada por uma amiga brasileira que viveu em exílio na França por 30 anos, e possivelmente marcar um horário para conversar com ela a respeito do tema desenvolvido na minha tese de doutorado. Não estava sozinha, convidei uma amiga, também antropóloga que, como eu, se encontrava em Paris dentro da convenção Capes-Cofecub, parceria entre universidades francesas e brasileiras para estágio de doutorado de um ano, a me acompanhar a um lugar até então desconhecido por nós. Endereço incerto, batemos em algumas portas de outras associações existentes no bairro⁵ até que, ao me ouvirem pronunciar o nome de quem eu procurava, fomos orientadas a seguir em direção ao endereço da EGO.

Sem nos pedirem qualquer identificação, três pessoas que estavam à porta de entrada da associação – dois usuários de drogas e o coordenador do Centre d’Accueil – nos receberam com um “bonjour” e “bienvenues” que saltavam de sorrisos acolhedores. Ainda assim nos apresentamos e falamos que gostaríamos de encontrar a diretora da associação, ao que fomos conduzidas até a sua sala. Uma pessoa simpática, vibrante e assertiva, em meio a papéis, telefonemas e pessoas que com ela conversavam, foi igualmente acolhedora. Após explicar-lhe quem havia indicado o seu nome e o trabalho que ali desenvolvia, assim como o interesse que me havia levado até lá, ela prontamente agendou um horário de encontro, que só se realizou em março, após as suas férias (que coincidiam também com as férias do ano acadêmico).

Terça-feira, 9 de março de 2005. Data marcada para o meu encontro com a diretora da EGO. Recebi um telefonema seu dizendo que “a situação na associação estava muito complicada porque um jovem rapaz que a freqüentava havia sido baleado e morto por um agente da polícia local anteontem (dia 7 de março)” e, por causa disto o clima era de muita tensão e de tentativa de compreensão do que havia se passado. Compreendi e respeitei o conselho de não ir à EGO naquele dia. Este episódio revelava um problema sensível com o qual a associação se deparava frente ao Estado, mas também o quanto ele era motivo de *stress* emocional tanto para os usuários que a freqüentam como para os residentes do bairro na

qual se situa. Foco de atenção social, a associação EGO desenvolve, como pude apreender dos fragmentos de discursos durante o período em que a freqüentei, um trabalho contínuo com outras associações do bairro, com os residentes e com a polícia. No dia a dia da associação há toda uma preocupação em lidar com episódios e questões como estas, preocupação que, a meu ver, é um dos pilares dos princípios que norteiam o que denominam “redução de risco” e “administração local de conflitos”. Este princípio é o “acolhimento”.

Motivo de surpresa e de comoção para duas estrangeiras, como eu e minha amiga, chegadas à França desde julho de 2004, foi a maneira como fomos recebidas calorosa e respeitosa na EGO. Havíamos passado por uma série de constrangimentos e tensões no nosso percurso de obtenção de informações, bem como de nosso *titre de séjour*⁶ e plano de saúde. O cotidiano na sociedade francesa, pelo menos para duas brasileiras na nossa condição, não se revelava acolhedor. Ninguém nos poupava como resposta “je suis desolé” – lamento – percebido por nós como a fronteira daquilo que não teria resposta ou solução para as demandas de novas residentes em país estrangeiro. Aos poucos este cotidiano foi se revelando comum a todas as pessoas que se encontravam na nossa posição. Na EGO, percebi que a resposta “je suis desolé” não se aplicava e que, ao contrário, ali a prática da recepção e da escuta se apresentava como fundamental.

O discurso público que se apresenta nesta associação é o de que “as portas da EGO estão sempre abertas para quem quiser entrar, todos serão sempre bem acolhidos, todos aqueles que entram aqui têm um tratamento atencioso, todos têm direito a exprimir a sua opinião, todos têm direito à atenção, ninguém é excluído” (coordenador do Centre d’Accueil). É interessante observar que na França, a palavra “accueil” refere-se, em quaisquer instituições de atendimento público – escolas, universidades, hospitais, lojas, mairies, préfectures de police, etc. – à recepção, local de informações, todavia, nem sempre “acolhedor” a todos. No entanto, as pessoas que trabalham na EGO como voluntários ou como “membros do quadro”, assim como os usuários de droga, fazem questão de afirmar um outro sentido de “accueil”. Buscando seu significado na etimologia do verbo “accueillir”, vindo do baixo latim “accolligere”, “rassambler”, a EGO traduz assim o sentido atribuído ao que para eles é mais do que uma palavra, mas um princípio não excludente de ação:

(...) ‘accueil’ é resolutamente ativo, positivo, de boa graça, e se dá como objetivo a recepção do outro com a maior harmonia possível. Se o nível de exigência para a admissão de um usuário no ‘Centre d’Accueil’ é baixa, – a saber que não há seleção quanto à entrada de ninguém, que toda pessoa, quer ela seja ou não usuário ativo de drogas, quer ela esteja ou não sob o efeito de um produto psico-ativo, ela é bem-vinda entre nós –, se impõe a cada um a obrigação de respeitar os outros, e isso vale tanto para os usuários de drogas como para todas as outras pessoas presentes (Relatório de Atividades, 2004).

A eficácia deste objetivo pode ser percebida em relatos daqueles para os quais as práticas da EGO são destinadas, no sentido de que, do seu ponto de vista, estas preenchem as suas expectativas. Expectativas estas, continuamente frustradas nos diferentes espaços sociais, mas fundamentalmente desejadas pelos usuários de drogas.

A percepção que os membros da EGO e os usuários de drogas têm da Associação

Desde o final dos anos 1990 na EGO, um dos seus membros de equipe, entrevistados por mim⁷, revela que hoje, aos 40 anos de idade, é portador do vírus HIV e ex-usuário de drogas. No seu relato enfatiza que, por escolha própria, deixou a “casa materna” aos 13 anos de idade, uma escolha “completamente independente de uma suposta experiência de desestruturação familiar”, diz ele. Ao contrário, foi uma decisão exclusivamente sua por não estar satisfeito com o modelo de sociedade no qual vivia. Ele acrescenta que, ainda menino, nos tempos de escola, quando um professor dirigia a pergunta à turma sobre o que desejavam ser quando crescer, seus colegas respondiam que pretendiam ser engenheiros, professores, médicos. Ele, por outro lado, respondia que “queria ser ladrão”. Após passar diversas vezes pelo sistema penitenciário, totalizando 12 anos de aprisionamento, ele relata que a “solidão vivida no cárcere” e “a sensação de inutilidade” foram de tal forma insuportáveis, que ele optou por atender a cursos oferecidos aos presos. Após a conclusão de quatro anos de curso de desenho gráfico, ele recebeu a redução da pena, um dispositivo legal denominado “Grace”, sendo beneficiado por um salário em troca do seu trabalho. O seu conhecimento da EGO,

quando ainda vivia na prisão, chegou pelo contato com membros da ASUD (Auto-support et Réduction des Risques parmi les usagers de Drogues), visitantes assíduos de presos na França.

De acordo com o seu depoimento, a EGO apresenta um grande diferencial frente às outras alternativas, ou ausência delas, oferecidas pela sociedade francesa. Nos anos 1980, por exemplo, de acordo com ele, havia em Paris apenas o Hospital Marmottan e hospitais psiquiátricos, como únicas respostas possíveis ao problema que se colocava na época. Dessa forma, estas iniciativas promoviam, segundo ele, apenas a exclusão e a estigmatização dos usuários. Para este membro da equipe, a EGO é “le dernier maillon de la chaîne”, ou seja, “o último elo da corrente”. Diz ele:

A diferença entre a EGO e as outras associações é que aqui há uma regra de não exclusão de pessoas; as atividades são feitas face a face. As outras são associações feitas institucionalmente pelo Estado. A estrutura da EGO foi construída localmente, pelos habitantes, profissionais e usuários de drogas, foi uma demanda da população (funcionário da EGO).

Tive também a oportunidade de entrevistar um usuário de drogas, freqüentador da EGO. De personalidade simpática e gentil, querido pelos membros da EGO e por outros usuários, Y tinha, quando o entrevistei, 42 anos de idade. Demonstrando grande domínio da literatura clássica francesa, assim como dos principais eventos e políticas desenvolvidas na França e no mundo, Y descreve a trajetória que o levou ao uso de drogas e a viver atualmente em moradias precárias na cidade de Paris. Nascido na França, mas filho de imigrantes marroquinos, Y é formado em engenharia e relata que já trabalhou em uma grande empresa francesa. De acordo com ele, a perda da sua esposa e do filho pequeno em um acidente com o carro no qual era o condutor, o fez perder totalmente a vontade de viver a vida anterior. Ele diz ainda que começou a usar drogas e a perder o domínio do seu dia a dia. Acrescenta que a sua trajetória, desde então, levou-o a cometer pequenos delitos, como furto de carteiras e dinheiro de bolsos e bolsas de pedestres nas ruas da cidade; já esteve preso e hoje habita um “foyer”, espaço de habitação coletiva a custo baixo. Embora ele não tenha explicitado de que maneira conheceu a Associação EGO, ele diz que nesta encontra um tratamento de respeito, pessoas que conversam com ele e conforto emocional. Assim ele descreve a sua percepção da EGO:

Aqui todos já me conhecem. Eu venho aqui e tenho sempre alguém para conversar comigo, ninguém faz julgamento de mim e ainda me tratam bem. Eu chego aqui, por exemplo, e conheço os estagiários, os coordenadores do STEP e eles sempre me oferecem café e suco. Aqui eu me sinto bem-vindo (Y é usuário de drogas freqüentador da EGO).

Este mesmo entrevistado relatou que, vez ou outra, os usuários de drogas, que são abordados na rua pela polícia nos momentos em que portam o kit base – sobre o qual falarei adiante – ainda que estes contenham o selo da EGO e do Ministério da Saúde, são vítimas de maus tratos por parte destes agentes. Apesar disso, assim como os membros da equipe da Associação, este usuário de drogas concorda que as práticas aí desenvolvidas visam estabelecer total transparência do trabalho desenvolvido e promover práticas não repressivas dirigidas pelos policiais aos usuários. Dessa forma, passo agora à descrição de algumas características presentes nas práticas da EGO como formas de lidar com os constrangimentos sociais impostos pela sociedade francesa aos usuários de drogas.

A sede e os gestos

Situada em esquina de uma pequena rua de Porte de La Chapelle, a porta de entrada da EGO, que conduz à sua sala de “accueil”, abre-se ao público que ali se dirige: usuários de drogas, residentes do bairro, jornalistas, profissionais, estagiários, pesquisadores, policiais, etc. Aberta diariamente entre 12:45 horas e 17:45 horas, com exceção das quartas-feiras, quando funciona entre 13:30 horas e 18:30 horas e com uma extensão de 60m² sob a forma da letra “L”, a sala de “accueil” compreende quatro mesas redondas de aproximadamente cinco lugares, em torno das quais reúnem-se as pessoas ali “acolhidas” e os “acolhedores”, funcionários fixos, voluntários e estagiários. É interessante ainda notar que o aspecto desta sala é a de um ambiente de um bar, no qual as pessoas circulam descontraidamente. Embora haja um acordo para que não haja consumo de drogas no local, o fumo é aceito, e a fumaça acentua esta ambiência.

O objetivo, segundo eles, é promover a conversa e o estímulo à participação de “jogos de sociedade de caráter educativo” (Relatório de atividades, 2004). Além destas mesas, a sala de “accueil” é composta por

duas grandes mesas retangulares que servem às atividades coletivas e aos debates do “Comitê dos Usuários”. Ao lado direito de quem entra encontra-se uma pequena cozinha com balcão de atendimento que serve à preparação e distribuição de alimentos – cereais, café, chá, leite – aos usuários que freqüentam esta sala de segunda à sexta-feira. Alinhando-se ainda com a cozinha, em direção ao fundo da sala, encontra-se um pequeno lavabo e *toilet* para uso daqueles que freqüentam a associação. Ao lado do lavabo, encontra-se uma peça, de acesso exclusivo aos “accueillants”, na qual são estocados os alimentos e os preservativos distribuídos pela EGO. À esquerda, no fundo da sala, encontram-se um telefone e dois computadores para uso dos “accueillis”, servindo às necessidades de confecção de currículos, pesquisa de empregos e correspondência. Há igualmente nesta sala um aparelho de televisão à disposição com material de vídeo cassete, cuja finalidade é a difusão educativa de informações e documentários relativos à prevenção e redução de riscos quanto ao uso de drogas, às doenças infecciosas, como a hepatite e a tuberculose, bem como às doenças sexualmente transmissíveis; aí se encontra também uma pequena estante que serve de biblioteca, regularmente provida de material diverso, disponível aos usuários. Ao fundo desta sala encontra-se uma parede e uma porta, ambas de vidro, através da qual temos acesso a um corredor. A partir deste corredor, igualmente apresentando divisórias de vidro, à esquerda situa-se a sala da direção da EGO, à direita uma sala na qual funciona a confecção gráfica da revista *Alter Ego* e que comporta uma grande mesa retangular em torno da qual pode-se conversar, escrever, discutir o material gráfico e outros documentos produzidos em conjunto; é também em torno desta mesa que se reúnem os visitantes que lá chegam pela primeira vez. Ao fundo deste corredor encontra-se um banheiro destinado ao uso dos funcionários da Associação. Cartazes, informes e pequenas notas educativas são afixadas ao longo das paredes de sua sede.

Uma das assembléias gerais na EGO foi ilustrativa da prática de participação dos membros presentes e dos tipos de problemas que merecem ser destacados e tornados públicos. Foi também ilustrativa para a compreensão do que é compreendido por democracia no âmbito desta associação.

Composta por cerca de 50 diferentes pessoas, esta assembléia contou com a participação de diversos usuários de drogas, com membros da própria associação, estudantes universitários nas áreas de pedagogia

e psicologia, dois jornalistas interessados em escrever uma matéria sobre a EGO, residentes do bairro e duas antropólogas – eu mesma e uma das amigas que me acompanhou.

Após o relato e avaliação da semana anterior, feito pelo coordenador do setor de acolhimento, a diretora colocou em pauta a necessidade da construção de um banheiro na sede da associação. Prontamente, uma das pessoas presentes à reunião, aparentemente sob efeito de substância psico-ativa, retrucou que era “um absurdo que um tópico como este faça parte de uma assembléia onde precisamos discutir sobre coisas sérias e sobre democracia”. A repercussão da sua intervenção foi expressa constrangidamente por olhares e gestos de reprovação dos outros que estavam presentes. De fato, conforme se seguiu o debate, a ausência de um banheiro na sede da associação havia se tornado um problema que fazia parte de um debate já em curso. Segundo a explicação oferecida pela diretora, um dos maiores problemas encontrados pela população de rua em Paris era o fato de que aqueles poucos serviços destinados ao banho e *toilet* dos moradores de rua encontravam-se fechados nos fins de semana, igualmente, os serviços que ofereciam alimentação para esta população. Ela acrescentou que 50% das pessoas que freqüentam a EGO são residentes de rua e que, por isso, a questão do *toilet* é vital. O resultado disto, ela prossegue, “é que as ruas do bairro ficam sujas com o xixi e o cocô dos moradores de rua, em particular dos usuários de drogas, o que promove a hostilidade dos habitantes do bairro para com esta população e, conseqüentemente, para a EGO”. Para finalizar a sua intervenção, a Diretora acrescentou que, diante destas condições, era pertinente e sério discutir o problema da construção do banheiro e que “a vida é feita de pequenas soluções”.

A sede da EGO não se resume a este prédio. Descendo a rua, e cruzando aproximadamente dois quarteirões em direção à Gare du Nord, encontramos uma sala situada no térreo de um prédio em Boulevard de La Chapelle, na qual encontra-se a equipe do programa de distribuição de seringas (PES – Programme d'échange de seringues), ou como é denominado, o STEP (seringue, tampon, l'eau et pipe: seringa, tampão, água e cachimbo). Uma grande fachada em vidro conduz a uma estrutura em forma de mezanino. Esta sala compreende o local de entrada com um balcão através do qual a equipe distribui um “kit base” composto por gaze, pomada cicatrizante, seringa, preservativo, cachimbo de uso do crack. Em estrutura de madeira com o topo em azulejo, este balcão divide espacial-

mente o local de entrada dos usuários e o local de trabalho no qual circulam os membros da equipe. Voltado para esta parte da sala, o balcão comporta prateleiras nas quais estão arrumados o “kit base”, açúcar, colherinhas e copos de plástico, guardanapos e papel toalha que servem à distribuição de café, chá e suco que são oferecidos aos usuários que ali chegam. Em cima do balcão, nos extremos direito e esquerdo, encontram-se pequenas armações de arame que servem de suporte aos panfletos, material pedagógico de difusão de mensagens preventivas a respeito do uso de substâncias psico-ativas, doenças infecciosas e/ou sexualmente transmissíveis.

Ainda nessa sala, observa-se a seguinte disposição de objetos que a compõe: atrás, e em frente a este balcão, se situa uma grande mesa de trabalho na qual encontra-se um computador para uso dos membros da associação; atrás desta mesa, uma prateleira na qual encontra-se um aparelho de som, sempre ligado em altura ambiente; à direita e ao lado de um pequeno móvel de arquivo em madeira, encontra-se uma pequena pia onde são colocadas grandes garrafas térmicas com chá, café, leite e água quente, bem como, detergente, esponja e material anti-séptico que servem à higiene do seu espaço físico. Uma porta, à direita e ao fundo, leva ao banheiro de uso exclusivo dos membros da equipe; em frente a este, do outro lado da sala, encontra-se também uma pequena porta que conduz a dois ambientes com propósitos diferentes. Um deles serve como depósito do material pedagógico e do “kit base”, o outro, um pequeno corredor no fundo do qual uma porta dá acesso à rua, serve à localização de dois grandes *containers* no qual são depositados materiais usados que são, por sua vez, recolhidos por funcionários da área de saúde da prefeitura de Paris. À direita de quem entra nesta sede encontra-se uma pequena escada que leva ao subsolo, visível para quem chega. Este ambiente destina-se às reuniões quinzenais com usuários às segundas-feiras, às aulas de informática que acontecem todas as terças e quintas-feiras e às orientações jurídicas, às quartas. Ao fundo desta sala, localiza-se um pequeno espaço, fechado, reservado às sessões de higiene dos pés e das mãos dos usuários de drogas. Neste ambiente encontramos ainda as paredes constantemente cobertas por quadros de artistas locais – usuários ou não de drogas – que ficam em exposição para venda ou contemplação.

Segundo seu coordenador, a maioria dos usuários de drogas desenvolve certas doenças ou feridas nas extremidades de seus corpos devido às precárias condições de higiene em que se encontram, bem como à falta de

orientação de como utilizar o material destinado ao consumo das mesmas. De acordo com ele, é freqüente que estas pessoas tenham as pontas dos seus dedos da mão queimadas ou cortadas pela utilização indevida de isqueiros ou fósforos, assim como de pequenos utensílios cortantes. O contato dos dedos assim feridos com a poeira do chão, onde freqüentemente buscam restos das substâncias psico-ativas, em particular o crack, permite a proliferação de infecções da pele.

Vivendo em sua maioria nas ruas, sob baixas temperaturas, sem roupas ou calçados para trocar, sem lugar apropriado para o asseio físico, não é raro, de acordo com seu depoimento, que vários usuários cheguem ao STEP “com os pés em grande sofrimento: sapatos danificados com o tempo, a umidade após dias com os pés molhados da chuva ou do suor, meias que já não podem mais ser retiradas sem o auxílio de instrumentos hospitalares”. Soma-se a esta condição, a ausência de serviços especializados no atendimento das pessoas com este perfil, o que acaba sendo um dos fatores que contribuem para o estado, segundo ele, “de morbidade e indignidade” no qual os usuários vivem.

Diante desse quadro de “sofrimento” a que ficam submetidos, o coordenador do STEP faz, uma vez por semana, um trabalho de “limpeza dos pés e mãos” dos usuários. Este trabalho consiste em remover dos seus pés e mãos as seqüelas do mau uso dos equipamentos utilizados para o consumo da droga. Em uma pequena sala no andar inferior do prédio do programa STEP, existe uma cadeira inclinada na qual o usuário senta-se, permitindo que, sentado em um pequeno banco, em nível mais baixo, o coordenador faça a limpeza dos pés atingidos. Utilizando-se de material hospitalar – tesoura, pinça, gaze, algodão, água, pomadas e material de curativo – o coordenador faz a higiene e o tratamento das mãos e pés do usuário.

Os membros da EGO destacaram, ao longo das nossas conversas, que um aspecto importante do seu trabalho consiste na socialização dos estagiários e dos membros da equipe que trabalham diretamente com os usuários, numa atitude assertiva e de atenção cuidadosa destinadas aos mesmos. Segundo o que aprendi com o coordenador do programa STEP, quando este me socializava no tipo de atitude que eu deveria observar quando atendesse a um usuário, devem ser evitadas perguntas do gênero “tudo bem com você?”. Isto deve-se ao fato de que é uma pergunta que pode induzir à reação explosiva de algum ressentimento latente ou expressão de dor física sentida pelo usuário. O olhar deveria ser dirigido diretamen-

te ao olhar do usuário, assim como expressões ou palavras de “seja bem-vindo” eram amplamente estimuladas. A orientação de como usar o “kit-base”, o oferecimento de um lanche, e quaisquer outras atenções dispensadas devidas às demandas dos usuários deveriam ser assertivas, sem delongas de modo que todos os usuários pudessem ser prontamente atendidos sem permanecerem em pé por muito tempo ou em fila.

Indagados a respeito das diversas separações físicas que encontrei na Associação, seus membros respondiam que esta organização espacial reflete, de um lado, a regulação das passagens e do tempo que os usuários devem aí permanecer devido à grande circulação de pessoas que devem receber a atenção dos membros da associação. De outro lado, as divisórias de vidro permitem a transparência das interações e negociações que acontecem no interior da EGO. A preocupação em evidenciar um trabalho transparente e democrático pelo espaço físico é ilustrada por um trecho do Relatório de Atividades do ano de 2004 que esclarece este objetivo:

A organização espacial se apóia sobre o princípio da transparência que constitui um meio essencial de negociação e de integração do programa no seu ambiente. O fato de que se possa ver o que se passa no interior do local, através de um grande vidro, permite evitar os fantasmas ou os medos que um tal programa possa suscitar entre os residentes vizinhos (...)(Relatório de Atividades, 2004).

Divisões espaciais, divisões de papéis, divisões de *status*. Van Gennep (1974), em *Os ritos de passagem*, fala sobre espaços de liminaridade, espaços de demarcação de *status*, espaços definidos, espaços de passagem. O deslocamento de um espaço para outro implica uma desagregação e uma constituição dos grupos humanos e dos indivíduos. A experiência da Associação Espoir de la Goutte d’Or, demonstrou que algumas pessoas que hoje fazem parte do quadro da sua equipe, seja como voluntários seja como funcionários/salariés, foram consumidores de substâncias psico-ativas. Ainda que não tenha colhido informações que expliquem esta passagem assim como não seja propósito da EGO desenvolver um trabalho para que usuários de drogas deixem de consumi-las (seu trabalho esta baseado no princípio da redução de risco), a sua organização espacial chamou-me atenção para uma questão. Até que ponto, as fronteiras demarcadas por um jogo de vidros, balcões e divisórias não operam simbolicamente como parte do

discurso de suas interações com os usuários de drogas? A EGO tem todo um trabalho pelo qual, não somente a palavra, mas a observância dos gestos, dos olhares, do tom de voz, do movimento do corpo dos “accueillants” em relação aos usuários, é rigorosamente perseguida no sentido de transmitir uma orientação voltada para os cuidados que estes devem ter com o seu próprio corpo, com a sua saúde e com práticas de respeito e não exclusão ao outro. Sendo assim, penso que estes espaços-divisórios servem também ao propósito de reforçar, como um jogo de espelhos, o caráter pedagógico da mensagem contida dentro desta prática denominada “redução de risco”.

No entanto, podemos pensar também que esta organização espacial marca momentos de passagem para a cidadania. Vale sublinhar que não é permitido consumir drogas nas dependências da associação. É como se, ao entrar na EGO, o usuário saísse da ilegalidade, passando para um outro espaço no qual ele é recebido como cidadão.

Os atores

Como o objetivo da Ego e a sua apresentação pública incluem todas as pessoas que ali chegam, independentemente do gênero, da cor, da nacionalidade, se estão sob efeito ou não de substâncias psicotrópicas, se são residentes do bairro, polícia, pesquisadores, jornalistas, etc., denomino aqui atores todos aqueles que se encontram temporária ou permanentemente na instituição. Ainda que não tenha tido tempo suficiente para desenhar um mapa do perfil de todas as pessoas que de uma forma ou de outra estiveram presentes na Associação, penso que duas categorias de atores são importantes devido ao fato de serem os principais sujeitos em interação no contexto das práticas de redução de risco propostas pela EGO: os membros do quadro daqueles que aí trabalham e os usuários de drogas.

As pessoas que atuam como membros da EGO são classificadas segundo a sua entrada na instituição. Há os “salariés” que fazem parte do quadro da associação, recebendo salário por meio dos projetos nos quais ela está engajada. Há aquelas que são denominadas “bénévoles”, cujo melhor sentido na língua portuguesa pode ser traduzido por “voluntários”, ou seja, desenvolvem o trabalho gratuitamente. Há os “estagiários”, geralmente estudantes ou recém-formados nas áreas da psicologia, pedagogia e serviço social, que não são pagos pela instituição, nela desenvolvendo atividades relacionadas ao seu domínio de escolha e a direção da associação.

Durante os três meses em que freqüentei a EGO pude perceber a presença constante de aproximadamente 20 destas pessoas que trabalham no cotidiano da associação junto ao Centre d'Accueil, à direção e ao STEP. Há o presidente e mais aproximadamente um grupo de 5 pessoas que fazem parte do seu Comitê de Direção. Todos os membros que fazem parte do quadro da Associação são admitidos em acordo com a Lei de 1º de julho de 1901, relativa ao contrato de Associação. As biografias, nacionalidades e motivos que levaram estas pessoas a aderirem a um projeto desta natureza são bastante heterogêneos. Além dos trechos de relatos mencionados acima, gostaria de apresentar a descrição feita pelo coordenador do programa STEP, justificando os motivos que o levaram a integrar a associação EGO. De origem colombiana, mas residente na França há mais de 10 anos, diz ele:

Quando eu era ainda um garoto, perguntei uma vez ao meu pai porque e como, depois de um dia inteiro de trabalho, ele ainda tinha forças e bom grado para receber em casa pessoas que lhe procuravam para contar sobre os seus problemas e as suas angústias. Ele me disse que era porque estas pessoas se encontravam em situações que lhes tiravam a esperança de viver e que qualquer um que batesse à porta de alguém pedindo ajuda deveria ser bem acolhido, pois era uma pessoa que necessitava. Isso que ele me falou ficou marcado na minha vida e é por isso que eu escolhi o trabalho que eu faço (Coordenador do STEP).

Igualmente heterogêneo é o perfil e os motivos que levam os usuários a procurarem o trabalho institucional da EGO, também conforme os relatos mencionados em tópico acima. Com base em relatório das atividades da Associação, publicado em 2004, passo a seguir à descrição dos usuários. No ano de 2003, a EGO atendeu um público formado por um total de 7.962 pessoas. Deste total, 6.402 eram usuários de drogas. No ano de 2004, por sua vez o público atendido totalizou 17.374, dos quais 14.669 eram usuários de drogas. Deste público, 87% constituíam-se por homens e 13% por mulheres, no ano de 2003. No ano de 2004, por sua vez, o público foi representado por 83% de homens e 17% de mulheres, ou seja, um incremento de 4% na participação de mulheres no total de atendimentos.

De acordo com a sua origem cultural – ou nacionalidade – o público atendido em 2004 se caracterizou por 38% de pessoas francesas, 14% originárias da União Européia e 48% vindas de fora da União Européia.

Quanto à situação jurídica, do total do público em 2004, 79% estiveram na prisão ao longo de suas vidas e 63% tinham um problema jurídico em curso. Ainda no mesmo ano, 91% das pessoas que freqüentaram a EGO encontravam-se desempregadas. Quanto à sua situação familiar, estas pessoas se caracterizam da seguinte maneira: 84% das pessoas viviam sós, 49% têm filhos, mas deste total, 99% eram deles separados, 34% raramente ou nunca mantinham relações com suas famílias.

Quanto à proveniência, o público se distribuía conforme se segue: 19% eram provenientes do 18^e arrondissement, 15% provinham de outros arrondissements de Paris, 20% residiam em Banlieues de Paris, 10% provinham do interior, 36% Outros.

Em relação à sua situação habitacional, 22% do público que freqüentou a EGO no ano de 2004 possuíam alojamento pessoal, contrastando com a situação dos 78% restantes que assim se caracterizavam: 21% – não tinham onde morar, 20% – habitavam um “foyer”⁸, 13% – habitavam em *squats*, 12% – habitavam *hôtel au mois*⁹, 11% – residiam provisoriamente com amigos, 7% – habitavam *hôtel d’urgence*¹⁰, 6% – eram acolhidos pelos pais, 10% – não possuíam habitação pessoal.

Quanto ao nível educacional, o público que freqüentou a EGO no ano de 2004, caracteriza-se como a seguir: 35% chegaram à escola, 26% seguiram uma carreira profissional, 18% tinham o *BAC*¹¹ ou nível BAC, 13% completaram estudos de nível superior e 8% não ultrapassaram o nível primário.

Minha intenção ao demonstrar os números que revelam traços da condição de existência dos usuários de drogas que freqüentam a EGO não é estabelecer relações com a conjuntura político-social e econômica francesa, o que foge ao escopo deste trabalho. Tampouco estabelecer quaisquer relações entre esta estrutura e o desempenho interno da Associação. Pretendo, ao contrário, apontar para duas dimensões que parecem estar presentes no universo das práticas em ações ou políticas de redução de riscos voltadas para usuários de drogas. Em primeiro lugar, que o ideal republicano francês, que estabelece “proteções civis” e “proteções sociais” (Castel, 2003) aos indivíduos no contexto de um Estado de direito não parece assegurar, no plano concreto, o *status* de cidadão ao público constituído por este perfil de usuários de drogas.

Em segundo lugar, que, desprovidos de serviços públicos que permitam o sentimento de inclusão social, os usuários costumam queixar-se de ausências e carências. Dessa forma, estou denominando uma situação de “desamparo”, a experiência vivida por estes usuários. Estas carências ou ausências de instrumentos que os abrigue dos riscos sempre presentes na vida em sociedades modernas, como as doenças, a invalidez, o desemprego. No entanto, não lhes faltam somente serviços públicos, mas também laços de relações familiares e de amizade, que permitam a sua identificação em grupos de pertencimento ou de “filiação” (Castel, 2003).

Nesse sentido, parece-me que, não como uma relação de causa e efeito, mas como uma constatação da sua existência, os usuários de drogas que freqüentam a EGO, expressam uma demanda de “acolhimento”, conforme proposto pela Associação.

Considerações finais

A partir da exposição das características e de alguns aspectos das práticas sociais da Associação Espoir de la Goutte d’Or, voltadas para a redução de riscos do uso de drogas, parece que a discussão e as políticas endereçadas ao problema, conforme aponta o que diz Jean-Marc Priez na epígrafe citada, extrapolam fronteiras morais, legais, policiais e grupais. Este tema é muito controverso e alimenta discussões acaloradas e, certamente, deve fazer parte das agendas institucionais que pretendem desenvolver políticas públicas neste âmbito, assim como dos fóruns de debates acadêmicos.

A ampliação do debate, das pesquisas e da elaboração de políticas públicas voltadas para a análise e avaliação destas práticas certamente enriqueceriam a compreensão do problema e dos fatores de dissociação social que levam, conforme atestado por Castel, ao crescente sentimento de insegurança e à busca incessante de mecanismos de proteção nas sociedades modernas.

Inevitavelmente, os grupos para os quais estas práticas se destinam são objetos de discriminação e de medo. Por isso, mais do que nunca, parece inquestionável a necessidade de dar ênfase ao fato de que ninguém, nem mesmo “o excluído”, vive no “fora-social”, e a “descoletivização” é, ela mesma, uma situação “coletiva”, mesmo que estes indivíduos não compartilhem de um pertencimento coletivo profissional ou biográfico. Há grupos diversificados em situação de mobilidade social descendente cuja “comum condição” se degrada. “Eles cons-

tituem um terreno privilegiado sobre o qual se desenvolve o sentimento de insegurança e que é indispensável retomar para dar conta da dimensão coletiva desse sentimento” (Castel, 2002: 48).

Notas

* Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada no Seminário Internacional sobre Segurança Pública e Justiça Criminal, organizado e coordenado pelo Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas da UFF em 2006.

1. Criada em 1995, a Techno + é uma associação que conta com cerca de 200 voluntários que atuam na área de divulgação de informações a respeito do consumo de drogas na Europa, seja em grandes encontros festivos seja através da internet. Seus membros se colocam como militantes que defendem a implantação de políticas de redução de risco.

2. Cécile, in *Alter Ego*, nº 32, primeiro trimestre de 2001.

3. Sobre os dispositivos legais aplicáveis às drogas na França recomendo o site:

<http://membres.lycos.fr/caat/loi/loi.htm>

4. A palavra *squat* é de origem inglesa, que significa em francês “s’accroupir”, ou seja, “acocorar-se”. O *squat* é ao mesmo tempo a ação de ocupar uma propriedade alheia – pública ou privada – e o lugar propriamente ocupado. Os *squatteurs*, ou ocupantes, o fazem por razões econômicas ou políticas.

5. O bairro acolhe várias associações de naturezas diversas, desde associações de caráter cultural e artístico, de alfabetização de adultos àquelas voltadas para inserção social. Este fato nos chamou atenção tanto para a intensidade da vida coletiva que deveria haver nas redondezas como para a problemática, ou problemáticas que ali deveriam ter lugar. Vale ressaltar que quase todas as associações com as quais nos deparamos recebem em seu nome o título Goutte d’Or, o que inicialmente provocou uma certa confusão para encontrar a Associação que eu buscava.

6. O titre de séjour é o documento exigido pelas autoridades francesas para estrangeiros com mais de 18 anos de idade que, preenchendo exigências legais, pretendem permanecer por mais de três meses em território francês.

7. Algumas pessoas entrevistadas por mim – membros fixos ou bénevoles, assim como usuários atendidos pela EGO – expõem seus relatos de vida publicamente. Outras, no entanto, preferem preservar seus nomes anonimamente. Outras ainda preferiram não relatar para mim, embora suas trajetórias sejam de conhecimento de todos na EGO. Por esta razão, mencionarei neste artigo somente trechos de relatos de vida daqueles que não opuseram nenhuma restrição à citação dos mesmos, preservando, contudo, o anonimato dos seus nomes.

8. Espaço coletivo para passar a noite.

9. Corresponde aproximadamente ao que, no Brasil, chamaríamos de pensão barata, onde a pessoa pode alugar um quarto por um período de um mês. No caso da França, o aluguel pode ser pago por uma ONG ou pelo próprio usuário.

10. Esta residência aproxima-se também, no Brasil, de uma pensão barata que aluga um quarto por um período de um dia ou até uma semana. O aluguel pode, igualmente ao “hôtel au mois”, ser pago por uma ONG ou pelo próprio usuário.

11. Baccalauréat é um título que os estudantes franceses recebem após terminar a formação escolar – Terminale – correspondente ao ensino médio no Brasil. Este título permite aos estudantes ingressarem em uma universidade, de acordo com uma especialidade – Letras, Economia, Ciências, etc.

Referências bibliográficas

- Association Espoir de la Goutte d'Or - *Rapport d'Activité*, 2004.
- BAILLEAU, Francis e FAGET, Jacques. *Les "experts" municipaux de la sécurité*. Origine, place et rôle dans la production locale de sécurité, rapport final. Institut des Hautes Etudes sur la Sécurité Intérieure, GRASS, Mai, 2004.
- BARRÉ, Marie Danièle e GODEFROY, Thierry. Le consommateur de produits illicites saisi par la police. In: *Questions Pénales, Bulletin d'information* – CESDIP, XIII.1, Janvier 2000.
- CASTEL, Robert. *L'insécurité sociale: Qu'est-ce qu'être protégé?* Editions La République des idées. Paris: Seuil, 2003.
- GENNEP, Arnold van. *Os ritos de passagem*. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.
- HABERMAS, Jürgen. *L'espace public: Archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise*. Critique de la Politique. Paris: Éditions Payot, 1993.
- ION, Jack. *La fin des militants?* Collection Enjeux de société. Paris: Editions de l'Atelier, 1997.
- MERCKLÉ, Pierre. *Sociologie des réseaux sociaux*. Paris: Éditions La Découverte e Syros, 2004.
- MISSE, Michel. *Malandros, marginais e vagabundos: a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado, IUPERJ, RJ, 1999.
- _____. *Crime e violência no Brasil contemporâneo*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2006.

Webgrafia

- Association Française pour la Réduction des Risques:
<http://www.a-f-r.org/rnrr/accueil.php>
- Lei francesa das associações:
<http://perso.orange.fr/association.1901/HTLM/droit>
- Lei francesa sobre drogas:
<http://membres.lycos.fr/caat/loi/loi.htm>

Resumo

Este artigo trata de uma reflexão sobre as práticas de redução de risco do uso de drogas adotadas pelos membros da Association Espoir de la Goutte D'Or localizada no norte de Paris. O trabalho desenvolvido por esta associação parece apontar para a necessidade de se incluir duas questões nas agendas institucionais de políticas públicas. De um lado, o questionamento que estas práticas impõem ao ideal de uma sociedade que se representa como republicana. De outro, a demanda de *acolhimento* por parte dos usuários de drogas.

Palavras-chave

Associativismo; Redução de risco; Uso de drogas.

Abstract

The experience of the Association Espoir de la Goutte D'Or in Paris is unique in reducing risk among drug users. Based on policies focusing on equality and non prejudice principles, its practice seems to put forward two main questions which should constitute the agenda of institutional public policies. Firstly, it raises the issue of the republican ideal of a society such as in France and others from similar tradition. Secondly, the demand of *accueil* among drug users.

Key-words

Associativism; Risk reduction; Drug use.

A questão da verdade e sua aplicação no jornalismo

Paulo Henrique Andrade

Quando Raul Seixas gravou *Cowboy fora-da-lei*, em 1987, a idéia de que a imprensa produz ou pode produzir mentiras ainda era vista de forma alternativa no imaginário popular. “Eu não preciso ler jornais, mentir sozinho eu sou capaz”, dizia um trecho da música. Nos últimos anos, porém, com a popularização de formas alternativas de comunicação, em especial da internet, há sinais de um crescente descrédito da população na veracidade das notícias apresentadas pelos grandes meios de comunicação.

Não havia, afinal, armas de destruição em massa no Iraque, apesar de tudo o que foi dito pelo governo norte-americano como justificativa para a invasão. Era tudo mentira, e a imprensa não questionou este ponto, aceitando passivamente a versão oficial. Para o jornalista francês Ignácio Ramonet, diretor do jornal *Le Monde Diplomatique* e da ONG *Media Watch International*, estamos numa era que chama de “insegurança informativa”. Ele explica que: “A imprensa e seus profissionais, grandes lutadores da democracia em momentos de repressão e ditadura, passaram a ser eles próprios os grandes violadores desta democracia, em nome da mercantilização e ‘mercenarização’ da informação”.¹

A antiga liberdade do jornalista de resguardar o anonimato de sua fonte, um dos pilares da democracia e da luta contra a ditadura, pode estar sendo virada ao avesso, com casos como o do repórter Jason Blair, que confessadamente inventou notícias para o jornal New York Times, que foram publicadas. Em paralelo, novas formas para a verificabilidade direta da informação são desenvolvidas pelo próprio público – as fontes fornecidas pelo leitor-editor na Wikipédia, por exemplo, podem ser checadas diretamente com o produtor da informação, e há ainda os blogs, os fóruns de discussão, as listas de e-mail, tudo isso em tempo real, sem a mediação ou a filtragem da imprensa.

Como saber então se o que diz o jornal é verdade? E afinal, o que é a verdade?

Indagamos, como ponto de partida, as seguintes questões: a) até que ponto as notícias refletem a verdade em relação aos fatos noticiados?; b) De que forma fatores externos podem alterar a verdade dos fatos noticiados?

Os diferentes conceitos de verdade

O primeiro passo para compreender como a notícia se relaciona com a idéia de verdade, é investigar o que significa, exatamente, esta palavra.

Ao longo da história e em diferentes campos do conhecimento, diversos conceitos de “verdade” se desenvolveram. Nos campos da filosofia, do direito, da religião, das ciências naturais, da matemática, da psicologia, enfim, foram surgindo noções afeitas à questão da verdade.

Na filosofia, a concepção mais antiga e conhecida é a de verdade como “correspondência”. Platão define o que seria o discurso verdadeiro na obra *Cratilo*, parágrafo 385b: “Verdadeiro é o discurso que diz como as coisas são; falso é o que diz como elas não são”.^{2 3} Aristóteles enunciou que a verdade estaria no pensamento ou na linguagem, e não no ser ou na coisa. Em acréscimo, estabeleceu o conceito de “medida da verdade”, expresso pela verificação da verdade, e que “estaria presente no ser, na ação, e não no pensamento ou no discurso produzidos sobre eles”.⁴

No idioma latino, a palavra *veritas*, ou verdade, veracidade, se referia à verdade histórica, a um tempo que precede o momento de sua enunciação, e se subordinava à possibilidade de uma verificação da história vivida, do fato relatado. Os idealistas vêem a verdade em função da coerência do enunciado, isto é, se há concordância do pensamento consigo mesmo, ou ausência de contradição. Para Heidegger, as verdades – no plural – são respostas que o homem dá ao mundo. Para Michel Foucault, o significado de verdade expressaria a visão de certa época, cada qual com sua verdade e seu discurso. E finalmente, para Nietzsche, não existe uma verdade real, e o que devemos buscar é uma verdade utilitária, que se subordina de forma pragmática ao que fazemos com ela.⁵

Iluska Coutinho, jornalista e professora de Jornalismo na Universidade Federal de Juiz de Fora (MG), assim resumiu as definições de verdade:

O conceito de verdade estaria ligado a cinco variáveis ou pressupostos que condicionam as relações intrínsecas à sua própria compreensão. Assim, a verdade pode ser vista como: 1) correspondência ou concordância; 2) revelação ou eficácia; 3) conformidade a uma regra ou verificabilidade; 4) coerência; e 5) utilidade ou propriedade física.

Além da filosofia, também em outras áreas do conhecimento, há parâmetros na busca da verdade. Na Bíblia cristã, segundo o Evangelho de São João, Jesus teria dito: “Eu sou o Caminho, a Verdade e a Vida” (Jo:14,6)⁶; e ainda “Vocês conhecerão a Verdade, e a Verdade vos libertará” (Jo:8,32).⁷

Na área do direito, a verdade num processo judicial costuma ser descrita como aquela que provém da prova dos autos e está associada ao convencimento do juiz ou dos jurados. Na maioria dos países, quem mente deliberadamente em Juízo comete o crime de perjúrio ou falso testemunho⁸, inclusive no Brasil (art. 342 do Código Penal)⁹.

Na área das ciências naturais, a chamada verdade científica mostra o conhecimento científico majoritário sobre certo assunto em certa época, e está em constante mutação diante da evolução da ciência,

com novas descobertas, teorias ou mudanças de paradigmas. O *dicionário céptico* (*The Skeptic's Dictionary*), de Robert Todd Carroll, entretanto, afirma que não existe verdade científica.¹⁰ Carroll afirma que: “A ciência não assume saber a verdade sobre o mundo empírico *a priori*. Ela assume que deve descobrir seu conhecimento. Aqueles que afirmam saber a verdade empírica *a priori* não podem estar falando sobre conhecimento científico”.

Segundo o dicionário, na busca da verdade devemos evitar o uso do pensamento seletivo¹¹, pelo qual selecionamos os dados favoráveis a uma hipótese, e descartamos os desfavoráveis, assim como devemos tentar controlar nossa tendência e predisposição em desviar os fatos para confirmar as nossas próprias crenças ou preconceitos¹²:

Esta tendência dá mais atenção e peso a dados que suportem os nossos preconceitos e crenças do que aos dados científicos. Se as nossas crenças estão firmemente estabelecidas sobre bases sólidas e experiências confirmatórias, esta tendência não é grave. Se nos tornamos cegos a provas que refutam uma hipótese, atravessamos a linha entre o razoável e a mente fechada.

A relação da verdade com o poder

A verdade dos fatos publicados ou noticiados pode ser, também, uma questão de poder. Para o sociólogo Pedrinho Guareschi, a própria noção de comunicação está intimamente relacionada à de poder: “Quem detém a comunicação detém o poder. Se é a comunicação que constrói a realidade, quem detém a construção dessa realidade, detém também o poder sobre a existência das coisas, sobre a difusão das idéias, sobre a criação da opinião pública”.¹³

O filósofo francês Michel Foucault, por sua vez, considera a verdade como uma forma de poder. Para ele, a verdade existe dentro do poder:

O importante, creio, é que a verdade não existe fora do poder ou sem poder. (...) A “verdade” é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; (...) é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas “ideológicas”).¹⁴

Foucault entende que o problema político essencial que se coloca para o intelectual não é mudar a “consciência” das pessoas, mas sim o regime político, econômico e institucional de produção da verdade.¹⁵

Quando Galileu Galilei, por exemplo, publicou, em 1610, o livro *Mensageiro celeste*, demonstrando em linguagem coloquial que a Terra não era o centro do universo – uma verdade inaceitável para o pensamento religioso da época – a Igreja determinou que o livro contrariava as Escrituras Sagradas. Por mais de 20 anos, Galileu foi perseguido pela Inquisição e, em suas obras seguintes, passou a usar a linguagem matemática, inacessível ao clero e à maioria das pessoas.¹⁶

Por sua vez, quando Napoleão Bonaparte fugiu do exílio forçado na Ilha de Elba, em março de 1815, em sua campanha para reconquistar o trono da França, derrotando as tropas imperiais da época, o jornal *Le Moniteur*, de Paris, foi alterando as suas manchetes sobre Napoleão de acordo com a conveniência da guerra, na medida em que Bonaparte avançava rumo à capital. No primeiro dia, *A besta fugiu da jaula*, depois *O bandido corsa desembarcou na França*, passando na seqüência por *O usurpador é perseguido por forças leais* (subtítulo: *Oficiais fazem votos de trazer o usurpador de volta numa gaiola*); em seguida, *Tropas imperiais tomam Lille*, depois *Napoleão marcha a Paris*, a seguir *O Imperador em Versailles*, e finalmente *Sua Majestade Imperial chega hoje a Paris*.^{17 18}

Diz um ditado popular que “a história é contada pelos vencedores”. Sob a ditadura soviética de Stálin, por exemplo, não somente fotografias e verbetes de enciclopédia eram manipulados conforme a conveniência do momento, mas também o noticiário local. O escritor Armand Robin assim descreveu a mídia stalinista:

A noção de informação é tão estrangeira às rádios comunistas que é até incorreto dizer, como se faz habitualmente, que essas rádios mentem. Isso se torna imediatamente inteligível, se aceitamos examinar até às últimas consequências o princípio segundo o qual o objetivo da fala não é dar conta da realidade, mas mudá-la, alterá-la, no sentido mais extremo da expressão.¹⁹

Na visão do jornalista Perseu Abramo, engajado com a esquerda²⁰, a situação não é muito diferente nas democracias ocidentais. Para ele, longe de meramente retratar uma realidade, os órgãos de mídia, de forma consciente ou inconsciente, por razões políticas ou comerciais, criam e recriam uma outra realidade, diferente da original. Segundo Abramo²¹, “o leitor é induzido a ver o mundo não como ele é, mas sim como querem que ele o veja”, e esta indução ocorreria com motivação política ou ideológica: “O público só percebe a contradição quando se trata da infinitesimal parcela de realidade da qual ele é protagonista, testemunha ou agente direto, e que, portanto, conhece.”²²

A relação da verdade com as técnicas de propaganda

Outro ponto importante para a compreensão da questão da verdade na mídia é a possível utilização de técnicas de propaganda pelos meios de comunicação, que poderiam em tese distorcer a realidade dos fatos até níveis inimagináveis.

Uma célebre frase atribuída a Abraham Lincoln, ex-presidente dos EUA, afirma que: “Você pode enganar todas as pessoas por algum tempo; você até pode enganar algumas pessoas por todo o tempo; mas você não pode enganar todas as pessoas por todo o tempo”.^{23 24}

Outra frase, também muito famosa, comumente atribuída a Joseph Goebbels, Ministro da Propaganda de Adolf Hitler, diz que “Se você contar uma mentira grande o bastante, e repeti-la diversas vezes, as pessoas irão finalmente acreditar nela”.^{25 26}

Um relatório sobre o perfil psicológico de Hitler²⁷, elaborado durante a Segunda Guerra Mundial pelo OSS (*Office of Strategic Services*) americano, precursor da CIA, sugere que a frase pode ter origem no próprio ditador nazista. Diz o relatório que:

Suas regras primárias eram: nunca permita que o público se acalme; nunca admita uma falta ou erro; nunca concorde que pode haver algo de bom no seu inimigo; nunca deixe espaço para alternativas; nunca aceite a culpa; concentre-se em um inimigo de cada vez e culpe-o por tudo o que der errado; as pessoas acreditarão numa grande mentira mais depressa do que numa pequena; e se você repeti-la o suficiente, as pessoas cedo ou tarde acreditarão nela.²⁸

Assim, o uso de técnicas de propaganda, pelos meios de comunicação de massa, com a finalidade ideológica de manipular a opinião pública, ou de ganhar corações e mentes, é muitas vezes associado a ditaduras, como a de Hitler. O documentário *O triunfo da vontade* (1934), por exemplo, da cineasta Leni Riefenstahl, contratada por Hitler, é considerado por alguns críticos como uma obra-prima da propaganda nazista, e é referência na história dos documentários.^{29 30}

Segundo o historiador britânico e professor de história Chris Trueman³¹, que estudou a Alemanha nazista, “A propaganda é a arte da persuasão – persuadir os outros de que o seu ‘lado da estória’ está correto”.³² Talvez não por acaso, o título oficial do ministério de Goebbels era o de “Ministério da Propaganda e Iluminação Nacional”.³³

Foi justamente mostrando a foto de Hitler que uma propaganda de 1988, do jornal *Folha de S. Paulo*, criada pelo premiado publicitário Washington Olivetto, foi eleita uma das 100 melhores peças publicitárias de todos os tempos.³⁴ A propaganda fornece apenas informações positivas – porém verdadeiras – sobre a vida de Adolf Hitler, e quando mostra seu rosto, termina com o seguinte alerta: “É possível contar um monte de mentiras dizendo só a verdade. Por isso, é preciso tomar muito cuidado com a informação e o jornal que você recebe. *Folha de S. Paulo*, o jornal que mais se compra, e nunca se vende”.³⁵

A Escola de Frankfurt e a massificação de idéias selecionadas

A possibilidade do uso de tais técnicas de propaganda nas ditas democracias, pelos meios de comunicação de massa, massificando conceitos, manipulando as consciências e selecionando “verdades”, dá o que pensar e tem gerado estudos e reflexões.

A Escola de Frankfurt, por exemplo, uma das mais influentes correntes de pensamento na área de comunicação no século XX, que congregou pensadores alemães dissidentes do nazismo, como Theodor Adorno, Max Horkheimer, Walter Benjamin, Herbert Marcuse e Jürgen Habermas, produziu farta literatura a respeito.

Adorno e Horkheimer, na obra *A dialética do esclarecimento* (1947), sustentaram que “a onipotência do sistema capitalista, reificado no mito da modernidade, estaria deturpando as consciências individuais, narcotizando a sua realidade e assimilando os indivíduos ao sistema estabelecido”.³⁶ As idéias da Escola de Frankfurt são geralmente vistas como de inspiração marxista. Entretanto, para a estudiosa Marianna Waltz, “os intelectuais de Frankfurt possuíam base marxista, mas sua teoria se constituía em oposição ao marxismo oficial e dogmático da antiga União Soviética”.³⁷

De acordo com os pensadores frankfurtianos, a indústria cultural – aí incluindo os meios de comunicação de massa, a imprensa escrita, o cinema, a música, a TV, etc. – desempenharia de forma sutil a função de controlar a vontade e a atitude dos indivíduos, agora consumidores. Marianna Waltz completa:

A diversão através dos bens culturais modernos é acrítica e mina a vontade de questionamento, enquanto a repressão é indireta e gerada pelas próprias instituições e grupos sociais. Não há regras formais de comportamento, mas os modos de agir e consumir dos indivíduos são impostos pelo seu “meio-ambiente”: amigos, parentes, trabalho, clube, entre outros. Os meios de comunicação, por sua vez, indicam a todos os padrões aceitáveis de família, relacionamentos, vestuário, lazer. As necessidades materiais dos consumidores também são manipuladas. Cada vez surgem novos produtos que, ao nascerem, já se tornam indispensáveis para a continuação da vida moderna.³⁸

Assim, dentro desta concepção da Escola de Frankfurt, a indústria cultural, seja na área do jornalismo ou do entretenimento, produziria pessoas massificadas, comportamentos homogeneizados, e a assimilação dos indivíduos pelo sistema, o que seria “um fenômeno totalitário que se dá pela narcotização das consciências”, e “que alcança todos os setores da vida social”.³⁹

A relação da verdade com a hipocrisia e com a vontade da maioria

Para Sigmund Freud, considerado o pai da psicanálise, alguma dose de hipocrisia pode ser necessária à própria civilização: “Existem infinitamente mais homens que aceitam a civilização como hipócritas do que homens verdadeiramente e realmente civilizados, e é lícito até perguntarmo-nos se um certo grau de hipocrisia não será necessário à manutenção e à conservação da civilização”.⁴⁰

Algumas vezes, a questão da verdade – incluindo sua divulgação pela mídia – é colocada como um contraponto à hipocrisia da sociedade, podendo mesmo chegar a desafiar a vontade da maioria das pessoas.

Na peça *O inimigo do povo*, escrita em 1882 pelo dramaturgo norueguês Henrik Ibsen, que havia sido jornalista em sua juventude^{41 42}, a felicidade de todos numa pequena cidade é mantida graças à mentira em torno da suposta qualidade da água no local. As fontes termiais dão ao lugarejo os lucros do turismo, e como a água está contaminada os únicos prejudicados são os forasteiros. A mentira é mantida pelos poderosos com o apoio do jornal local, *O mensageiro do povo*, e o médico Stockmann, o único a se rebelar contra a situação, é banido pela população enfurecida quando desmascara a mentira em público.

Segundo a crítica Emma Goldman, a moral da estória é ácida: “Thomas Stockmann faz a descoberta, em sua batalha contra a ignorância, a estupidez e os interesses vestais, que ‘os mais perigosos inimigos da verdade e da liberdade em nosso meio são a maioria compacta, a maldita maioria liberal compacta’”.⁴³

O pensador francês Alexis de Tocqueville (1805-1859), precursor de Ibsen e autor do clássico *A democracia na América* (1835), já havia abordado duramente a questão, e se preocupava com a possibilidade de a democracia vir a ser uma tirania:

Tocqueville vê no desenvolvimento democrático dos povos dois grandes perigos possíveis de acontecer: o primeiro seria o aparecimento de uma sociedade de massa, permitindo que se realizasse uma Tirania da Maioria; o segundo seria o surgimento de um Estado autoritário-despótico. No primeiro caso, o seu temor é que a cultura igualitária de uma maioria destrua as possibilidades de manifestação de minorias ou mesmo de indivíduos diferenciados. O desenvolvimento, portanto, de uma sociedade onde hábitos, valores etc., fossem de tal forma definidos por uma maioria que quaisquer atividades ou manifestação de idéias que escapassem ao que a massa da população acreditasse ser a normalidade, seriam impedidas de se realizar. É o que ele define, da mesma forma que Edmund Burke, como a Tirania da Maioria.⁴⁴

Tocqueville alertou ainda que “é a opinião pública que forma a maioria”, mas reconheceu que é preferível a injustiça praticada pela maioria do que o despotismo de um só.⁴⁵

O papel da mídia e os Códigos de Ética

O Código de Ética da Sociedade Americana de Editores de Jornais (*American Society of Newspapers Editors - ASNE*), datado de 1922, explica qual deveria ser, em tese, a função da mídia impressa no planeta Terra:

A função primária dos jornais é comunicar à raça humana o que seus membros fazem, sentem e pensam. O jornalismo, portanto, exige de seus praticantes o mais amplo alcance de inteligência, de conhecimento e de experiência, assim como poderes naturais e treinados de observação e raciocínio.⁴⁶

O Código de Ética do Jornalismo Brasileiro, aprovado em 1985 pela Fenaj – Federação Nacional dos Jornalistas⁴⁷, e atualizado em agosto de 2007 no Congresso Extraordinário de Jornalistas realizado em Vitória (ES)⁴⁸, ressalta o compromisso do jornalista com a verdade no relato dos fatos (art. 4º), bem como o compromisso com a veracidade dos fatos apurados e divulgados (art. 2º, II).

Diz o artigo 4º que “O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, razão pela qual ele deve pautar seu trabalho pela precisa apuração e pela sua correta divulgação”.

Além disso, entre outros pontos, o texto aprovado coloca a divulgação da informação precisa e correta como um *dever* dos meios de comunicação (art. 2º, I), ao mesmo tempo em que enquadra a obstrução à livre divulgação da informação, a aplicação da censura ou a indução à autocensura, como delitos contra a sociedade, que devem ser denunciados à respectiva Comissão de Ética profissional.

O jornalista Tales Faria, então diretor de redação da revista IstoÉ em Brasília, ao analisar a finalidade do Jornalismo, contrapõe o interesse público aos interesses dominantes e valores vigentes na sociedade. Ele questiona: para quem, afinal, a investigação jornalística é feita – para o cidadão-leitor, ou para a manutenção do *status quo*?⁴⁹ Leandro Fortes complementa o raciocínio de Tales defendendo a democratização da informação, mas acredita que mudar o *status quo* é uma utopia:

Utopias à parte, a função idealizada do jornalismo é exatamente a de democratizar as informações a partir de uma decodificação isenta de seus significados, liberta de preconceitos e pressões, embora a vida real teime em impor todo tipo de obstáculo ao conjunto de procedimentos desta atividade.⁵⁰

Verdade, veracidade e a disciplina de verificabilidade

Como saber se o que uma fonte diz é verdade, ou se a notícia é mesmo verdadeira? Os fatos podem ser verificados pelo jornalista? E pelo público? Até que ponto uma frase da matéria reflete algo que o jornalista presumiu ou concluiu como verdade, sem checar? Essas são algumas das questões que nos propomos a examinar agora.

Os jornalistas norte-americanos Bill Kovach, diretor do Comitê dos Jornalistas Preocupados (*Committee of Concerned Journalists*⁵¹), e Tom Rosenstiel, que escreveram *Os elementos do jornalismo*, se debruçaram sobre algumas delas. Segundo os autores, a imprensa moderna, influenciada pelo nascimento da teoria democrática, passou a se preo-

cupar com a questão da verdade: “A promessa de veracidade e precisão logo se tornou uma parte poderosa até mesmo das primeiras tentativas de marketing do jornalismo”.⁵²

Em 1913, Joseph Pulitzer criou para o seu jornal New York World um setor chamado “Bureau de Precisão e Equidade”⁵³. Mas para Kovach e Rosenstiel, a verdade buscada pelo jornalista é muito mais do que a simples precisão das informações. Seria o que ele prefere chamar de “verdade funcional”:

Uma vez verificados os fatos, os repórteres tentam armar um relato equilibrado e confiável desses mesmos fatos, válido por agora, mas sujeito a uma investigação posterior. (...) Os princípios do *Washington Post* delineados em 1933 por seu fundador, Eugene Mayer, descrevem esse relato da verdade “como o mais próximo possível que possa ser atingido”.^{54 55}

Os autores acrescentam que “obter a informação mais próxima da versão completa da verdade tem conseqüências reais”.⁵⁶ Eles ressaltam que apenas a precisão de fatos, por si só, pode levar à distorção da verdade, como quando matérias realçam determinada raça minoritária em reportagens fora do contexto, reforçando estereótipos.⁵⁷

O jornalista Walter Lippmann, em seu clássico livro *Public Opinion*, de 1922, afirmou que “notícias e verdade não são a mesma coisa... A função das notícias é sinalizar um fato. A função da verdade é trazer à luz os fatos ocultos, estabelecer uma relação entre eles e montar um quadro da realidade sobre o qual os homens possam agir.”⁵⁸

Lippmann defendia que os jornalistas precisavam adquirir o “espírito científico”, e que o estudo do Jornalismo devia incluir como foco central o estudo da prova e da verificação: “Justamente porque as notícias são complexas e escorregadias, a boa reportagem exige o exercício das mais altas virtudes científicas”.⁵⁹

Mesmo sem existir um padrão definido para o levantamento de provas, como no direito, ou um método de observação, como nas experiências científicas, alguns jornalistas desenvolvem métodos próprios. Um deles é a técnica da “edição cética”, ou “edição processualista”, utilizada pela jornalista Sandra Rowe, editora do *Oregonian*:

O método consiste em julgar uma matéria linha por linha, declaração por declaração, editando as afirmações e os fatos. Como sabemos isso? Por que deveria o leitor acreditar nisso? O que significa a suposição por trás de uma sentença? Se uma matéria diz que certo fato pode levantar dúvidas na cabeça das pessoas, quem insinuou isso? O repórter? Uma fonte? Um cidadão?.⁶⁰

O objetivo da edição cética seria remover os erros inconscientes inseridos pelo repórter na narrativa, porque este presumiu ou acreditou que algo seria verdadeiro, criando assim uma atmosfera na redação onde todos pudessem questionar uma matéria sem questionar a integridade do jornalista.⁶¹

O filósofo e matemático britânico Karl Popper (1902-1994) ressalva que a simples verificabilidade de fatos singulares não é suficiente para a presunção ou a extrapolação de conclusões precipitadas:

Não é nada óbvio que se justifique inferir assertivas universais a partir de assertivas singulares. (...) Qualquer conclusão tirada desse modo sempre pode se revelar falsa: por mais numerosos que sejam os casos de cisnes brancos que possamos ter observado, isso não justifica a conclusão de que *todos* os cisnes são brancos.⁶² (grifo no original)

Os autores Bill Kovach e Tom Rosenstiel, por sua vez, fazem outra ressalva importante, afirmando que a imparcialidade não pode substituir a verificação dos fatos:

A voz imparcial utilizada por muitas empresas jornalísticas, aquele familiar, supostamente neutro, estilo de redação das notícias, não é um princípio fundamental do jornalismo. (...) Essa voz neutra, sem uma disciplina de verificação, cria um verniz que esconde alguma coisa turva. Os jornalistas que selecionam as fontes para expressar o que na verdade é seu próprio ponto de vista, e depois usam a voz neutra para que tudo pareça bem objetivo, estão trapaceando.⁶³

O Princípio de Verificabilidade da Wikipédia: a verificação pelo leitor

O advento da enciclopédia virtual Wikipédia, onde todos podem editar os artigos, trouxe um elemento novo para a verificabilidade jornalística, principalmente em assuntos científicos ou polêmicos, onde a verdade esteja sendo posta em xeque – trata-se da possibilidade de o próprio leitor verificar diretamente a informação.

Embora seja livre, a enciclopédia foi concebida desde a origem em cima de normas similares a uma cláusula pétrea constitucional, isto é, regras que não podem ser mudadas. Uma destas regras é o chamado Princípio de Verificabilidade⁶⁴, segundo o qual, no caso de uma “guerra de edições” entre versões conflitantes da realidade, colocadas por diferentes usuários, ganhará a questão quem apresentar diretamente a fonte primária da informação, preferencialmente com *links* que corroborem a informação com credibilidade.⁶⁵

Desta forma, um artigo sobre o aborto, por exemplo, pode trazer *links* diretamente para a página do IBGE que mostra o resultado de uma pesquisa, ou para uma página do Ministério da Saúde ou da OMS contendo um relatório sobre o assunto. Dependendo das fontes fornecidas para a informação, um verbete pode ter mais credibilidade do que uma notícia de jornal, que muitas vezes reproduz a mentira dita por uma fonte. É uma forma também de aprofundar debates sobre quaisquer assuntos com dados concretos ou oficiais, que qualquer pessoa poderá verificar por si mesma.

Pudemos observar que esse grau de excelência ainda está longe de ser alcançado pela Wikipédia de língua portuguesa, cujos artigos em grande parte carecem de fontes, mas, em contrapartida, na Wikipédia em língua inglesa⁶⁶, por exemplo, que possui uma quantidade bem maior de usuários e de artigos, há um imenso número de verbetes com *links* para fontes confiáveis e verificáveis pelo próprio leitor.⁶⁷

Linguagem, exatidão e verdade

Além de todos esses fatores, talvez o mais sutil, no comprometimento da verdade no jornalismo, seja o uso da linguagem, porque esta cria um caldo de cultura no inconsciente das pessoas, muitas vezes de forma despercebida.

Para Ingedore Koch, autor de *Argumentação e linguagem*, seu uso não é “neutro”, é decididamente intencional. Na visão de Koch, a atividade de interpretação da linguagem cotidiana pressupõe que “quem fala tem certas intenções”⁶⁸. Adilson Citelli, mestre em Letras e professor da USP, autor de *Linguagem e persuasão*, complementa: “Os recursos retóricos (...) não seriam meros recursos ‘formais’, jogos visando a ‘embelezar’ a frase; ao contrário, o modo de dispor o signo, a escolha de um ou outro recurso lingüístico, revelaria múltiplos comprometimentos de cunho ideológico”.⁶⁹

Na concepção do lingüista Ferdinand de Saussure, a língua é considerada como um fato social⁷⁰, usando a definição criada pelo sociólogo Émile Durkheim⁷¹, já que ela é exterior ao indivíduo (pensada como “representação coletiva”), é extensiva a um grupo e tem um poder de coerção sobre este indivíduo.

Já o sociólogo Adriano Duarte Rodrigues, em *As dimensões da pragmática na comunicação*⁷², observa que, se de um lado a linguagem, em sua dimensão referencial, associa palavras às coisas como etiquetas, e em sua dimensão simbólica, não se limita a designar um mundo preexistente, mas constrói também sentidos para este mundo, de outro lado na concepção pragmática a pluralidade de significados para uma mesma palavra resulta de um confronto de linguagens, de uma luta de poder entre grupos, que ganham prevalência em determinada época.

Neste sentido, o filósofo alemão Martin Heidegger afirmou, certa vez, que “uma grande batalha se trava no terreno da linguagem”.⁷³ Já o filósofo Ludwig Wittgenstein, austríaco naturalizado britânico, em sua obra *Investigações filosóficas*, publicada originalmente em 1953, diz que a filosofia combate o “embruxamento do intelecto pelos meios de nossa linguagem”^{74 75}, e afirma que “vemos uma rede complicada de semelhanças que se cruzam e se sobrepõe umas às outras; semelhanças de conjunto e de pormenor”^{76 77}. Como exemplo, indaga a diferença entre uma vila e uma cidade: “Com quantas casas e ruas que uma cidade começa a ser cidade?”. Conclui que o significado das palavras não depende daquilo a que se referem, mas de como são usadas.

A possibilidade de manipulação de linguagem

A utilização das palavras pode ser feita de forma ética ou não. Algumas obras de ficção tratam da possibilidade de uma manipulação proposital da linguagem. Na sociedade totalitária imaginada por George Orwell no clássico *1984*, por exemplo, uma palavra pode ter dois significados contraditórios, conforme se aplicar a amigos ou inimigos:

A palavra-chave aqui é *pretobranco*. Como tantas palavras da Novalíngua, esta palavra tem dois significados mutuamente contraditórios. Aplicada a um oponente, significa o hábito de afirmar sem pudor que preto é branco, em contradição aos fatos plenos. Aplicada a um membro do Partido, significa uma disposição leal de dizer que preto é branco quando a disciplina do Partido exige isso. (...). Isso exige uma contínua alteração do passado, tornada possível pelo sistema de pensamento que abarca todo o resto, conhecido em Novalíngua como *duplopensar* [no original, *doublethink*].⁷⁸

Do mesmo modo, em *Alphaville*, do cineasta francês Jean-Luc Godard, ambientado numa ditadura futurista, palavras como “consciência” são suprimidas do dicionário: “Todos os dias palavras desaparecem, porque são proibidas. Então, elas são substituídas por outras que, mesmo não forçadamente, correspondam a novas idéias”.⁷⁹

Entre aqueles que defendem a ética na mídia, inclusive a exatidão de linguagem, destacamos o posicionamento do Vaticano a esse respeito. Segundo o documento *Ética nas Comunicações Sociais*⁸⁰, editado pelo Pontifício Conselho para as Comunicações Sociais, as comunicações sociais podem ser usadas para o bem ou para o mal: “Os *mass media* nada fazem por si mesmos; eles são instrumentos, ferramentas que as pessoas utilizam como preferem” (itens I, 1, e I, 4, § 2º).

A Igreja critica o uso político da mídia, para a demagogia e o engano, “deturpando e suprimindo a verdade mediante a propaganda e a manipulação” (III, 15). O documento alerta que “em vez de explicar questões complexas de modo cuidadoso e verdadeiro, os noticiários evitam-nas ou então simplificam-nas demasiadamente” (III, 16, 2º §).

Outro documento, *Ética na Internet – Igreja e Internet*, de 2002⁸¹, destaca a importância do cuidado com a exatidão e a relevância das informações divulgadas (III, 13, § 3º). O texto alerta para o impacto do diálogo intercultural sobre as culturas mais frágeis: “Esse caminho [das trocas culturais] deve ser bilateral. As culturas têm muito a aprender umas com as outras. Impor a visão, os valores e até mesmo a linguagem mundial de determinada cultura sobre as outras não significa diálogo, mas imperialismo cultural” (item 11, § 2º).

Problemas de linguagem

Analisamos a seguir alguns exemplos de possíveis problemas gerados pela linguagem nos meios de comunicação, bem como sua influência na questão da verdade.

A verdade como referencial – Malvinas ou Falklands?

Em abril de 1982, quando tropas argentinas invadiram ilhas do Atlântico Sul que reivindicavam como suas, as manchetes de O Globo, do Rio de Janeiro, as designavam por seu nome argentino – Malvinas – enquanto na mesma época as manchetes do periódico concorrente Jornal do Brasil, da mesma cidade, preferiam o termo britânico Falklands. Um pedestre desavisado que passasse numa rua do Rio de Janeiro, e lesse apenas as manchetes de longe, na banca, poderia pensar que se tratavam de ilhas ou até de guerras diferentes.⁸² Neste caso, podemos falar não de uma, mas de duas verdades, onde o que define qual das verdades vale mais é o seu referencial.

Segundo revelou a Folha de S. Paulo, em 2003, por ocasião do falecimento de M. F. do Nascimento Brito, antigo dono do Jornal do Brasil, a opção pelo termo “Falklands” se deveu ao simples fato de que sua mãe, Amy, era inglesa⁸³. Após a morte de Nascimento Brito, o jornal passou a se referir às ilhas do Atlântico Sul, nas reportagens com referência histórica, como “Malvinas”.^{84 85}

Citamos ainda outros exemplos em que o uso verdadeiro da linguagem pode depender do seu referencial. As expressões “astronauta”, “cosmonauta” ou “taikonauta” designam, respectivamente, os espaçonautas americanos, russos (ou soviéticos) e chineses. Da mesma

forma, os termos “furacão”, “ciclone” e “tufão”, designam fenômenos semelhantes acontecidos nos oceanos Atlântico, Índico ou Pacífico.

A definição de terrorismo

A palavra terrorismo é talvez uma das mais controvertidas para o jornalismo, e seu uso poderá variar enormemente conforme o contexto, o momento histórico, a linha editorial do veículo de comunicação, e as influências que recebe – políticas, econômicas, culturais.

A Organização das Nações Unidas, após décadas de discussão desde 1973, incluindo 12 convenções e um painel⁸⁶, não conseguiu alcançar uma definição precisa de terrorismo para fins legais. O principal entrave é a veemência de alguns países árabes, em especial da Síria, em que seja feita uma distinção clara entre o terrorismo e a “luta justa contra a ocupação estrangeira”, numa alusão ao combate àquilo que o país considera “terrorismo de Estado” de Israel. O representante do Irã disse que “responder à questão sobre quem tem a autoridade para definir terrorismo era uma tarefa altamente política”.⁸⁷

Segundo a acadêmica americana Martha Crenshaw, da Universidade de Wesleyan, pelo menos um consenso teria sido obtido pela ONU, no sentido de se separar “meios” e “fins”. De acordo com Martha, o consenso foi obtido com o seguinte texto:

Terrorismo é qualquer ação que tem como objetivo causar a morte ou provocar ferimentos graves em civis, ou [em] qualquer pessoa que não participa ativamente das hostilidades, numa situação que visa intimidar a população, ou compelir um governo ou uma organização internacional a fazer ou a deixar de fazer qualquer ato.⁸⁸

Também há distinções comumente feitas no jornalismo entre “terrorismo” e outros termos, como “guerrilheiro”, “insurgente”, “rebelde”, “militante” ou “grupo separatista”, variando conforme o contexto. O cientista político Edson Passetti, da PUC-SP, um dos organizadores do livro *Terrorismos*, disse que: “qualquer definição de terrorismo será sempre política e estará vinculada a uma determinada força social. (...) Nem sempre movimentos de contestação, guerrilhas ou rebeliões são formas de terrorismo”.⁸⁹

O jurista Nilo Batista, da UERJ, observa ainda que: “Os elementos jurídicos para conceitualizar terrorismo como crime são: causar dano considerável a pessoas e/ou coisas; pela criação real ou potencial de terror ou intimidação generalizada e pela finalidade político-social”.⁹⁰

Por fim, Joaquim Fidalgo, ouvidor do jornal Público, de Lisboa, entende que a idéia de violência “ilegítima” deve ser incorporada à noção de terrorismo. Ele ressalva que:

O regime de ditadura vigente em Portugal [de Salazar] chamava “terroristas” aos que defendiam, de armas na mão, o legítimo direito à independência que lhes era negada, e a que só o regime democrático deu corpo. (...) “Terrorismo” é mais do que ação violenta para atingir um fim político. “Terrorismo”, na acepção lata em que costumamos usar o termo, é violência ilegítima.⁹¹

Na ausência de uma definição oficial e clara, concluímos que, provavelmente, o uso da palavra deverá ser debatido nas redações conforme o contexto de cada momento, em cada caso, em cada jornal, dentro da noção de “verdade funcional” descrita por Bill Kovach, e próximo também ao conceito de “verdade utilitária” de Nietzsche.

A definição de pedofilia: desinformação, ofensa e versões conflitantes

A Organização Mundial da Saúde (OMS), parte integrante das Nações Unidas, define a pedofilia, na Classificação Internacional de Doenças (CID-10, item F65.4), como a “preferência sexual por crianças, quer se trate de meninos, meninas ou de crianças de um ou outro sexo, geralmente pré-púberes ou de puberdade precoce”^{92 93}. Definições parecidas são fornecidas pelas principais associações psiquiátricas do mundo, como a APA (Associação Psiquiátrica Americana)(código DSM-IV, item 302.2)^{94 95 96} ou a APAL (Associação Psiquiátrica da América Latina)(código F65.4)^{97 98}. Assim definida, a pedofilia é classificada por estes organismos como uma *doença mental*.

Ou seja, a pedofilia *não* inclui a atração ou o ato sexual com adolescentes, mas somente a atração ou o sexo com crianças antes da puberdade ou de puberdade precoce, o que, embora varie em casos individuais, grosso modo vai até os 11 ou 12 anos, antes, portanto, da faixa *teen*.

O uso errático e por vezes desencontrado do termo por jornalistas pode refletir a ignorância dos mesmos, e provocar até mesmo processos judiciais por calúnia ou difamação. Possivelmente não a maioria, mas pelo menos algumas notícias referentes a abusos sexuais, prostituição de menores e com mais frequência sobre pornografia infantil, utilizaram erroneamente o termo com um significado expandido, o que pode acarretar uma percepção errada no público em relação ao assunto, gerando o estigma e o preconceito, por exemplo, para todos aqueles maiores de 18 anos que, por exemplo, namoram adolescentes. Preconceito este, aliás, vedado pela própria Constituição Federal (art. 3º, IV), muito embora o texto ainda não tenha sido regulamentado.

O problema é agravado pelo fato de que, no Brasil, a relação com adolescente é permitida por lei, se tiver a concordância ou a tolerância dos pais do menor. Pelo artigo 225 do Código Penal, somente os pais do(a) menor, ou ele(a) próprio(a), podem mover ação por corrupção de menores (art. 218) contra o alegado ofensor.⁹⁹ Nos perguntamos, até que ponto uma notícia deformada não terá tido origem no preconceito do jornalista, de forma consciente ou inconsciente:

A vida há de nos cobrar duramente por considerarmos pecado o amor que não se enquadra em nossa visão mesquinha, por querermos medir comportamentos segundo nossos padrões pouco generosos; por querermos prender, humilhar, podar todo o relacionamento que não se adapta à medida da nossa ignorância e dos nossos farisaicos valores.¹⁰⁰

No Brasil, há casos de artistas famosos ou personalidades públicas que namoraram ou se casaram com adolescentes. Citamos como exemplos, entre outros, o cantor Caetano Veloso (40)^{101 102 103} com a empresária Paula Lavigne (13); o ator Márcio Garcia (28)¹⁰⁴ com sua ex-namorada e modelo Daniela Sarahyba (14); o cantor Latino (23)^{105 106} com a cantora Kelly Key (13); o autor de novelas Manoel Carlos (25)¹⁰⁷ com a deputada Cidinha Campos (15); o jornalista Assis Chateaubriand¹⁰⁸ (41) com a modelo argentina Cora Acuña (15). Os números entre parênteses indicam as idades no início do relaciona-

mento. No exterior, citamos, entre outros, Charles Chaplin, que teve três de suas esposas emancipadas – Mildred Harris (16, ele com 29), Lita Grey (16, ele com 35) e Oona O’Neill (17, ele com 54)¹⁰⁹; e o pintor Pablo Picasso (45), com Marie-Thérèse Walter (17 ou 15)¹¹⁰, sua amante adolescente.

Neste caso, se cometêssemos um erro jornalístico e designássemos uma coisa com o nome de outra, estaríamos praticando a máxima do padrão duplo – ou seja, “dois pesos e duas medidas”: para os famosos, a verdade; para os outros, bem, eles são os outros.

Considerando que a pedofilia é definida como uma doença mental, nos perguntamos até que ponto, neste caso, uma única notícia distorcida (que aplique o termo pedofilia para se referir à atração ou relação com adolescentes) não será tão ofensiva quanto uma manchete que comparasse um negro a um “macaco”. Ou até que ponto o uso deformado da palavra pedofilia, pelo jornalista, poderia configurar, no Brasil, o crime de “incitação ao crime” (art. 286 do Código Penal – “incitar publicamente a prática de crime”); neste caso, a incitação à calúnia e à difamação (artigos 138 e 139 do CP)¹¹¹; e com potencial para gerar episódios violentos envolvendo brigas ou lesões corporais.

É possível que tal ofensa atinja não somente o noticiado, mas qualquer pessoa do público que de forma legítima mantenha um relacionamento amoroso com um(a) adolescente (portanto não uma criança pré-púbere), além dos maridos e esposas de menores emancipados – da mesma forma que uma notícia que por hipótese chamasse um negro de “macaco”, atingiria seriamente não somente aquele negro, mas a todos os leitores negros.

No livro *Teoria do jornalismo*, o jornalista e professor Felipe Pena observa que “todos os jornalistas deveriam conhecer a lei, mas, infelizmente, isso não é rotina. Talvez muitos dos erros da imprensa no mundo fossem evitados se os profissionais tivessem melhores noções jurídicas”.¹¹²

Se a lei não é suficiente, há ainda os Códigos de Ética da profissão. Indagamos se não seria justo que alguma instância profissional corporativa, nos moldes dos conselhos já existentes nas áreas de medicina (CFM, CRM), advocacia (OAB), justiça (CNJ), e publicidade (CONAR), ou ainda o Sindicato dos Jornalistas, tivesse poderes para aplicar penalidades a jornalistas que agissem comprovadamente de

má fé, ou seja, que publicassem deformações como esta com conhecimento de causa. Será válido um jornalista mal intencionado ser punido com a suspensão do exercício da profissão, ou até a cassação de seu diploma universitário? E até que ponto um erro jornalístico será diferente de um erro médico, ou de um erro na construção de uma ponte?

Para o jornalista e advogado Eugênio Bucci, autor de *Sobre ética e imprensa*, a solução para este problema está na própria imprensa:

Os erros de imprensa, os excessos cometidos pela imprensa, os golpes de mau gosto cometidos pela imprensa, só serão superados se forem compreendidos e debatidos em público, dentro da própria imprensa, e não em outras cortes, e muito menos em outras instâncias que se penssem capazes de controlar a imprensa.¹¹³

Nossa conclusão, aqui, é a de que, se a utilização de certas palavras (como Malvinas, cosmonauta, ciclone) pode derivar de uma verdade que depende do referencial, e em outros casos (como terrorismo), pode depender do contexto ou da linha editorial do veículo, numa manifestação de verdade funcional ou utilitária, neste caso, em comparação, o uso correto da palavra pedofilia decorre de uma verdade necessária, obrigatória, porque embasada nos fundamentos da ciência, e porque dotada de potencial ofensivo a terceiros.

Notas

1. GLASS, Verena. Observatórios de mídia refletem descrédito da imprensa. In *Carta Maior*, “Política”, 14 nov. 2007. Disponível em <http://www.agenciacartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=14714&boletim_id=379&componente_id=70>. Acesso em 26 nov. 2007.
2. PLATÃO. *Cratilo*, parágrafo 385b. Disponível em inglês como *Cratylus*, em <http://www.perseus.tufts.edu/cgi-bin/ptext?lookup=Plat.+Crat.+385b>. Acesso em 16 set. 2007.
3. RIBEIRO, André Antônio. *A filosofia da linguagem em Platão*, p. 45. Porto Alegre, 2006. Depto. de Filosofia e Ciências Humanas, Pós-Graduação em Filosofia, PUC-RS. Disponível em <http://www.pucrs.br/pgfilosofia/2006AndreRib-DO.pdf> (PDF). Acesso em 16 set. 2007.
4. COUTINHO, Iluska. O conceito de verdade e sua utilização no Jornalismo, p. 7. In: *Revista Acadêmica do Grupo Comunicacional de São Bernardo*, Ano 1, n° 1, jan.-jun./2004. Disponível (PDF) em <http://www2.metodista.br/unesco/GCSB/conceito.pdf>. Acesso em 16 set. 2007.
5. COUTINHO, Iluska. Idem, pp. 3, 4-5, 8 e 12.
6. Bíblia Sagrada. Inglês. *New American Bible*. Evangelho de São João Apóstolo, cap.14, versículo 6. Disponível no sítio oficial do Vaticano em http://www.vatican.va/archive/ENG0839/_PXM.HTM. Acesso em 18 set. 2007.
7. Idem, cap. 8, versículo 32, disponível em http://www.vatican.va/archive/ENG0839/_PXG.HTM. Acesso em 18 set. 2007.
8. PERJÚRIO. Enciclopédia Microsoft Encarta Online 2007. Espanhol. Disponível em http://es.encarta.msn.com/encyclopedia_761577487/Perjurio.html. Acesso em 18 set. 2007.
9. BRASIL. Código Penal (1940). Decreto-lei n° 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Artigo 342. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848compilado.htm. Acesso em 18 set. 2007.
10. CARROLL, Robert Todd. Ciência. *Dicionário céptico* (no original, *The Skeptic's Dictionary*), 2000. Disponível em <http://skepdic.com/brazil/ciencia.html>. Acesso em 16 set. 2007.
11. Ibidem, Pensamento selectivo. Disponível em <http://skepdic.com/brazil/selectivo.html>. Acesso 16 set. 2007.
12. Ibidem, Desvio para a confirmação. Disponível em <http://skepdic.com/brazil/confirma.html>. Acesso em 16 set. 2007.
13. GUARESCHI, Pedrinho A.. A realidade da comunicação – visão geral do fenômeno. In: GUARESCHI, Pedrinho A. (org.). *Comunicação & Controle Social*, 4ª ed.. Petrópolis:Vozes, 2001. pp. 14-15.
14. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*, 24ª ed.. São Paulo: Graal, 2007. pp. 12-13.
15. Ibidem, p. 14.

16. OLIVEIRA, Fabíola. *Jornalismo Científico*. São Paulo: Contexto, 2002. p.18.
17. WALKER, Martin. Palestra proferida na 19th World Media Conference, 27-28 fev. 2002, Washington, D.C..World Media Association. Disponível em <<http://www.wmassociation.com/reports/index19.html>>. Acesso em 27 nov. 2007. O jornalista Martin Walker é Correspondente Chefe Internacional da UPI.
18. GADELHA, Hayle. Napoleão e a imprensa. Disponível em <<http://blogdogadella.blogspot.com/2006/08/napoleo-e-imprensa.html>>. Acesso em 27 nov. 2007. Gadelha é jornalista. Perfil disponível em <<http://blogdogadella.blogspot.com/2006/01/perfil.html>>. Acesso 27 nov 07.
19. ROBIN, Armand. Citado por SERVA, Leão. *Jornalismo e desinformação*, 2ªed., p.71. São Paulo: Senac, 2001.
20. SOBRE Perseu Abramo. Fundação Perseu Abramo [200?]. Disponível em <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news_index.php?storytopic=74>. Acesso em 16 set 2007.
21. ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, p.33. Disponível também em <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=55>. Acesso em 16 set. 2007.
22. Ibidem.
23. LINCOLN, Abraham. Citado por “Thinkexist.com” (sítio especializado em citações). Disponível http://thinkexist.com/quotation/you_may_fool_all_the_people_some_of_the_time-you/145518.html. Acesso em 04 nov 2007.
24. LINCOLN, Abraham. Citado por KELLY, Martin. In: *About.com*. Disponível em <http://americanhistory.about.com/cs/abrahamlincoln/a/quotelincn.htm>. Acesso em 10 nov 2007.
25. GOEBBELS, Joseph. Citado por “Thinkexist.com” (sítio especializado em citações). Disponível em http://thinkexist.com/quotes/joseph_goebbels/. Acesso em 04 nov 2007.
26. GOEBBELS, Joseph. Citado por “Quoteful.com” (sítio especializado em citações). Disponível em <http://quoteful.com/tag/Goebbels>. Acesso em 10 nov 2007.
27. LANGER, Walter C. et al.. *A Psychological Analysis of Adolph Hitler – His Life and Legend*, p. 219. Office of Strategic Services (OSS), Washington, D.C., [194?]. Relatório citado por “Nizkor.org” – Centro de Recursos sobre o Holocausto (Holocaust Resource Center). Disponível em <http://www.nizkor.org/hweb/people/h/hitler-adolf/oss-papers/text/profile-index.html>. Acesso em 10 nov 07.
28. LANGER, Walter C. et al. Ibidem. Disponível em <http://www.nizkor.org/hweb/people/h/hitler-adolf/oss-papers/text/oss-profile-03-02.html>. Acesso em 10 nov 07.
29. SCHILLING, Voltaire. A propaganda nazista – O triunfo da vontade. In: *Educaterra.terra.com.br*. Crítica do filme “Triunfo da Vontade”. Disponível em <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/propaganda.htm>. O autor é professor de história na UFRGS e professor do curso de Jornalismo Aplicado da RBS-RS. Perfil disponível em <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/perfil.htm>. Acessos em 11 nov 2007.
30. TAVARES, Adérito. *A não perder – O triunfo da vontade*. In: *Aph.pt* (Associação dos Professores de História, de Portugal). O autor é professor na Faculdade de Ciências Humanas da Univ. Católica Portuguesa. Crítica do filme, disponível em http://www.aph.pt/nao_perder/nao_perder_0302.html. Acesso 11 nov 2007.

31. Professor há mais de 25 anos, Chris Truman mantém um sítio especializado em História do Mundo, no endereço <http://www.historylearningsite.co.uk>. Ver link “About the author”. Acesso em 10 nov 2007.
32. TRUMAN, Chris. *Propaganda in Nazi Germany*. Texto didático online. Disponível em http://www.historylearningsite.co.uk/propaganda_in_nazi_germany.htm. Acesso em 10 nov 2007.
33. Ibidem.
34. OLIVETTO, Washington. Entrevista anônima. Disponível no sítio “YouTube.com”, em <http://www.youtube.com/watch?v=jYrKEdSfO8s> e <http://www.youtube.com/watch?v=W6CNeC1eRU>. Acessos em 10 nov 2007.
35. “HITLER”. Peça publicitária para TV. Cliente: Folha de São Paulo. Disponível no sítio “YouTube.com”, em <http://www.youtube.com/watch?v=6t0SK9qPK8M> e <http://www.youtube.com/watch?v=xmbM8XGMZxI>. Acessos em 10 nov 2007.
36. FREITAG, Bárbara. *A Teoria Crítica*, p. 20. São Paulo: Brasiliense, 1986. In: CAMPOS, Renato de. Teorias da Comunicação: As correntes teóricas no estudo da comunicação de massa. *Revista Uniara* n° 19, 2006. O autor é Mestre em Comunicação e Professor do Centro Universitário de Araraquara (Uniara) e da Universidade de Ribeirão Preto (Unaerp). Texto disponível (PDF) em http://www.uniara.com.br/institucionais/revista_uniara/pdf/19/Rev19completa_13.pdf. Acesso em 11 nov 07.
37. SILVA, Marianna Waltz Moreira. *Teoria crítica na era da indústria cultural – ou Uma análise da derrota do esclarecimento*, p.8. Rio de Janeiro, 2006, 126p. Dissertação (Mestrado em Semiologia). Pós-Graduação, Faculdade de Letras, UFRJ. Professor Orientador: BUENO, André Luiz de Lima. Disponível em http://www.letras.ufrj.br/ciencialit/trabalhos/mariannawaltz_teoriacritica.pdf (PDF). Acesso em 11 nov 07.
38. SILVA, Marianna Waltz Moreira. Ibidem.
39. COTRIM, Gilberto. *Fundamentos da filosofia – História e grandes temas*, 15ª ed. reform. e ampl.. São Paulo: Saraiva, 2000. pp. 224 e 227.
40. FREUD, Sigmund. *As palavras de Freud*. São Paulo: Ática, 1999. Citado por CIVILIZAÇÃO de hipócritas. Disponível em <<http://www.citador.pt/pensar.php?op=10&refid=200502030005>>. Acesso em 27 nov. 2007. OBS.: O Citador.pt é um sítio especializado em citações.
41. GASSNER, John. *Mestres do Teatro II* (1940), 3ª ed., p. 6. São Paulo: Perspectiva, 2003.
42. CARPEAUX, Otto Maria. Ensaio sobre Henrik Ibsen. In: IBSEN, Henrik. *Seis Dramas*, p. 34. Rio de Janeiro: Ediouro, [198?]. Coleção Clássicos de Bolso – n° 81254.
43. GOLDMAN, Emma. *The Social Significance of the Modern Drama*, pp. 34-42. Boston: Richard G. Badger, 1914. Disponível em http://www.theatredatabase.com/19th_century/henrik_ibsen_012.html (sítio especializado em teatro, “Theatre Database”). Acesso em 27 nov. 2007.
44. QUIRINO, Célia Galvão. Tocqueville: sobre a liberdade e a igualdade, p.155. In: WEFFORT, Francisco C. (org.). *Os clássicos da política – Vol. 2*, 10ª ed.. São Paulo:Ática, 2003. pp. 149-160.
45. TOCQUEVILLE, A. De la democracie en Amérique. In: _____ *Oeuvres completes*. Paris: Gallimard, 1961. Tomo I, vol. 1, pp. XLIII-339. Tradução de Cid Knipell Moreira. Citado por QUIRINO, C.G., op.cit., p.173.

46. FORTES, Leandro. *Jornalismo investigativo*. São Paulo: Contexto, 2005. pp. 23-24.
47. *Ibidem*, p. 23.
48. FENAJ. Código de Ética (2007). Fenaj disponibiliza texto atualizado do Código de Ética. 17 set. 2007. Disponível em <http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=1811>. Acesso em 23 set. 2007.
49. FARIA, Tales. Citado por FORTES, Leandro. *Jornalismo investigativo*. São Paulo: Contexto, 2005, pp. 24-25.
50. FORTES, Leandro. *Jornalismo investigativo*. Op. cit., p.25.
51. A página do Comitê na Internet está em <http://www.concernedjournalists.org/>. Acesso em 27 nov. 2007.
52. KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom. *Os elementos do jornalismo*, 2ª ed., p. 63. São Paulo: Geração Editorial, 2004.
53. *Ibidem*, p. 64.
54. MEYER, Eugene. The Post's Principles. In: *The Washington Post Deskbook on Style*, 2a. ed., p.7. Nova Iorque:McGraw-Hill, 1989. Citado por KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom., op.cit., p.71.
55. KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom. *Idem*. pp. 68 e 71.
56. *Ibidem*. pp. 73-74.
57. *Ibidem*. p. 69.
58. CASSANDRA, Tate. What Do Ombudsman Do, *Columbia Journalism Review*, mai-jun/1984, p.37. Citado por KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom. *Idem*, p.65.
59. LIPPMANN, Walter. *Liberty and the News*, p.74. New Brunswick, Nova Jersey e Londres: Transaction Publishers, 1995. Citado por KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom. *Idem*, p. 116.
60. KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom. *Os elementos do jornalismo*. Op.cit., p. 136.
61. ROWE, Sandra e BENNETT, Amanda. Entrevista concedida a Tom Rosenstiel, 13 abr. 2000. Citada por KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom. *Idem*, pp. 136 e 137.
62. POPPER, Karl. *Apud* REALE, Giovanni e ANTISERI, Dario. *História da filosofia*, p. 1022. São Paulo: Paulus, 1990. 3v. Citado por COTRIM, Gilberto. *Fundamentos da filosofia*. Op.cit., p. 249.
63. KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom. *Idem*, p. 117.
64. WIKIPÉDIA. Políticas da Wikipédia Lusófona. Verificabilidade. Disponível em <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikipedia:Verificabilidade>>. Acesso em 27 nov. 2007.
65. WIKIPÉDIA. Políticas da Wikipédia Lusófona. Fontes fiáveis. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikipedia:Fontes_fi%C3%A1veis>. Acesso em 27 nov. 2007.
66. WIKIPEDIA. Inglês. Disponível em http://en.wikipedia.org/wiki/Main_Page. Acesso em 27 nov. 2007.
67. WIKIPEDIA. Inglês. Wikipedia Policy. Verifiability. Disponível em <<http://en.wikipedia.org/wiki/Wikipedia:Verifiability>>. Acesso em 27 nov. 2007.

68. KOCH, Ingedore. *Argumentação e linguagem*, p. 22. São Paulo: Cortez, 2002.
69. CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*, 15ª ed, p.26. São Paulo: Ática, 2003.
70. VALVERDE, Monclar E.G.L.. *A experiência da comunicação*. Salvador, BA [S.I., s.d.]. Disponível em <http://www.facom.ufba.br/Pos/monclar/experII.html>. Acesso em 15 nov 2007. OBS: O autor é referenciado como professor do Curso de Comunicação da UFBA em <http://www.facom.ufba.br/Pos/monclar/cursos.html>.
71. DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*, pp. 2-11. [S.I., s.d.] Obra em domínio público. Disponível em http://galileu.radiocb.com/ebooks/durkheim_as_regras_do_metodo_sociologico.pdf (PDF). Acesso em 15 nov 2007.
72. RODRIGUES, Adriano Duarte. *As dimensões da pragmática na comunicação*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1995. 204 pp.
73. Ibidem.
74. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*, Parte I, § 11. Tradução de M.S. Lourenço. Lisboa: Gulbenkian, 1995. Citado por COSTA, Manuel Ferreira. Homens e Mulheres Dicionarizadas, p.31. In: *Caderno Seminal Digital*. Vol. 1, n. 2, I. Jul.-dez./2004. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2004. 143 pp. Disponível em <http://www.dialogarts.uerj.br/arquivos/seminal02.pdf>. Acesso em 28 nov. 2007. O autor é Doutorando em Letras na UERJ.
75. Ibidem. Citado por CARNEIRO, Tomás Magalhães. A concepção de filosofia de Wittgenstein. Resenha de HACKER, P.M.S. *Wittgenstein*. [S.I.:Phoenix, s.d.]. Coleção “The Great Philosophers”. Disponível em http://web.letras.up.pt/smiguens/mlag/members/Tom_Witt_1.htm. [Faculdade de Letras da Universidade do Porto, FLUP]. Acesso em 28 nov. 2007.
76. Ibidem. Parte I, § 66. Citado por HEBECHE, Luiz. “Não pense, veja!”. Sobre a noção de “semelhanças de família” em Wittgenstein. Disponível em <http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/veja.pdf>. Acesso em 28 nov. 2007. O autor é vinculado ao Depto. de Filosofia da UFSC.
77. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*, 4ª ed., p.52. Petrópolis:Vozes, 2005. Tradução de Marcos G. Montagnoli. Obs: A tradução de Montagnoli possui pequenas diferenças ao texto citado.
78. ORWELL, George. *1984*. Parte II, IX. Obra em domínio público (1948). Disponível em http://www.orwell.ru/library/novels/1984/english/en_p_2 (inglês). Acesso em 28 nov. 2007.
79. GODARD, Jean-Luc (dir.). *Alphaville* (1965). DVD, capítulo 8. Rio de Janeiro e São Paulo: Continental Vídeo, [s.d.].
80. IGREJA CATÓLICA – Pontifício Conselho para as Comunicações Sociais. *Ética nas Comunicações Sociais*. São Paulo:Edições Paulinas, 2000. Texto disponível no sítio oficial do Vaticano, em http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/pccs/documents/rc_pc_pccs_doc_20000530_ethics-communications_po.html (português). Acesso em 28 nov. 2007.
81. IGREJA CATÓLICA – Pontifício Conselho para as Comunicações Sociais. *Ética na Internet – Igreja e Internet*. São Paulo: Edições Loyola, 2002. Texto disponível no sítio oficial do Vaticano, em http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/pccs/documents/rc_pc_pccs_doc_20020228_ethics-internet_po.html (português). Acesso em 28 nov. 2007.

82. Fonte: Jornais *O Globo* e *Jornal do Brasil*, de 03 abr. 1982 até 15 jun. 1982.
83. MORRE aos 80 o empresário Nascimento Brito. *Folha de S. Paulo*, 09 fev. 2003. Citado por Observatório da Imprensa. Disponível em <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/asp120220038.htm>>. Acesso em 28 nov. 2007.
84. LIVRO sobre as Malvinas confirma armas nucleares. *JB Online*, 27 jun. 2005. Internacional. Disponível em <http://jbonline.terra.com.br/extra/2005/06/27/e27061833.html>. Acesso em 28 nov. 2007.
85. MALVINAS: Argentina ratifica soberania 172 anos após ocupação britânica. *JB Online*, 03 jan. 2005. Internacional. Disponível em <http://jbonline.terra.com.br/extra/2005/01/03/e0301122.html>. Acesso 28 nov 07.
86. LIVRO brasileiro discute terrorismos. Campinas:LABJOR – Laboratórios de Estudos Avançados em Jornalismo, 14 set. 2006. Disponível em <http://www.labjor.unicamp.br/midiaciencia/noticias.php?id_article=331>. Acesso em 28 nov. 2007.
87. NAÇÕES UNIDAS. 61ª Assembléia Geral, 16 out. 2006. 6º Comitê, 5ª e 6ª Reuniões, GA/L/3299.
- Departamento de Informações Públicas – Divisão de Notícias e Mídia, 2006. Disponível em <http://www.un.org/News/Press/docs/2006/gal3299.doc.htm>. Acesso em 28 nov. 2007.
88. LIVRO brasileiro discute terrorismos. LABJOR, Idem.
89. LIVRO brasileiro discute terrorismos. LABJOR, Idem.
90. Ibidem.
91. FIDALGO, Joaquim. “Água mole em pedra dura...”. *Público*, Lisboa, 13 mai. 2001. Disponível em <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/voz160520014.htm>>. Acesso em 28 nov. 2007.
92. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Código Internacional de Doenças*, 10ª ed. (CID-10), 2007. Item F65.4. Disponível no sítio oficial da OMS em <<http://www.who.int/classifications/apps/icd/icd10online/>> (em inglês, ICD-10). Acesso em 28 nov. 2007.
93. A expressão em inglês “or early puberty” tanto pode ser traduzida como “ou puberdade precoce” como “ou no início da puberdade”.
94. ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA (APA). DSM-IV – Diagnostic and Statistic Manual of Mental Disorders, 4ª ed., texto revisado, 2000. Pedofilia, 302.2. Disponível em <http://www.behavenet.com/capsules/disorders/pedophiliaTR.htm> (inglês). Acesso em 28 nov. 2007.
95. Idem. Disponível em <http://psikis.cl/portal/leer.php?cod=576> (espanhol). Acesso em 28 nov. 2007.
96. Idem. Disponível em http://www.elamoresmasfuerte.com/3guardianes/1referencias03_DSMIV_10.htm (espanhol). Acesso em 28 nov. 2007.
97. ASSOCIAÇÃO PSIQUIÁTRICA DA AMÉRICA LATINA (APAL). *Guía Latinoamericana de Diagnóstico Psiquiátrico* (GLADP), p.172. Pedofilia, código F65.4. Disponível (PDF) em <http://www.sld.cu/galerias/pdf/sitios/desastres/guia_latinoamerticana_diagn_psiq_gladp.pdf> (espanhol). Acesso em 28 nov. 2007.

98. Idem, p. 261, Pedofilia, código F65.4. Disponível (PDF) no sítio da ABP (Associação Brasileira de Psiquiatria) em <http://www.abpbrasil.org.br/departamentos/coordenadores/coordenador/noticias/imagens/guia_latinoamericano_do_diagnostico_psiquiatico.pdf> (espanhol). Acesso em 28 nov. 2007.
99. BRASIL. Código Penal (1940). Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Artigos 218 e 225. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848compilado.htm. Acesso em 28 nov. 2007.
100. LUFT, Lya. *Pensar é transgredir*, 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. p.55.
101. LAVIGNE, Paula. Entrevista concedida à revista *Playboy*, ago./1998, pp.211-213. São Paulo: Abril, 1998.
102. PAULA e Caetano: Tão longe, tão perto. *Quem Acontece*. Edição 223, dez./2004. Disponível em <http://revistaquem.globo.com/EditoraGlobo/componentes/article/edg_article_print/1,3916,877967-2157-1,00.html>. Acesso em 29 nov. 2007.
103. PAULA Lavigne: “Não podem tirar o nome de Caetano da minha vida”. *IG Gente*. 09 nov. 2004. Disponível em <http://gente.ig.com.br/materias/2007/11/10/paula_lavigne_nao_podem_tirar_o_nome_de_caetano_da_minha_vida_1076272.html>. Acesso em 29 nov. 2007.
104. DANIELA Sarahyba – A caçulinha das veteranas. *Vêja Rio*, 26 set. 2001. *Gente*. Disponível em <<http://veja.abril.com.br/vejarj/260901/gente02.html>>. Acesso em 29 nov. 2007.
105. “DRIBLEI meu pai ciumento”. *Atrevida*, mai. 2002. Disponível em <<http://www2.uol.com.br/simbolo/atrevida/0502/capa03.htm>>. Acesso em 29 nov. 2007.
106. MUSA Baba Baby. *IstoÉ Gente*, 13 mai. 2002. Disponível em http://www.terra.com.br/istoegente/145/reportagens/kelly_key.htm. Acesso em 29 nov. 2007.
107. O EFEITO Anita. *Época*, 27 ago. 2001. Disponível no “Observatório da Imprensa” em <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/qtv290820018.htm>>. Acesso em 29 nov. 2007.
108. MORAIS, Fernando. *Chatô – O rei do Brasil*, 3ª ed., pp. 323-326, 329-330. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
109. Fontes: (1) EdnaPurviance.org, sítio oficial de Edna Purviance, atriz que contracenou com Chaplin em dezenas de filmes. Disponível em <http://www.ednapurviance.org/chaplininfo/chaplinwives.html>; (2) NetGlimse.com, sítio especializado em celebridades. Disponível em http://www.netglimse.com/celebs/pages/charlie_chaplin/index.shtml; (3) Hollywood.com, sítio de celebridades. Disponível em <http://www.hollywood.com/celebrity/Charlie_Chaplin/199252>. Todos os acessos em 27 março 2008.
110. A maioria dos biógrafos considera que a jovem começou a se relacionar com Picasso quando tinha 17 anos (ele 45), porém segundo o médico Dr. Herbert T. Schwarz (1988), também citado pelo autor William Rubin (1996), esta idade seria de 15 anos (ele 43). Fonte: RUBIN, William. *Picasso and Portraiture*. New York: Museum of Modern Art, 1996. p.339. Citada por “On-Line Picasso Project”. Disponível em <http://picasso.tamu.edu/picasso/BioIndex?Year=1927>. Acesso em 27 março 2008.
111. BRASIL. Código Penal (1940). Idem. Artigos 138, 139 e 286.

112. PENA, Felipe. *Teoria do jornalismo*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2007. p. 106.

113. BUCCI, Eugênio e BASILE, Sidnei (Curadores). *Jornalismo Siliado* (DVD duplo), 1ª.ed.. São Paulo:Cultura Marcas & Log On Editora Multimídia, 2006. DVD nº 1, Capítulo “Imprensa, mercado e democracia”.

Resumo

O artigo analisa a questão da verdade nas notícias produzidas pela mídia de massa, os diferentes conceitos de verdade, bem como algumas das variáveis que podem afetar a verdade no jornalismo, tais como a relação da verdade com o poder, com as técnicas de propaganda, ou com a hipocrisia e a vontade da maioria. O ensaio investiga ainda o papel da mídia, seu compromisso com a verdade e com os Códigos de Ética do jornalismo, as idéias de veracidade e verificabilidade e a possibilidade desta última ser feita pelo próprio leitor. Por fim, o artigo pesquisa alguns dos problemas gerados pela manipulação ou distorção de linguagem, com ênfase especial para as definições de terrorismo e de pedofilia, e sem esquecer de abordar as implicações éticas e jurídicas decorrentes do uso da mentira ao invés da verdade.

Palavras-chave

Verdade; Jornalismo; Código de Ética; Mídia.

Abstract

The article covers the issue of truth in the news produced by the mass media, the different concepts of truth, as well as some of the variables that may affect the truth in Journalism, such as the relation between truth and power, between truth and advertising techniques, and between truth, hypocrisy and the will of the majority. The essay also investigates the role of the media, its commitment to the truth and to the Codes of Ethics in Journalism, the ideas of veracity and verifiability and the possibility of this latter being done by the very reader. Finally, the article researches some of the problems generated by the manipulation or by the distortion of language, focusing especially on the definitions of terrorism and pedophilia, and not forgetting to address the ethical and legal implications that derive from using lies instead of using the truth.

Key-words

Truth; Journalism; Code of Ethics; Media.

A Revista *Comum* aceitará contribuições sem restrição de procedência, ressalvadas as prioridades estabelecidas pelo Conselho Editorial e recomenda a seus colaboradores que enviem seus artigos da seguinte forma:

1. Texto em disquete, digitado em programa Word para Windows, acompanhado de duas cópias impressas.
 2. Os textos devem ter o mínimo de 10 e o máximo de 25 laudas (cada lauda com cerca de 30 linhas e 70 toques por linha).
 3. Notas, referências bibliográficas e citações que obedecem as normas da ABNT.
 4. As referências bibliográficas, no final do texto, devem conter apenas as obras efetivamente mencionadas no artigo.
 5. Apresentar um resumo de, no máximo, 150 palavras na língua original do texto e um *abstract* ou *résumé*.
 6. Listar palavras-chave, *key-words* ou *mots-clés*.
 7. Incluir nota biográfica do autor que indique, se for o caso, onde ensina, estuda e/ou pesquisa, sua área de trabalho e principais publicações.
- No caso de publicação do trabalho, o Conselho Editorial se reserva o direito de selecionar as informações biográficas pertinentes.
8. Indicar, em nota à parte, caso o texto tenha sido publicado ou apresentado em forma de palestra ou comunicação.
 9. Evitar palavras, expressões ou frases grafadas com sublinhado ou negrito. Para destaques usar apenas o itálico.
 10. Enviar, com os originais, autorização assinada pelo autor ou seu procurador, para que aquele trabalho seja publicado na Revista *Comum*.

O Conselho Editorial se reserva o direito de recusar os trabalhos que não atendam as normas estabelecidas e comunicará ao autor se o trabalho foi aceito sem restrições, aceito com sugestão de alterações ou recusado. Os autores receberão cinco exemplares do número que contiver sua colaboração.